

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CIBEREN QUADROS OURIQUES

A PEDRA ANGULAR:
Fundamentos utilizados pelo Serviço Social sobre População em
Situação de Rua

FLORIANÓPOLIS
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CIBEREN QUADROS OURIQUES

A PEDRA ANGULAR:
Fundamentos utilizados pelo Serviço Social sobre População em
Situação de Rua

Tese de Doutorado apresentada como requisito para obtenção do título de Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina.
Professor Orientador: Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmiento.

FLORIANÓPOLIS

2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

OURIQUES, Ciberen Quadros

A PEDRA ANGULAR : Fundamentos utilizados pelo Serviço Social sobre a População em Situação de Rua / Ciberen Quadros OURIQUES ; orientador, Hélder Boska de Moraes SARMENTO - Florianópolis, SC, 2016.
248 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

Inclui referências

1. Serviço Social. 2. Fundamentos. 3. População em situação de rua. 4. Serviço Social. I. SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III. Título.

CIBEREN QUADROS OURIQUES

A PEDRA ANGULAR: Fundamentos utilizados pelo Serviço Social sobre a População em Situação de Rua

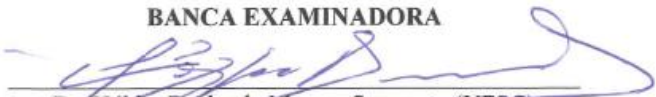
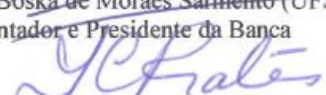

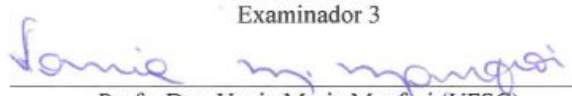
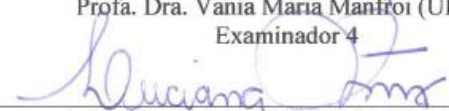
Essa tese foi julgada adequada para a obtenção do título de “Doutor em Serviço Social” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis SC, 25 de julho de 2016.



Profa. Dra. Vania Maria Manfroi,
Coordenadora do Curso

BANCA EXAMINADORA


Dr. Helder Boska de Moraes Sarmento (UFSC)
Orientador e Presidente da Banca
Prof. Dra. Jane Cruz Prates (PUCRS)
Examinador 1
Prof. Dra. Maria Magdalena Alves
Examinador 2
Pós Dra. Rosana Sousa de Sarmento (UFSC)
Examinador 3
Prof. Dra. Vania Maria Manfroi (UFSC)
Examinador 4
Prof. Dra. Luciana Patrícia Zucco (UFSC)
Examinador 5

À população em situação de rua.

A verdadeira arte de viajar...

*A gente sempre deve sair à rua como quem foge de casa,
Como se estivessem abertos diante de nós todos os caminhos do mundo.*

Não importa que os compromissos, as obrigações, estejam ali...

Chegamos de muito longe, de alma aberta e o coração cantando!

Mário Quintana

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Mãe Oxum e o Pai Xangô que me acompanham espiritualmente nesta caminhada!!!

Em segundo a população em situação de rua, segmento resistente da sociedade, que sobrevive cotidianamente com muitas dificuldades e que nunca desiste!

À CAPES por proporcionar um ano de bolsa de estudo, na qual foi possível garantir a conclusão deste curso!

À minha mãe, Idia, que está ao meu lado em todos os sentidos — tanto material como espiritual!!

Ao meu pai, Gilmar, por mostrar o exemplo de honestidade!

Ao meu companheiro, João Francisco que é o exemplo de força...

À minha vó Ceroni pela demonstração de garra!

Aos meus irmãos Ju, Mari, Matheus, Igor e Lisa por acreditar no meu sonho de concluir o doutorado!

Ao meu orientador e amigo Helder, agradeço imensamente pela paciência e por compreender meu tempo para concluir essa produção!

Às minhas colegas Rosana Sarmento, Daniele Cima, Kênia Abrão, Fabiana Negri e Silvana Tumeleiro pelas reflexões.

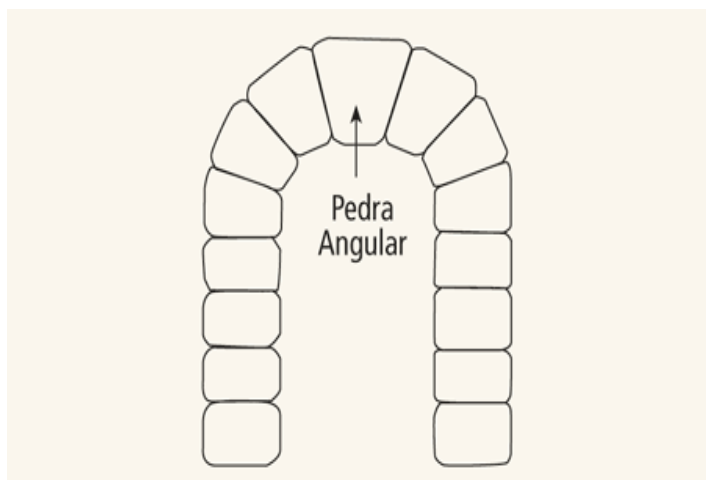
À minha colega Andréia Lima pelo incentivo.

À colega Giselle Constancia Rodrigues pelo apoio na elaboração dos gráficos da tese bem como a impressão!

Em especial à colega e amiga Saritty Azambuja.

A equipe e a população em situação de rua do projeto “Rede Rua” da Prefeitura de São José.

FIGURA 1 - Representação figurativa do título da tese



Fonte: (BENJAMIN, 2015).

RESUMO

A presente tese é produto do estudo sobre os fundamentos utilizados pelo Serviço Social sobre PSR nos Programas de Pós-Graduação. O delineamento da investigação é qualitativo e o tipo de pesquisa é a bibliográfica. O critério de escolha das teses e dissertações foi aquelas que estavam disponíveis na forma completa no site da CAPES. Identificamos 26 e analisamos 23 – entre 2004-2014. Usamos a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977). Organizamos a tese em três sessões: na primeira sessão sistematizamos um mapa que contém os dados gerais dos trabalhos. Na segunda, abordamos os termos e os conceitos de PSR. Encontramos os seguintes resultados de pesquisa: a PSR é aquela que utiliza as ruas como condição e modo de vida; é um fenômeno da expressão da “questão social” e não é exclusivo das grandes cidades; apresenta diferentes contornos e está dentro de um grupo socialmente vulnerável. Na terceira, apresentamos os fundamentos de PSR utilizados nos trabalhos. Os estudos apontaram para o uso de algumas tendências temáticas: 1. questão social; 2. políticas sociais; 3. exclusão/inclusão social; 4. urbano e a 5. participação social. Em cada eixo foram aglutinadas categorias conforme nosso entendimento. Analisamos as categorias temáticas que tiveram maior frequência nas produções. Destacamos aquela que é utilizada com maior frequência: a exclusão social. Sugerimos a sua substituição por vulnerabilidade social, pois encontramos limites conceituais nas produções e a realização de estudos que construa índices que considere a voz da PSR e encontre meios de problematizar com a sociedade a complexidade desta situação.

Palavras-chave: Fundamentos. Serviço Social. População em Situação de Rua.

ABSTRACT

This thesis is the product of the study on the grounds used by the Social Service of PSR in the Graduate Programs. The design of the research is qualitative and the type of research is the literature. The criteria for selection of theses and dissertations were those that were available in complete form in the CAPES website. We identify and analyze 26 23 - between 2004-2014. We use the content analysis technique proposed by Bardin (1977). We organize the thesis in three sessions: the first session systematize a map containing the general data of the work. In the second, we address the terms and PSR concepts. We found the following search results: PSR is one that uses the streets as a condition and way of life; It is a phenomenon of expression of the "social question" and is not exclusive to big cities; It has different contours and are in a socially vulnerable group. In the third, we present the PSR fundamentals used in the work. Studies have pointed to the use of some thematic trends: 1. social issues; 2. social policies; 3. social exclusion / inclusion; 4. urban and 5. Social participation. In each axis were clumped categories as our understanding. We have analyzed the themes that were more frequent in the productions. We emphasize that it is used more often: social exclusion. We suggest replacing it with social vulnerability, because we found conceptual limits on productions and studies that build indexes that consider the voice of the PSR and find ways to discuss with the company the complexity of this situation.

Keywords: Fundamentals. Social service. Population Homeless.

RESUMEN

Esta tesis es el producto del estudio sobre los motivos utilizados por el Servicio Social de PSR en los programas de posgrado. El diseño de la investigación es cualitativa y el tipo de investigación es la literatura. Los criterios para la selección de tesis y disertaciones eran los que estaban disponibles en forma completa en el sitio web de la CAPES. Identificamos y analizamos 26 23 - entre 2004-2014. Utilizamos la técnica de análisis de contenido propuesto por Bardin (1977). Organizamos la tesis en tres sesiones: la primera sesión de sistematizar un mapa que contiene los datos generales de la obra. En el segundo, nos dirigimos a los términos y conceptos de PSR. Hemos encontrado los siguientes resultados: PSR es uno que utiliza las calles como condición y forma de vida; Es un fenómeno de la expresión de la "cuestión social" y no es exclusiva de las grandes ciudades; Tiene diferentes contornos y están en un grupo socialmente vulnerable. En la tercera, se presentan los fundamentos PSR utilizados en el trabajo. Los estudios han indicado que el uso de algunas tendencias temáticas: 1. Los problemas sociales; 2. Las políticas sociales; 3. exclusión / inclusión social; 4. urbana y 5. La participación social. En cada eje se agrupada categorías como nuestra comprensión. Hemos analizado los temas que fueron más frecuentes en las producciones. Hacemos hincapié en que se usa con más frecuencia: la exclusión social. Se aconseja su sustitución por la vulnerabilidad social, porque hemos encontrado límites conceptuales sobre las producciones y estudios que construyen índices que tienen en cuenta la voz del PSR y encontrar maneras de discutir con la compañía de la complejidad de esta situación.

Palabras clave: Fundamentos. Servicio social. Población sin Hogar.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Representação figurativa do título da tese	-
FIGURA 2	A Pedra Angular	41
FIGURA 3	Sustentação ou fundamentação de uma construção	71
FIGURA 4	Representação da elaboração dos termos e conceitos	72
FIGURA 5	Fundamentos	121
FIGURA 6	Elementos dos fundamentos	124
FIGURA 7	Ilustração dos desafios do Serviço Social na atualidade	126
FIGURA 8	Ilustração que representa a “questão social”	147
FIGURA 9	A “questão social” e a Luta de Classe	160
FIGURA 10	Noção de “questão social” utilizada no Serviço Social	161
FIGURA 11	Política Social	162
FIGURA 12	Noção de Políticas Sociais	187
FIGURA 13	Ilustração da relação entre o urbano e suas categorias	209
FIGURA 14	Ilustração do processo de separação e segregação dos territórios e grupos sociais	210
FIGURA 15	Serviço Social e Cidadania	225
FIGURA 16	Fundamentos e a Pedra Angular	227

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Apresentação geral das dissertações e teses de Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil sobre população em situação de rua, 2004-2014	45
QUADRO 2	Regiões no Brasil de maior produção e respectivos orientadores	52
QUADRO 3	Caracterização das universidades onde foram produzidas as teses e dissertações	55
QUADRO 4	Quadro síntese dos títulos das produções	56
QUADRO 5	Resumo dos objetos/ problemas de pesquisas	60
QUADRO 6	Síntese dos “objetos/problemas” e respectivos temas desenvolvidos	63
QUADRO 7	Produções que tiveram centralidade do problema/objeto de pesquisa, a participação social	66
QUADRO 8	Síntese dos “objetivos” e respectivos temas desenvolvidos	67
QUADRO 9	Síntese dos principais autores utilizados pelos pesquisadores no Serviço Social que fundamentam a temática da PSR	82
QUADRO 10	Quadro síntese dos termos utilizados nas produções	85
QUADRO 11	Quadro síntese do eixo política social	169

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPS AD	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CENTRO POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CIAMP-Rua	Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNDDH	Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Material Reciclável
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MNPR	Movimento Nacional de População de Rua
NOB/RH	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos

NOB/SUAS	Norma Operacional Básica reguladora do Sistema Único de Assistência Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNISPR	Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua
PNPR	Política Nacional para População em Situação de Rua
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
PSR	População em Situação de Rua
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	27
1.1	Explicitação do problema e objeto da investigação	32
1.2	Desenvolvimento da pesquisa	38
1.3	Organização da tese	39
2	MAPA DAS PRODUÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	41
2.1	Quanto à análise do ano das produções	46
2.2	Quanto à análise das orientações das produções	50
2.3	Quanto à análise do nível de ensino das produções	53
2.4	Quanto à análise dos títulos das produções	56
2.5	Quanto à análise dos objetos e objetivos das produções	60
3	TERMOS E CONCEITOS DAS PRODUÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	71
3.1	Quanto aos termos de PSR utilizados nas produções no Serviço Social	84
3.2	Quanto aos conceitos de PSR utilizados nas produções no Serviço Social	88
4	FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	121
4.1	Eixo temático: “questão social”	145
4.2	Eixo temático: Política Social	161

4.3	Eixo Temático: Exclusão/inclusão Social	188
4.4	Eixo Temático: Urbano	208
4.5	Eixo Temático: Participação Social	219
5	CONCLUSÕES	227
	REFERÊNCIAS	239

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

O tema da presente tese corresponde aos fundamentos de “População em Situação de Rua (PSR)” utilizados pelo Serviço Social nas produções acadêmicas da atualidade. Sobre a escolha do tema relacionamos ao título da tese – na qual referimos que foi elaborado com base nessa escolha, pois identificamos que “a pedra angular” pode ter o mesmo sentido ou significado atribuído a palavra fundamentos e, por essa razão, incluímos no título. Entendemos que fundamento é à base das produções, assim como, “a pedra” é necessária a uma construção de um prédio ou edifício, por isso, fizemos essa analogia.

Parte dos materiais que estudamos e, que foram utilizados por nós, para a elaboração desta tese são as áreas da arquitetura e urbanismo – na qual referiu que nas construções antigas “a pedra angular” era a fundamental na construção de um prédio e, o um conjunto dos edifícios, formavam as cidades e é sentido que atribuímos a relação com a pedra aos fundamentos. O surgimento do fenômeno da PSR ocorre junto com a formação das cidades e dos edifícios e é neste espaço que ocorrem as desigualdades sociais – sequelas da contradição entre trabalho e capital.

Esse símbolo (a pedra angular) nas construções antigas representava o significado de fundamental, a primeira pedra a ser assentada na esquina do edifício, formando um ângulo reto entre duas paredes. Essa pedra possui a função de definir a colocação das outras e alinhar toda a construção, portanto é o elemento essencial que dá existência àquilo que se chama de fundamento da construção (FUNDAMENTAL, s/d).

Se relacionarmos a nossa proposta de estudo à pedra angular, pode-se inferir que ela — a proposta de estudos dos fundamentos — é o que dará sustentação e apontará para a realização de outros estudos nesta área. A investigação da compreensão dos fundamentos de PSR no Serviço Social pode vir a contribuir para um pensar e fazer crítico acerca da formação e dos processos de trabalho do assistente social.

Se compararmos os fundamentos à construção de uma edificação na atualidade, trata-se do primeiro bloco de pedra ou alvenaria. Nas construções, essa pedra ou fundamento pode ser mais de uma e são a(as) primeira(s) a serem assentada(s), formando um ângulo reto entre duas paredes. Ela serve para definir a colocação das outras pedras e alinhar toda a construção. Em nossa tese, dizemos que o fundamento é a base ou primeiro bloco fundamental da produção. É quando o pesquisador busca as categorias teóricas do seu estudo, a partir da definição do seu objeto. Por essa razão, estudamos as bases que deram sentido aos trabalhos dos pesquisadores brasileiros. Acreditamos que, à medida que desvendarmos esse sentido, maior clareza pode-se trazer para nossos limites e avanços na produção acadêmica.

Essa proposta vem ao encontro da área de concentração “Serviço Social, Direitos Humanos e Questão Social” — mais especificamente a linha de Pesquisa “Ética, Direitos Humanos e Serviço Social” — à qual está vinculado o Grupo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social (GEPSS), em que tivemos uma participação ativa durante a realização dos quatro anos de curso.

O GEPSS discute o Serviço Social desde sua formação até os processos de trabalho do assistente social. As discussões do grupo nos ajudaram a refletir a necessidade de se pesquisar o tema PSR no Serviço

Social – a partir dos questionamentos dos participantes quanto ao que é necessário estudar para intervir com essa população. É importante citarmos que essa temática atende as exigências atuais da organização do Programa e das Agências de pesquisa (CAPES, CNPQ) — que cada vez mais solicitam a organização de seus projetos conforme a necessidade do campo de conhecimento e da realidade social.

As reflexões sobre os fundamentos da temática PSR foram uma sugestão da banca de qualificação realizada em 2014 — a qual contribuiu imensamente para o aprofundamento da investigação e a quem agradeço as ricas sugestões e críticas naquele momento.¹

O ponto de partida para as reflexões atuais e a reelaboração do projeto após a qualificação foi verificarmos os estudos existentes na área. Tínhamos tido acesso à dissertação de Silva, defendida em 2012 na PUCSP — para a qual tivemos a oportunidade de contribuir disponibilizando nossa Dissertação (OURIQUES, 2005) e estabelecendo um profícuo diálogo. Essa investigação teve como objetivo pesquisar as produções sobre a PSR no Brasil. Silva (2012) fez um levantamento dos estudos de 1993 a 2010, analisou qualitativamente os da área de Serviço Social — 27 trabalhos (24 dissertações e três teses de doutorado) — e incluiu também as produções dos programas de políticas sociais que, em nosso projeto, optamos por não abranger, visto que o nosso foco são os fundamentos da temática na área, e não de outras disciplinas, como a da administração, por exemplo.

Naquele momento preliminar, foi possível estudar esses programas e percebemos que existiam diferenças significativas e no que

¹ Prof. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmento, Profa. Dra. Maria Magdalena Alves, Profa. Dra. Jane Cruz Prates, Profa. Dra. Maria Lúcia Lopes da Silva; Profa. Dra. Helenara Silveira Fagundes e Profa. Dra. Tania Regina Krüger.

se refere aos objetivos do Serviço Social, o que poderia dificultar a realização de nossa análise dos dados, expandindo-a demais.

Na seleção das dissertações e teses, optou-se por aquelas que fossem vinculadas ao Serviço Social, ou seja, as que pudessem ser caracterizadas como da área de concentram. Também consideramos elementos de inclusão no estudo as pesquisas que tivessem como temática ou preocupação a população em situação de rua.

Justifica-se a escolha deste tema, primeiramente, pela pouca produção de conhecimentos que analisem os fundamentos sobre a população em situação de rua no Brasil. Há estudos na área temática desde a década de 1990, porém percebe-se a ausência de pesquisas que tratem dos elementos teóricos e metodológicos utilizados na área pelos pesquisadores e de que forma essas produções podem realizar a interlocução com outras áreas de conhecimento.

Além disso, observa-se a limitação de estudos que realizem alguma referência ao seu fundamento com a ética e com os processos de trabalho. No levantamento preliminar que realizamos para a tese, encontramos em uma década apenas uma produção que teve a preocupação de discutir especificamente o Serviço Social e sua relação com a população em situação de rua, sendo a de Oliveira (2008).

A segunda justificativa para a escolha do tema que justifica a sua realização foram as diferenças quanto aos fundamentos utilizados por pesquisadores do Serviço Social nas produções acadêmicas no Brasil. Encontramos uma diversidade destes fundamentos que precisam ser reunidos e analisados qualitativamente, essencialmente, aqueles utilizados pelos profissionais em cada período histórico. Não temos o objetivo de defender que haja um fundamento único ou um padrão de

pesquisa, mas de levantar alguns elementos teóricos essenciais a área que é necessária à leitura quando se trata de pesquisa e intervenção com a população em situação de rua, e que esses fundamentos estejam coerentes com a análise que está sendo realizada. Nossa proposta visa problematizar os estudos – reunindo os fundamentos numa só produção.

Também observamos em estudo preliminar realizado uma diversidade de assuntos que precisam ser aprofundados no nível teórico, bem como, situados no tempo histórico correspondente ao desenvolvimento de cada pesquisa acadêmica — identificamos que foram empregadas diversas teorias para explicar e tratar do um mesmo assunto a partir de diferentes perspectivas. Isso ocorre como a temática da exclusão social e da “questão social”. Igualmente justificamos a escolha deste tema pela sua relação (PSR) com a falta de produção que vão além das acadêmicas. Não encontramos nos últimos 10 anos produções em periódicos Qualis A que tratasse o tema da PSR no Serviço Social. O foco das produções se deu em temas gerais de pesquisa como políticas sociais, questão social e o trabalho. Os estudos dos segmentos sociais vulneráveis se concentram em criança e adolescente e idosos.

A terceira justificativa de escolha por esse objeto de pesquisa pauta-se a partir das nossas observações dos processos de trabalho do assistente social junto a PSR, o que nos deixava preocupados e reflexivos. Notávamos cotidianamente o quanto era preconceituosa e estigmatizante a percepção de muitos colegas dessa área no que se refere à temática da população em situação de rua. Tínhamos a dúvida se essa visão era pautada nos valores dominantes da sociedade e/ou se tinha relação com os fundamentos referenciados pelos profissionais nas

produções acadêmicas que tinham como temática a PSR. Percebemos isso com maior clareza nas expressões, nos relatórios, nos trabalhos de conclusão de curso e no trato diário dos profissionais com essa população – na qual percebíamos um olhar, uma expressão corporal e uma linguagem que, em muitos momentos expunham o nojo, a pena, a raiva, o medo, o repúdio, o descrédito e tantos outros comportamentos, atitudes e pensamentos moralizadores.

A partir da nossa experiência, questionávamos na elaboração da proposta de tese se as primeiras impressões que tínhamos sobre os fundamentos eram somente expressões profissionais que possuísem um forte viés moralizante que pauta-se no senso comum e na visão positivista dos processos de trabalho. Problematicávamos constantemente se essa percepção seria o reflexo de como a sociedade percebe essa população como perigosa, nefasta e ameaçadora da ordem burguesa. Tentávamos refletir se as produções também expressavam essa lógica e se de alguma maneira poderiam contribuir para a formação de assistentes sociais críticos e comprometidos com a realidade social.

1.1 Explicitação do problema e objeto da investigação

A formulação do problema de pesquisa partiu de algumas inquietações que tínhamos durante do doutorado quanto ao conhecimento necessário que o Serviço Social precisa ter sobre os fundamentos da temática PSR. Esses questionamentos eram quanto aos limites e avanços dos conteúdos das produções e foram observados nos processos de trabalho profissional em que estávamos inseridos como assistente social junto à população em situação de rua. Tais inquietações eram sobre que fundamentos eram necessários aos profissionais para

compreenderem o contexto de vida dos sujeitos que utilizam a rua como moradia e sobrevivência, e se as produções e os aportes teóricos contribuíam para a transformação social de suas vidas. Esse foi o ponto de partida.

Essas observações foram levadas para a banca de qualificação em 2014, a qual nos auxiliou a compreender que, para se estudar a concepção dos profissionais, era necessário um estudo aprofundado dos fundamentos. Por esse motivo, alteramos o objeto central de “concepção” para “fundamentos”. Inicialmente pretendia-se realizar uma pesquisa empírica, mas ela foi descartada em razão do tempo disponível para seu desenvolvimento, e por entendermos que os processos de trabalho da pesquisadora na região da Grande Florianópolis (SC) poderiam contribuir no desenvolvimento do estudo, sem ter que pesquisar o que já identificávamos acerca da concepção dos profissionais com relação à população em situação de rua. Optou-se então pelo aprofundamento do estudo nos fundamentos e que mediaríamos com a nossa percepção sobre os processos de trabalho do assistente social junto PSR.

Para o início dessa caminhada, foi primordial o trabalho de Silva (2012), que nos apresentou um panorama dos estudos sobre população adulta em situação de rua no Brasil identificando, entre 1993 e 2010, 139 produções — considerando-se um universo de diversas áreas do conhecimento (psicologia, sociologia, antropologia, ciência política, geografia etc.). Nesse mapeamento, o Serviço Social foi a área que mais apresentou produções desse tema no período (20% são do Serviço Social — o que corresponde a 27 trabalhos).

Ressalta-se que ocorreu no Serviço Social um aumento de produções com o passar dos anos, concentrando maior número de dissertações, se as compararmos ao número de teses, inclusive uma concentração das produções na região central do país (SP com 45%) (SILVA, 2012).

O trabalho de outra pesquisadora (Silva, 2009) indicou que esse crescimento é explicado pela ampliação dos cursos de pós-graduação e pela própria implementação da política nacional para a população em situação de rua em 2009. No Serviço Social, Silva (2012) encontrou 27 produções e analisou 20. Das 27, 24 eram dissertações, e três, teses de doutorado. Diz ela que nesse período pesquisado (1993–2010), 1998 apresentou maior incidência de produções. Quanto às tendências temáticas e teóricas, a pesquisadora encontrou os eixos população de rua, exclusão social, trabalho, sociedade e urbano.

Segundo Silva (2012, p. 26), no conteúdo de análise do Serviço Social, há uma “unidade no referencial ao remeter a questão social e a exclusão social” nas produções. Ela identifica também que “[...] usando, principalmente, o referencial analítico crítico da teoria de Marx”. Ao lermos essa afirmação, percebe-se nela uma contradição, pois o conceito e os referenciais de questão social são diferentes dos de exclusão — sendo que esta última, em nossa compreensão, não se trata de uma categoria marxista, portanto não há unidade, como menciona Silva (2012).

Essas questões nos fizeram indagar sobre quais são os fundamentos que o Serviço Social utiliza para abordar o tema nas produções acadêmicas e qual a sua clareza quanto à utilização no seu devido tempo histórica. Interrogamo-nos qual perspectiva os

profissionais vêm utilizando nos últimos anos para fundamentar seus estudos com população em situação de rua? Nesse sentido, a partir desse estudo de Silva (2012), definiu-se realizar uma investigação de natureza qualitativa direcionada às produções do Serviço Social com intuito de aprofundar a análise sobre os fundamentos presentes nas produções da área do Serviço Social, principalmente por entendermos que essas dissertações e teses são expressão do que se produz e é tomado como referência para nossa formação e processos de trabalho profissional.

O segundo passo foi delimitar o universo da pesquisa, isto é, quais as produções a serem utilizadas para a análise — o que nos fez refletir sobre a produção de conhecimentos no Serviço Social como área que ainda está buscando seu reconhecimento dentro do universo acadêmico, apesar de já ter ocupado espaço legítimo nas principais agências e instituições acadêmicas e científicas.

Diferentemente de Silva (2012), que abrangeu produções de outros programas de pós em que havia assistentes sociais e outros profissionais, e do seu foco, que eram as produções acerca da população em situação de rua, o nosso estudo foi direcionado às produções dos programas de pós-graduação em Serviço Social. Destaque-se que não estamos estudando somente trabalhos de assistentes sociais, e, sim, de profissionais que produziram em programas de pós-graduação em Serviço Social.

O tempo delimitado de coleta considerou o aumento das produções nos últimos anos, conforme citou Silva (2012) e, também, acredita-se que a qualidade dessas investigações também foi sendo qualificada a partir de 2000. Não queríamos fazer estudo comparativo entre períodos e suas produções: apenas estudar os fundamentos da

atualidade e, por isso, delimitamos o período de 2004 a 2014. O acesso às produções no Banco de Dados da CAPES de forma completa nos últimos anos foi determinante para a escolha desse período.

Ainda na reelaboração do projeto de pós-qualificação, foram encontradas no Banco de Dados da CAPES 26 produções de 2004 a 2014 (22 dissertações de mestrado e quatro teses de doutorado). Naquele momento, definia-se o universo da pesquisa.

Com esses estudos e informações, surgiram indagações e problematizações várias que nos acompanharam ao longo da pesquisa, tais como: Quais são os dados e informações expressos nas produções acadêmicas no Serviço Social sobre população em situação de rua?; De que forma os pesquisadores no Serviço Social denominam, conceituam, caracterizam a população em situação de rua?; Quem são os principais autores de referência utilizados nas produções acadêmicas no Serviço Social sobre a temática da população em situação de rua?; Quais são as temáticas que podem ser encontradas na fundamentação das produções do Serviço Social sobre população em situação de rua?; Quais são os autores e suas perspectivas a respeito das produções sobre a população em situação de rua?

A partir disso, estabelecemos o objeto ou problema de pesquisa que foi delimitado da seguinte maneira: **quais os fundamentos foram utilizados pelo Serviço Social sobre a População em Situação de Rua nas produções acadêmicas?**

Partindo dessas preocupações, definimos o objetivo geral da investigação, que é: **analisar** os fundamentos empregados pelo Serviço Social sobre a temática da população em situação de rua nas produções acadêmicas com a finalidade de reconhecer os limites e os avanços na

área nesse assunto e, assim, contribuir com a produção de conhecimento enriquecendo os estudos que abordam esse tema no Serviço Social.

Os objetivos específicos foram delimitados da seguinte forma: a) **pesquisar** a produção acadêmica sobre população em situação de rua no Serviço Social no Brasil; b) **verificar** o termo e o conceito de população em situação de rua empregado nas produções acadêmicas no Serviço Social brasileiro; c) **investigar** tendências temáticas e teóricas da fundamentação nas produções do Serviço Social sobre população em situação de rua e d) **estudar** os autores e as suas perspectivas teóricas encontradas na fundamentação das produções sobre a população em situação de rua.

Após a elaboração dos objetivos específicos, foi necessário descrever a metodologia da pesquisa. Como mencionamos anteriormente, já tínhamos realizado um levantamento prévio sobre se haveria estudos suficientes para realizar a análise, era momento então de definir os procedimentos de coleta e análise, que sofreram alterações à medida que a pesquisa foi sendo realizada.

Já tínhamos a noção de que a natureza da pesquisa haveria de ser qualitativa, pois a escolha desse objeto (os fundamentos) exigiria esse tipo de análise. O delineamento do estudo foi bibliográfico e mantivemos desde o início até o fim da proposta de estudo a centralidade da análise nas teses e dissertações.

Não descartamos a possibilidade de que, nas inferências da análise, nossa experiência na área pudesse contribuir. Além disso, as fontes de coletas foram às teses e dissertações escolhidas a partir do critério de maior número, se comparadas a livros e artigos científicos no Serviço Social que tenham a temática população em situação de rua, as

quais, na maioria das vezes, são resultados das pesquisas realizadas nas teses e dissertações.

Ressalta-se que utilizamos o livro de Silva (2009) em vez de sua dissertação que foi publicada em 2006. Trata-se da mesma produção – porém, como o livro já estava disponível, optamos por ele por acreditar que está mais qualificado e oferece maior acesso aos leitores.

1.2 Desenvolvimento da pesquisa

Iniciou-se a coleta de dados por meio da procura via internet, no Banco de Dados da CAPES, dos trabalhos que tivessem como temática a população em situação de rua e o vínculo com os Programas de Pós-graduação em Serviço Social. Logo foi identificado que as dissertações e as teses disponíveis para consulta estavam em forma de resumo. Os trabalhos completos estariam disponíveis apenas a partir de 2005. Utilizamos também o domínio público e as bibliotecas digitais de teses e dissertações como fonte de coleta e também identificamos que são os trabalhos mais recentes que estão disponíveis.

Foram três meses de busca às produções e tivemos que procurar fontes alternativas de pesquisa, como telefone, e-mail, curriculum lattes e as redes sociais para contato com os pesquisadores a fim de que disponibilizassem os trabalhos.

No total, foram encontradas 26 produções: 22 dissertações e quatro teses. Porém, para a análise de dados, utilizamos 23 produções: 20 dissertações e três teses. Infelizmente, não foi possível conseguir uma tese e duas dissertações, por não termos conseguido o contato com os pesquisadores.

Ainda na coleta de dados, após a impressão de todos os trabalhos, iniciamos sua leitura completa, com atenção para a fundamentação ou o que denominamos de referencial teórico das produções. Como auxílio construímos um quadro de análise para cada trabalho que continha informações como: título, preocupações temáticas, assuntos, categorias, autores, exercício profissional etc.

Depois dessa fase de leitura de todas as produções, construímos com muito cuidado outro quadro que aprofunda somente a parte da fundamentação com intuito de encontrar as principais categorias teóricas, a posição dos pesquisadores quanto a cada categoria, e os autores que embasam a fundamentação.

Em seguida outros quadros foram construídos com foco nos objetivos específicos agrupando as informações encontradas. A partir desse momento, começamos a encontrar possíveis impressões e um conjunto de categorias sobre os fundamentos de PSR, que foi identificado como tendências nas produções no serviço social.

1.3 Organização da tese

Esta tese tem a estrutura a seguir. No segundo capítulo, elaboraremos um mapa que trará de maneira geral as características das produções que investigamos, tais como o local e o nível das produções, título, objeto e objetivos, dentre outros aspectos. Nesse momento, daremos início à sistematização da base de nossa elaboração, mesmo que sejam dados originais. No terceiro capítulo, elaboraremos uma análise sobre os termos e conceitos de PSR no Serviço Social e, no quarto — última seção — apresentaremos os eixos temáticos encontrados nas pesquisas, tais como: questão social; política social;

exclusão/inclusão social; urbano e participação social. Todos esses eixos compõem um conjunto de categorias utilizadas como fundamento nas produções. Porém, para analisá-las, escolhemos aquelas que mais estavam presentes na fundamentação teórica dos trabalhos.

2 MAPA DAS PRODUÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

FIGURA 2 - A Pedra Angular



Fonte: BENJAMIN, 2015.

O Mapa

Olho o mapa da cidade
Como quem examinasse
A anatomia de um corpo...
(É nem que fosso meu corpo!)
Sinto uma dor infinita
Das ruas de Porto Alegre
Onde jamais passarei...
Há tanta esquina esquisita,
Tanta nuança de paredes,
Há tanta moça bonita
Nas ruas que não andei
(E há uma rua encantada
Que nem em sonhos sonhei...)
Quando eu for, um dia desses,
Poeira ou folha levada
No vento da madrugada,
Serei um pouco do nada
Invisível, delicioso
Que faz com que o teu ar
Pareça mais um olhar,
Suave mistério amoroso,
Cidade de meu andar
(Deste já tão longo andar!)
E talvez de meu repouso...

Mário Quintana

A proposta deste segundo capítulo é apresentar ao leitor da tese um ponto de partida — é como se fôssemos construir uma casa (pensando no sentido da pedra angular): primeiro, temos que encontrar um terreno; segundo, realizar sua limpeza e, terceiro, preparar os alicerces para iniciar a construção por meio de elevação das paredes. Ao levantarmos as paredes, no canto, na união entre uma e outra, normalmente colocamos pilastras de concreto que são fortes e proveem a sustentação da casa. Elas são angulares — pois situam-se num ângulo apropriado para dar sustentação, normalmente na junção entre duas paredes por elas sustentadas, seguram o telhado e mantêm a casa de pé.

Na arquitetura antiga, quando as construções eram feitas com pedras, uma muito forte era utilizada como “pedra angular”. Essa pedra era cuidadosamente selecionada na pedreira e talhada no tamanho e formato corretos para ser “a pedra angular” — a pedra que iria receber o maior peso do edifício e sustentá-lo. Nossa pedra desta tese foi cuidadosamente talhada e denominada como “mapa”, que contém as informações gerais das teses e das dissertações investigadas. Se já é uma forma sistematizada de nossa caminhada nesta pesquisa, tem aqui o valor inicial dos dados e informações gerais sobre essas produções nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social acerca da temática da População em Situação de Rua (PSR).

Dessa forma, apresentamos o conjunto de informações sistematizadas que encontramos sobre nosso tema, situando, localizando e, principalmente, referenciando para posterior análise qualitativa apresentada nos próximos capítulos. Destacamos que demos muita importância a essa sistematização do relato do processo metodológico da pesquisa (como destaque para elaboração desta tese).

Essa apresentação será realizada a cada início de capítulo, com intuito de compreender o caminho que percorremos até chegar aos

dados apresentados na pesquisa que culminou nesta tese de doutorado. Segundo Chizzotti (2006), a pesquisa

[...] reconhece o saber acumulado na história humana e se investe do interesse em aprofundar as análises a fazer novas descobertas em favor da vida humana (2006, p. 19).

Ainda afirma o autor que, na análise dos dados, está expressa a concepção da realidade que o pesquisador assume e da qual partilha. Toda pesquisa explicita uma concepção assumida pelo pesquisador — manifesta ou latente, ingênua ou justificadamente. É importante dizer que esta pesquisa é qualitativa, portanto não tem um padrão único, porque se admite que a realidade é fluente e contraditória, e os processos de investigação dependem também do pesquisador: sua concepção, seus valores, seus objetivos e o tempo histórico em que foi escrita a produção analisada.

Uma das concepções que assumimos como base na construção da tese foi à noção de “rua” e seus diferentes significados. Ao mesmo tempo em que a rua é lugar de socialização de diversos grupos e classes sociais é um espaço contraditório, pois em nosso entendimento “nenhuma pessoa nasce na rua naturalmente ou deseja morar nela antes das condições que lhe foram impostas pelo sistema capitalista”. Nossa concepção parte de que a situação de rua é uma consequência de vários outros fatores que lhe foram negados em algum momento da vida.

Segundo a pesquisadora Silva (2012), não há consenso quanto ao entendimento da temática nas áreas do conhecimento. Foi a partir de 1990 que passou a ser um importante campo de investigação, principalmente, nas áreas de ciências humanas e sociais. Desse modo, esses estudos possuem diversos significados atribuídos à PSR, à análise de suas condições e seu modo de vida. Identificamos diferentes áreas

que estudam esse objeto e que apresentam diferentes intencionalidades e, conseqüentemente, distintos entendimentos. Todos estão localizados em um tempo histórico e acompanha o movimento do real de cada período em que foi analisado.

Identificamos pesquisas que tratam do tema nos campos da antropologia, da psicologia, da sociologia, da história, da ciência política, da ciência da religião, da saúde coletiva, da educação, do planejamento urbano, da arquitetura e urbanismo, da geografia e da área médica, entre outros. No levantamento realizado no banco de dados da CAPES, encontramos várias pesquisas que abordam o tema — com diferentes objetos de estudos e cada um deles voltado à sua área de concentração dos respectivos Programas de Pós-Graduação. A pesquisadora Silva (2012) examinou diversas dessas pesquisas e, no período de 1993 a 2010, encontrou 139 estudos abrangendo 23 áreas de conhecimento, e o Serviço Social encontra-se entre essas áreas, apresentando 27 produções.

A nossa investigação se propôs estudar o período de 2004 a 2014 — no qual foi encontrado um número proporcional ao número de produções (26) referenciadas por Silva (2012). Das produções que encontramos, quatro são Teses de Doutorado, e 22, Dissertações de Mestrado. Utilizamos o critério “disponibilidade” para escolha das produções, ou seja, analisamos as produções completas que estavam disponíveis via internet durante o período da coleta de dados (fevereiro a maio de 2015).

A consulta inicial foi realizada no Banco de Dados da CAPES, onde foi possível verificar no início do estudo que somente a partir de 2005 havia disponível o modo de trabalho completo para consulta. Diante da dificuldade de busca dos trabalhos, utilizamos outras estratégias para encontrar o máximo de produções dentre o período

delimitado que pudessem abranger o objetivo do estudo. Segue abaixo quadro de apresentação geral das pesquisas encontradas referentes à temática da PSR nos Programas de Pós em Serviço Social.

QUADRO 1 - Apresentação geral das dissertações e teses de Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil sobre população em situação de rua, 2004–2014

N.	ANO	PESQUISADOR	ORIENTADOR	NÍVEL	IES
01	2005	OURIQUES, Ciberen Quadros	PRATES, Jane Cruz	Mestr.	PUCRS
02	2005	PEREIRA, Márcia Aparecida Acoorsi	SILVA, Maria Lúcia Carvalho da	Dout.	PUCSP
03	2005	SILVA, Marta Borba	COUTO, Berenice Rojas	Mestr.	PUCRS
04	2006	SILVA, Maria Lúcia Lopes da	BOSCHETTI, Ivanete Salete	Mestr.	UnB
05	2007	FARIA, Vera Celina Cândido de	PRATES, Jane Cruz	Mestr.	PUCRS
06	2007	PEREIRA, Viviane Souza	MENEGAT, Elizete Maria	Mestr.	UFJF
07	2008	MARTINS, Andréa Medrado	MACEDO, Myrtes de Aguiar	Mestr.	PUCRJ
08	2008	NOGUEIRA, Fabiana da Glória Pinheiro	QUIROGA, Ana Maria	Mestr.	PUCRJ
09	2008	OLIVEIRA, Jairo da Luz	BULLA, Leonia Capaverde	Dout.	PUCRS
10	2008	PEREIRA, Camila Potyara	THEODORO, Mário Lisboa	Mestr.	Unb
11	2008	REIS, Daniela Santos	CAMPOS, Marta Silva	Mestr.	PUCSP
12	2010	AMARAL, Denise Perroud	MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni	Mestr.	PUCSP
13	2010	MEDEIROS, Alessandra	WANDERLEY, Mariângela Belfiore	Dout.	PUCSP
14	2011	LIMA, Maria do Rosário	NASCIMENTO, Maria de Fátima Melo	Mestr.	UFP
15	2011	NEVES, Marília Nogueira	SOUZA, Regina Sueli de	Mestr.	PUCGO
16	2012	SILVA, Cláudia Lúcia da	SPOSATI, Aldaiza	Mestr.	PUCSP
17	2012	PAULA, Débora do Nascimento	COUTO, Berenice Rojas	Mestr.	PUCRS
18	2012	PIZZATO, Rejane Margarete Scherolt	FERNANDES, Idília	Mestr.	PUCRS
19	2012	MARCOLINO, Sheila Costa	SPOSATI, Aldaiza	Mestr.	PUCSP
20	2012	MACHADO, Simone Araújo	PRATES, Jane Cruz	Mestr.	PUCRS

21	2012	PEZOTI, Rosângela Helena	SILVA, Maria Lúcia Carvalho	Doutr.	PUCSP
22	2013	NUNES, Rodrigo dos Santos	PRATES, Jane Cruz	Mestr.	PUCRS
23	2014	REIS, Mariana Sato dos	RIZZOTTI, Maria Luíza Amaral	Mestr.	Uel
24	2014	NOGUEIRA, Vanessa Saraiva	MOURA, Eptácio Macário	Mestr.	UeC
25	2014	GUEDES, Walkiria Ferreira	MARTINELLI, Maria Lúcia	Mestr.	PUCSP
26	2014	FRAGA, Patrícia	SARMENTO, Helder Boska de Moraes	Mestr.	UFSC

Fonte: Construção própria a partir da análise das teses e dissertações em universidades brasileiras na área de serviço social, 2004–2014.

2.1 Quanto à análise do ano das produções

É importante mencionar que partimos das informações reunidas no quadro 1 para que pudéssemos realizar a análise do ano das produções. Tal análise toma como referencia esse período histórico (2004-2014) – portanto, são interpretações provisórias sobre tema PSR no Serviço Social e que se fossem analisadas em outro momento poderia ter uma interpretação diferente.

Mencionamos que nos anos de 2004 e 2009 não foram encontradas produções no Serviço Social sobre o tema da PSR nos programas de Pós-graduação. Destaca-se 2008, com três; 2012, com seis e 2014, com quatro. Os demais anos mantiveram a média de um a dois trabalhos por ano. Segundo a pesquisadora Silva (2012), o Serviço Social é a área de conhecimento que produziu o maior número de trabalhos nas duas últimas décadas. No seu estudo (período entre 1993 e 2010) 19% das produções eram do Serviço Social. Em 2008 houve a maior concentração, com cinco trabalhos. Já em nosso estudo, ocorreu um aumento, se compararmos 2008 com 2012 e 2014 (média de acréscimo de dois trabalhos a cada ano). A pesquisadora afirma que foi

a partir de 2000 que ocorreu o crescimento em relação às produções no Serviço Social, com a qual concordamos (SILVA, 2012).

A questão que se coloca não é o ano em si como dado isolado, mas suas conexões para melhor compreensão. Silva (2009) menciona que foi na segunda metade da década de 1990 que surgiram os primeiros estudos sobre população em situação de rua no Brasil, junto com a ampliação das iniciativas de enfrentamento do poder público acerca da temática.

A pesquisadora Silva (2012) argumenta, em concordância com Silva (2009), que houve um aumento das produções nos Programas de Pós em Serviço Social — devido ao próprio amadurecimento intelectual do meio profissional após o movimento de reconceituação, ao absorver uma perspectiva crítica para análise da realidade.

Concordamos com as pesquisadoras em que o aumento ocorreu em decorrência das alterações no mundo do trabalho e na sociedade capitalista, com graves reflexos no agravamento da questão social, refletindo no aumento de pessoas vivendo nas ruas em precárias condições de vida, utilizando o espaço público como moradia e sobrevivência.

Esta condição, coloca uma nova demanda ao Estado, às políticas sociais, às organizações não governamentais e aos vários profissionais, dentre eles, os assistentes sociais. É uma demanda que antes não se apresentava na pauta das políticas, embora já existisse essa população, assim como práticas profissionais junto a esses sujeitos. A questão principal que se coloca aqui é o reconhecimento dessa população antes inviabilizada e que passa não apenas a apresentar-se em maior

quantidade, mas, principalmente, a ser reconhecida como sujeito de direitos.

Diante disso, aumenta a preocupação da sociedade, das universidades e das ciências sociais e humanas em desvendar o modo de vida dessas pessoas e as alternativas de superação dessa condição.

Outro ponto é a questão política, econômica e cultural, quando o assunto é tratado pela mídia nos últimos anos, atendendo somente os interesses da burguesia — de higienizar a cidade para implantação de projetos urbanísticos e de embelezamento das áreas urbanas, expulsando essa população das áreas ditas valorizadas pelo setor imobiliário. O assunto tem sido tratado como se a PSR fosse uma poluição visual e um impedimento para atender os interesses de venda de imóveis de alto padrão.

Percebemos que o foco das grandes redes de comunicação tem sido a retirada à força dessa população das vias públicas forçando o Estado a agir com internações compulsórias para os dependentes de *crack*, bem como outras ações de higiene urbana (queima de seus pertences pessoais ou recolhimento compulsório em abrigos), etc.

Ressaltamos que não foram encontradas a partir de 2004 produções sobre crianças e adolescentes em situação de rua — embora seja necessário ponderar que foram pesquisadas somente as produções dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. O estudo de Silva (2012) apontou que, no período em que analisou o fenômeno, não pesquisou a temática (criança e adolescente) por considerar diferente a análise de estudos de “população adulta” e de “criança e adolescente” em situação de rua. No entanto, essa questão não é um detalhe, observamos na produção acadêmica do país nos Programas de

Pós-Graduação em Serviço Social dos últimos 10 anos uma diminuição dos estudos sobre “criança e adolescente em situação de rua”.

Numa primeira impressão, parece não “existir” essa preocupação na área de Serviço Social ou não haver mais profissionais que desenvolvem processos de trabalho junto a esse público ou pesquisando acerca dessa demanda, mas, se analisarmos mais profundamente, perceberemos que o foco dos estudos desses profissionais que buscam a pós-graduação está sendo discutida por outro viés — a partir de violações de direitos, não exatamente a “rua” como uma condição e um modo de vida das crianças e dos adolescentes.

Essa visão está sendo utilizada não para justificar que uma criança é de rua, mas para problematizar e pesquisar as razões que levam esses sujeitos precocemente a utilizarem a rua como moradia e sobrevivência. Os estudos estão sendo direcionados para as violações de direitos de quem está vivendo nessa condição: o trabalho infantil, a exploração sexual, a violência doméstica, entre outras violações. Todas essas situações são pesquisadas no âmbito da proteção social dos indivíduos e das famílias.²

Segundo Mota (2009)

[...] as políticas de proteção social, nas quais se incluem a saúde, a previdência e a assistência social, são consideradas produto histórico das lutas do trabalho, na medida em que respondem pelo atendimento de necessidades inspiradas em

² Existe uma Campanha Nacional de Enfrentamento à Situação de Moradia nas Ruas de Crianças e Adolescentes — Criança Não é de Rua. É uma ação de mobilização nacional em Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes em Situação de Moradia nas Ruas. Para essa temática, sugerimos um estudo específico, uma vez que não é tema desta tese. Para maiores informações: (CAMPANHA CRIANÇA NÃO É DE RUA, s/a).

princípios e valores socializados pelos trabalhadores e reconhecidos pelo Estado e pelo patronato. Quaisquer que sejam seus objetos específicos de intervenção, saúde, previdência ou assistência social, o escopo da seguridade depende tanto do nível de socialização da política conquistado pelas classes trabalhadoras, como das estratégias do capital na incorporação das necessidades do trabalho (MOTA, 2009).

Mota (2009) refere ainda que se trata de uma contradição da sociedade capitalista, cujas mediações econômicas e políticas imprimem um movimento dinâmico e dialético: se, do ponto de vista lógico, atender às necessidades do trabalho é negar as necessidades do capital, do ponto de vista histórico, a seguridade social é, por definição, esfera de disputas e negociações na ordem burguesa. Erigida no campo de luta dos trabalhadores, ela é sempre e continuamente objeto de investidas do capital no sentido de “adequá-la” aos seus interesses.

2.2 Quanto à análise das orientações das produções

Se voltarmos ao Quadro 1, verificaremos diferentes orientadores que foram responsáveis pela condução do processo de elaboração das produções junto com os pesquisadores nos Programas de Pós em Serviço Social. Observamos que, no Brasil, não podemos mencionar existirem especialistas nessa área que se dediquem a orientar apenas trabalhos sobre a temática da PSR no Serviço Social — até porque identificamos poucas produções e também, de modo geral, não é uma característica do Serviço Social brasileiro ter especialistas num único assunto. Não se trata de uma profissão que forma profissional

especialista em uma determinada área, como ocorre com o Serviço Social em outros países (EUA, por exemplo).

Na América Latina, a formação profissional é voltada para a formação de um profissional generalista para a graduação em Serviço Social. Conforme preconizam as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, o assistente social é o profissional dotado de,

[...] formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho (BRASIL, 1999).

Diferentemente acontece nas pós-graduações no Brasil - em que não há uma orientação única para a formação (ser generalista). Ao contrário disso os cursos devem desenvolver o diálogo entre concepções para uma produção de conhecimento aberta e o desenvolvimento de um diálogo entre as disciplinas e autores a partir do envolvimento de várias correntes teóricas e, assim, qualificando o processo de produção do conhecimento. Inferimos a partir disso que existe de um grupo de orientadores que vem discutindo a temática e orientando os mestrandos e doutorandos nas universidades brasileiras, porém com diferentes perspectivas e visões sobre PSR. Observamos que em cada região no Brasil há especialistas neste tema, porém a maior concentração se comparar ao restante do Brasil, se dá na região Sul e Sudeste.

Na região Sul os orientadores são: PRATES, BULLA, FERNANDES, COUTO e SARMENTO (nove produções). Na região Sudeste, os orientadores identificados são SPOSATI, MARTINELLI, WANDERLEY, SILVA, CAMPOS e MARSIGLIA (oito trabalhos). Notamos uma tendência de os orientadores serem de sexo feminino — o

que é a tendência da profissão. Dos 23 trabalhos, apenas três são de docentes do sexo masculino.

QUADRO 2 - Regiões no Brasil de maior produção e respectivos orientadores

Ano	Região	Orientador
2005	SUL	PRATES
2005	SUL	COUTO
2007	SUL	PRATES
2008	SUL	BULLA
2012	SUL	COUTO
2012	SUL	FERNANDES
2012	SUL	PRATES
2013	SUL	PRATES
2014	SUL	SARMENTO
2005	SUDESTE	SILVA
2008	SUDESTE	CAMPOS
2010	SUDESTE	MARGIGLIA
2010	SUDESTE	WANDERLEY
2012	SUDESTE	SPOSATI
2012	SUDESTE	SPOSATI
2012	SUDESTE	SILVA
2014	SUDESTE	MARTINELLI

Fonte: Construção própria a partir da análise das teses e dissertações em universidades brasileiras na área de Serviço Social, 2004–2014.

Um aspecto a ser destacado, é que não encontramos referências formais de articulação e projetos conjuntos entre esses pesquisadores e seus respectivos núcleos de pesquisas ou até mesmo os programas. Isto não quer dizer que essas articulações não existam e não venham sendo feitas. Há um reconhecimento e troca no âmbito das bancas de defesa com a participação mais significativa de alguns desses pesquisadores. Isso é algo a ser pensado e explorado.

2.3 Quanto à análise do nível de ensino das produções

Das 23 produções que encontramos nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, três são teses e 20 são dissertações.

Atualmente, a área de Serviço Social conta com um total de 34 Programas de Pós-Graduação, sendo um (01) de Economia Doméstica e os demais (33) desenvolvidos, prioritariamente, nas áreas de: Serviço Social (61,76%), Política (s) Social (is)/Políticas Públicas (23,52%), Serviço Social e Política Social (5,9%), Política Social e Serviço Social (2,94%), e Economia Doméstica (2,94%) (PRATES et al, 2016). Em nossa pesquisa, a maior concentração das produções sobre PSR nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social está nas universidades privadas — totalizando 19 trabalhos do total de 26. As demais produções (sete) são das universidades públicas (estaduais e federais). Segundo a pesquisadora Silva (2012), existe uma centralidade desses estudos nas universidades privadas e católicas e, em sua maioria, são Dissertação de Mestrado, pois a maior parte dos cursos de pós em Serviço Social vem dessas instituições.

A maioria dos programas da área básica de Serviço Social oferta somente cursos de mestrado (52,38%), sendo que 47,62% dos programas possuem cursos de mestrado e doutorado. O primeiro grupo de programas situa-se, predominante, na região nordeste (54,54%), seguida dos programas das regiões sudeste (18,18%), norte, sul e centro-oeste, cada uma representando 9,09%. Já os programas de mestrado e doutorado situam-se, predominantemente, na região sudeste (50%), seguida da região sul e nordeste (perfazendo 20% cada) e, em pequena escala, na norte (10%).

Diferente do Serviço Social em geral em relação à natureza das instituições, destacamos que a ampla maioria dos programas é ofertada em instituições públicas – inverso da graduação - e, dentre as instituições privadas que desenvolvem cursos de mestrado e/ou doutorado, em sua totalidade, são as Pontifícias Universidades Católicas (PUC-SP, PUC-RIO, PUCRS, PUC GOIÁS). Porém, quando tratamos a temática da PSR a sua maior concentração ocorre em instituições de natureza privada.

É importante mencionar que no Rio Grande do Sul onde temos uma destas instituições ocorre uma importante parceria entre o poder público e a universidade de ensino privado católica (onde realizamos a nossa formação em Serviço Social - PUCRS). Nesta instituição foram realizadas diversas pesquisas sobre o tema entre 1995 e 2000 e, geralmente, essas pesquisas possibilitaram a inserção de graduandos e pós- graduandos nos serviços o que possibilitou um importante o desenvolvimento das políticas sociais e da qualidade da formação e da produção de conhecimento no Serviço Social.

Outra informação relevante a ser considerada para fins de análise é a relação entre o grande número de produção acadêmica do Serviço Social sobre PSR na universidade privada católica de São Paulo. Ponderando qualitativamente essa relação, podemos inferir que é uma preocupação do serviço social e que vai além da relação entre instituições como ocorreu no Rio Grande do Sul. Nas teses e dissertações investigadas identificamos a importante interseção entre o perfil cristão e o engajamento dessas universidades nas demandas emergentes. Observamos uma maior frequência dessa relação entre o curso de Pós-Graduação em Serviço Social e a sua produção sobre PSR.

É importante mencionar que esse curso foi o segundo no país a ser criado (entre a década de 1930-40) e neste período ocorria o agravamento da questão social e a Igreja Católica predominava no desenvolvendo ações de caráter assistencial, embora outras também fizessem com menor visibilidade. As ações se intensificaram junto a PSR com a organização social e a formação das Pastorais de Rua e o curso d Serviço Social teve importantes profissionais que participaram deste processo (SILVA, 2012). Desde a década de 1970, uma parte da Igreja Católica acompanha as lutas do povo da rua e vem enfrentando junto com eles suas lutas e seus processos de conquista mais recentes. Isso também faz com que, no âmbito acadêmico, as pesquisas sobre a temática sejam mais acolhidas, na medida em que são setores críticos que pensam a sociedade em uma perspectiva de historicidade. Segue quadro demonstrativo sobre as produções distribuídas por universidade e a natureza delas.

QUADRO 3 - Caracterização das universidades onde foram produzidas as teses e dissertações

Tipo	Universidades	Mestrado	Doutorado	Total
Instituição privada	PUCSP	05	02	07
Instituição privada	PUCRS	07	01	08
Instituição privada	PUCGO	01	-	01
Instituição Estadual	UeC	01	-	01
Instituição Estadual	Uel	01	-	01
Instituição Federal	Unb	02	-	02
Instituição Federal	UFSC	01	-	01
Instituição Federal	UFP	01	-	01
Instituição Federal	UFJF	01	-	01
Total	09	20	03	23

Fonte: Construção própria a partir da análise das teses e dissertações em universidades brasileiras na área de Serviço Social, 2004–2014.

Outra informação são as regiões do país em que são realizadas as produções de mestrado e doutorado. Na região Sudeste e Sul há maior

número de produção se comparadas ao conjunto das demais. Silva (2012) menciona no seu estudo que a temática PSR tem maior incidência de investigação nas universidades concentradas em São Paulo e em Porto Alegre. Identificamos que há relação entre o estudo das populações em situação de extrema pobreza e as populações urbanas dessas regiões e sua localização. Ao mesmo tempo, acompanhamos pela nossa experiência profissional que houve uma interlocução significativa entre a esfera governamental e as instituições acadêmicas na construção de pesquisas que indicassem o conhecimento dessa realidade acerca da população em situação de rua.

2.4 Quanto à análise dos títulos das produções

As 23 produções que foram analisadas apresentaram diversos tipos de temas nos títulos. Elaboramos um quadro síntese para demonstrar a realidade desvendada e descreveremos algumas considerações que ponderamos importantes de serem destacadas neste momento.

Ao construir o quadro de apresentação dos títulos das produções, percebemos uma variação de denominação utilizada pelos pesquisadores para identificar a população em situação de rua. Observamos desde a utilização de morador de rua, de população de rua e o termo atual para designar essa população, que é PSR.

QUADRO 4 - Quadro síntese dos títulos das produções

Título da produção	Pesquisador (a)	Tema central do título
Do menino ao jovem adulto de rua portador do HIV/Aids: um estudo acerca de sua condição de modo de vida	OURIQUES, 2005	Condição e modo de vida
O “louco de rua” e a seguridade social em Porto Alegre: da (in)visibilidade à cidadania	SILVA, 2005	Invisibilidade e cidadania

Trabalho e população em situação de rua no Brasil	SILVA, 2006	Trabalho
Possibilidades de inserção/reinserção produtiva dos moradores de rua de Porto Alegre	FARIAS, 2007	Inserção e reinserção
População de rua em Juiz de Fora: uma reflexão a partir da questão social	PEREIRA, 2007	Questão social
O processo de trabalho do assistente social e sua abordagem com moradores de rua	OLIVEIRA, 2008	Processo de trabalho
Rua sem Saída: um estudo sobre a relação entre o Estado e a população de rua de Brasília	PEREIRA, 2008	Estado
O Sistema de Informação da Situação de Rua (SISRUA): uma contribuição para a Política de Assistência Social de São Paulo	REIS, 2008	Sistema de informação
A rede de atendimento à população em situação de rua: possibilidades de interferência na definição e concretização de uma política pública na cidade de São Paulo	AMARAL, 2010	Rede de atendimento
Pessoas em situação de rua: a saída para a saída — um estudo sobre pessoas que saíram da rua	MEDEIROS, 2010	Saída da rua
A rua como espaço para morar: observações sobre a apropriação dos espaços públicos pelos moradores de rua da cidade de João Pessoa (PB)	LIMA, 2011	Rua como espaço para morar
Política Social de atendimento ao migrante no município de Uberlândia (MG): ações, reações, reflexos e reflexões	NEVES, 2011	Migrante
Estudos sobre população adulta em situação de rua: campo para uma comunidade epistêmica	SILVA, 2012	Estudos sobre PSR
População em situação de rua: como é retratada pela política social e pela sociedade e os impactos na sua participação	PAULA, 2012	Participação
“No olho da rua”: o serviço de atendimento social de rua em Porto Alegre – abordagem social de rua na sociedade contemporânea	PIZZATO, 2012	Atendimento social de rua
Saída das ruas ou reconstrução e vida: a trajetória de estudantes	MARCOLINO, 2012	Saídas das ruas

universitários ex-moradores de rua em São Paulo		
O processo de rualização e o Sistema Único de Assistência Social: uma interlocução necessária em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial	MACHADO, 2012	Processo de rualização
O Projeto Nova Luz e a participação dos sujeitos coletivos e políticos: um processo de reurbanização em questão	PEZOTI, 2012	Reurbanização
A relação entre sujeitos em situação de rua e o poder local: protagonismo ou passividade	NUNES, 2013	Protagonismo
Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro Pop) de Londrina (PR): uma análise a partir de perspectiva do usuário	REIS, 2014	Centro Pop
A Política Nacional para População em Situação de Rua implementada no Centro Pop de Fortaleza	NOGUEIRA, 2014	Centro Pop
O Centro Comunitário São Martinho de Lima: um espaço de vivência para a população em situação de rua em São Paulo	GUEDES, 2014	Participação
População em situação de rua e o acesso à saúde	FRAGA, 2014	Acesso a Saúde

Fonte: Construção própria a partir da análise das teses e dissertações em universidades brasileiras na área de Serviço Social, 2004–2014.

Em apenas três produções não foi citada a nomenclatura de PSR no título, mas, na leitura do trabalho, foi identificada a denominação utilizada em (MACHADO, 2012; PIZZATO, 2012 e REIS, 2008). Notamos também a criatividade dos pesquisadores em dar títulos às produções, de forma que demonstrassem a relevância acadêmica e social desse segmento social. As temáticas expressas vão desde a preocupação com as alternativas de saída das ruas desses sujeitos, por meio de políticas sociais públicas, até o relato de experiências no Terceiro Setor.

Dos 23 trabalhos, dois tinham no título especificada a sua relação com o Terceiro Setor: Pezoti (2012) e Guedes (2014). O primeiro título trata de projeto social e da importância da participação da PSR num projeto de reurbanização em São Paulo — o Projeto Nova Luz — e a participação dos sujeitos coletivos e políticos (PEZOTI, 2012). O segundo é a experiência de um Centro Comunitário que presta atendimento à população em situação de rua também na região Sudeste do país: o Centro Comunitário São Martinho de Lima, um espaço de vivência para a população em situação de rua em São Paulo (GUEDES, 2014).

Dois trabalhos não apresentaram no título a preocupação em abordar as políticas públicas e os serviços direcionados à PSR. O primeiro é o de Silva (2012), que, no título e, consequentemente, na temática, direcionou o seu estudo para análises sobre as obras acerca da população em situação de rua, ou seja, sobre a produção de conhecimento nessa área. O segundo trata-se do trabalho de Oliveira (2008), que abordou no título a preocupação com os processos de trabalho do assistente social.

A maioria dos trabalhos (20) apresentou nos títulos a preocupação com a temática no sentido de identificar fenômeno na sociedade capitalista e abordar as formas de superação dessa condição por meio de políticas sociais públicas com destaque para as pesquisas que desvendaram a organização dos serviços e programas direcionados a essa população nos últimos anos.

Também observamos a tendência de direcionamento das investigações para os processos de participação social. Percebemos que não há diferença na relação entre nível (mestrado e doutorado) e títulos

das produções: a intenção dos estudos foi a mesma: caracterizar e encontrar saídas (da rua).

2.5 Quanto à análise dos objetos e objetivos das produções

O primeiro aspecto que observamos quanto aos “objetos” de pesquisa é que todos os 23 pesquisadores realizaram suas investigações partindo da sua realidade e da sua inserção ou experiência de trabalho, ou seja, partiram do empírico.

As pesquisas foram realizadas e justificadas pelo fato de os pesquisadores já possuírem contato com a PSR antes ou durante a realização dos estudos por meio dos seus processos de trabalho. Os papéis exercidos pelos pesquisadores foram identificados como estagiários gestores ou assistentes sociais de campo, realizando ações com esse segmento nas diferentes instituições, como abrigos, casas de passagem, ou Centros de atendimentos público ou não governamental. Os objetos apresentaram as preocupações da realidade desses locais em que se processam os processos de trabalho. Segue abaixo a relação dos “objetos” de pesquisa nas produções.

QUADRO 5 – Resumo dos objetos/ problemas de pesquisas

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> – a precária condição e modo de vida da PSR; – a (in)visibilidade e a (não) cidadania da PSR; – a relação do trabalho com o fenômeno da PSR; – a falta de inserção e reinserção da PSR; – a (in)visibilidade e a (não) cidadania da PSR; – a relação do trabalho com o fenômeno da PSR; – a falta de inserção e reinserção da PSR; – as expressões da questão social e a situação de rua; – a relação frágil do Estado e a ausência de políticas sociais da PSR; – os problemas de gestão do sistema de informação da PSR; – as precárias condições de processo de trabalho do assistente social junto a PSR; |
|---|

- a falta da rede de atendimento da PSR;
- a falta da rede de atendimento da PSR;
- a problemática da saída da rua;
- a rua como espaço para morar e suas dificuldades;
- a precária condição de vida do migrante;
- a dificuldade de se construir uma comunidade epistêmica a partir dos estudos sobre PSR no Brasil;
- a discussão em torno do atendimento social de rua e sua complexidade;
- a dificuldade da saída das ruas de ex-moradores de rua;
- o processo de rualização e a difícil relação com os sistemas públicos;
- a reurbanização e o (não) papel desses sujeitos;
- os problemas enfrentados no processo de implementação dos Centros Pops;
- a falta de acesso à Saúde pela PSR;
- a dificuldade nos processos sociais, ou seja, na participação, emancipação e no protagonismo da PSR.

Fonte: Construção própria a partir da análise das teses e dissertações em universidades brasileiras na área de Serviço Social, 2004–2014.

Ponderamos que todas as produções analisadas partiram do entendimento de que a “situação da vivência e moradia cotidiana na rua” trata-se de uma expressão da questão social. As produções nos últimos anos apresentaram como principal tendência de estudo a problematização em torno da **ausência e do aumento de políticas sociais**. Os pesquisadores formularam seu problema de pesquisa entendendo o fenômeno como resultado de uma sociedade e um Estado capitalista desigual que produz sequelas de pobreza extrema, de miséria e, como consequência, a “situação de rua”. Foram encontradas 18 produções no Serviço Social que tiveram como centro de estudo esse objeto.

Identificamos que essa tendência releva a preocupação dos pesquisadores em estudar a falta de política de trabalho e renda, reinserção produtiva, habitação e, a mais frequente, as de Assistência Social e a Saúde. A pesquisadora Silva (2012) afirmou que a Assistência

Social e a Saúde são o principal foco dos estudos de PSR no Serviço Social a partir da preocupação de (re)conhecer as ações desenvolvidas junto a essa população e às políticas sociais de atendimento em âmbito público e privado nos municípios *locus* de pesquisa.

Igualmente encontramos estudos que se preocupam com o processo de “saída das ruas dos sujeitos via políticas públicas” — com o foco do objeto nos desafios e dificuldades nesse movimento de saída. Observamos nas produções uma preocupação em delimitar as dificuldades de **acesso dos sujeitos aos serviços socioassistenciais e a forma como isso inviabiliza a saída das ruas.**

Entende-se que os problemas/objetos de pesquisas estão sendo explicados pelo “processo de ida para as ruas e os fatores de sua permanência”, ou seja, quais as razões que levam o sujeito para as ruas e os motivos que os fazem permanecer nessa condição e modo de vida. O que faz as pessoas viverem e permanecerem nessas condições, segundo os pesquisadores, são os determinantes sociais que enfrentam com o “passar da vida” e que possuem relação com a omissão do Estado nas políticas sociais desde o nascimento, pois, pela via da rede familiar e comunitária, não deram conta de evitar os riscos sociais.

Frente a isso, notamos nos estudos sobre PSR que as políticas de assistência social e saúde são elementos chave dos problemas de estudo, bem como uma inquietação do Serviço Social, sendo frequentemente estudada nos Programas de Pós.

Abaixo, os trabalhos que tiveram o foco de estudo nas políticas sociais.

QUADRO 6 - Síntese dos “objetos/problemas” e respectivos temas desenvolvidos

Pesquisador	Objeto	Temáticas relacionadas à Política Social
OURIQUES, 2005	A precária condição e modo de vida da PSR	Políticas Sociais Serviços Assistência Social Saúde
SILVA, 2005	A (in)visibilidade e a (não) cidadania da PSR	Proteção Social Serviços Assistência Social Saúde
SILVA, 2006 (2009)	A relação do trabalho com o fenômeno da PSR	Política Social
FARIAS, 2007	A falta de inserção e reinserção da PSR	Políticas Sociais Política do trabalho
PEREIRA, 2007	As expressões da questão social e a situação de rua	Políticas Sociais Serviços
PEREIRA, 2008	A relação frágil do Estado e a ausência de políticas sociais da PSR	Estado Políticas Sociais
REIS, 2008	Os problemas de gestão do sistema de informação da PSR	Políticas Sociais Serviços Assistência Social
AMARAL, 2010	A falta de rede de atendimento da PSR	Políticas Sociais Serviços Assistência Social
MEDEIROS, 2010	A problemática da saída da rua	Políticas Sociais Rede de Atendimento Serviços
LIMA, 2011	A rua como espaço para morar e suas dificuldades	Políticas Sociais
NEVES, 2011	A precária condição de vida do migrante	Política Social Serviços Assistência Social
PIZZATO, 2012	A discussão em torno do atendimento social de rua e sua complexidade	Proteção Social Políticas Sociais Serviços Assistência Social
MARCOLINO, 2012	A dificuldade da saída das ruas	Política Social
MACHADO, 2012	O processo de rualização e a difícil relação com os sistemas públicos;	Política Social
PEZOTI, 2012	A reurbanização e o (não) papel desses sujeitos	Política Social Política Urbana
REIS, 2014	Dificuldades na organização e funcionamento do Centro Pop	Política Social Serviço Assistência Social
NOGUEIRA, 2014	Dificuldades na organização e funcionamento do Centro Pop	Política Social Serviço Assistência Social

FRAGA, 2014	A falta de acesso da PSR à Saúde	Proteção Social Política Social Saúde
-------------	----------------------------------	---

Fonte: Construção própria a partir da análise das teses e dissertações em universidades brasileiras na área de serviço social, 2004–2014.

Segundo Miotto e Nogueira (2013), o estudo das políticas sociais no Serviço Social não é recente como preocupação ou objeto de investigação. As autoras sinalizam que o surgimento e o aprofundamento desse debate se deram ao longo das duas últimas décadas do século 20, e a sua consolidação, no início do século 21. Expõem que foi por meio da consistente produção de conhecimento e da inserção peculiar dos órgãos representativos da categoria profissional no processo de luta pela institucionalização das políticas públicas compatíveis com os valores contidos no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais que se deu a estreita relação entre Serviço Social e políticas sociais e, conseqüentemente, o aumento de estudos que abordam essa temática na profissão. Mencionam ainda que:

[...] o enfoque maior recai sobre a questão da intervenção dos Assistentes Sociais, no campo da política social, ao implementar o projeto profissional, comprometido com a defesa dos direitos sociais de caráter universal (MIOTTO; NOGUEIRA, 2013, p. 1).

Neste sentido, observamos nos estudos de PSR dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, que possuem relação com a natureza da profissão (**comprometida com a defesa dos direitos sociais de caráter universal**). O sentido de política social nas produções tem como ponto de partida a análise crítica (percebida na maioria dos trabalhos com aporte teórico marxista) que entende a política social

como contraditória: ao mesmo tempo, atende demandas do capital e do trabalho, sendo determinada pelas lutas de classe (SILVA, 2009).

Também identificamos na investigação outra tendência de “objeto” utilizada pelos pesquisadores no Serviço Social que estudam sobre PSR. A explicação da “situação de rua” e suas preocupações decorrentes estão sendo notadas pela **ausência ou aumento da participação social** dos sujeitos nas políticas sociais.

A participação social apareceu em quatro produções pesquisadas, e a sua centralidade como objeto de estudo questiona as formas de participação dos sujeitos em situação de rua nos processos decisórios institucionais, bem como os processos de trabalho dos assistentes sociais quando da sua atuação junto a PSR, como observado, na produção de Oliveira (2008). Percebemos que esse “objeto” de investigação é utilizado nos últimos anos e, isso demonstra, a preocupação com a produção do conhecimento e o compromisso com a qualidade dos serviços prestados. Diante disso, inferimos que seja pela necessidade de o Serviço Social conhecer as formas de organização e protagonismo dessa população e de propor intervenção que auxilie na garantia e na universalização dos direitos sociais (Preconizados do Código de Ética e Lei de Regulamentação de 1993).

Duriguetto e Baldi (2012) expõem que o assistente social possui as funções pedagógica e educativa no que se refere ao trabalho com a participação social e que a sua inserção nas organizações da classe trabalhadora contribui na sistematização dos processos organizativos. A participação está sendo priorizada nas formulações dessa área que vem adquirindo relevância no debate profissional atual.

O problema de pesquisa dos estudos que envolvem a temática da participação também acompanha a realidade da PSR na atualidade. A População em situação de rua a partir de 2005 forma o “Movimento Nacional da População em Situação de Rua” e, por meio dele, obteve conquistas sociais (no seu processo de autonomia e ampliação de políticas sociais). Observamos que esse acontecimento faz com que os pesquisadores se interessem pelo tema e, conseqüentemente, aumentem a produção acadêmica sobre esse objeto de pesquisa ora investigado. Os trabalhos que tiveram esse “objeto” foram:

QUADRO 7 - Produções que tiveram centralidade do problema/objeto de pesquisa a participação social

Pesquisador	Problemas/objetos relacionados à participação
PEZOTI, 2012	A reurbanização e o (não) papel desses sujeitos
PAULA, 2012.	Dificuldades das formas de participação social e protagonismo da PSR
NUNES, 2013.	Dificuldades das formas de participação social e protagonismo da PSR
GUEDES, 2014	Dificuldades das formas de participação social e protagonismo da PSR

Fonte: Construção própria a partir da análise das teses e dissertações em universidades brasileiras na área de serviço social, 2004–2014.

No que se refere à elaboração dos “objetivos” de pesquisa e a sua relação com os “objetos”, encontramos nos estudos a preocupação em analisar, investigar, pesquisar e estudar a “situação de rua” e as suas formas existentes e não existentes de fazer os sujeitos saírem dessa condição e modo de vida. Os estudos de PSR no Serviço Social seguem o “passo a passo” determinado pela política social pública: viver na rua não é digno, portanto o Estado deve viabilizar meios de os sujeitos saírem dessa condição.

Percebemos que a centralidade dos objetivos específicos está no estudo da “a situação de rua”, os desafios e as possibilidades que os sujeitos enfrentam para viverem nesta situação e, para isso, os pesquisadores investigaram temas relacionados aos fundamentos da temática como: exclusão social, políticas sociais, rualização e entre outros. Elaboramos um quadro síntese que nos auxiliou no entendimento das categorias teóricas mais utilizadas nas produções e que são temas centrais dos objetivos específicos dos trabalhos.

QUADRO 8 - Síntese dos “objetivos” e respectivos temas desenvolvidos

Pesquisador	Objetivo geral	Temas dos objetivos específicos
OURIQUES, 2005	Estudar a condição, modo de vida e a PSR.	Exclusão Social Rualização Políticas Sociais
SILVA, 2005	Investigar a proteção social e a PSR.	Loucura Rua Proteção Social Serviços
SILVA, 2006 (2009)	Analisar o trabalho e a sua relação com a PSR.	Trabalho Reestruturação Produtiva Política Social
FARIAS, 2007	Pesquisar a inserção e reinserção produtiva e sua relação com a PSR.	Trabalho Políticas Sociais Inserção Produtiva
PEREIRA, 2007	Investigar a questão social e a PSR.	Questão Social Políticas Sociais Serviços
PEREIRA, 2008	Pesquisar a relação do Estado com a PSR.	Pobreza Estado Políticas Sociais
REIS, 2008	Estudar o sistema de informação voltado à PSR.	Sistema de Informação Políticas Sociais Serviços
OLIVEIRA, 2008	Analisar o processo de trabalho de Assistentes Sociais que atuam com a PSR.	Processo de trabalho Instituição Condições de Trabalho Código de ética
AMARAL, 2010	Investigar a rede de atenção.	Políticas Sociais Redes Sociais Rede de Atendimento Serviços

MEDEIROS, 2010	Investigar as formas de saída das ruas.	Pobreza Políticas Sociais Rede de Atendimento Serviços Saídas das Ruas
LIMA, 2011	Analisar a relação dos espaços públicos com a PSR.	Cidade Rua Morar da Rua Políticas Sociais
NEVES, 2011	Pesquisar as condições de vida do migrante.	Migrante Questão Social Política Social Serviços
PAULA, 2012	Analisar as formas de participação social e protagonismo da PSR.	Política Social Sociedade Participação
PIZZATO, 2012	Estudar o serviço de abordagem social.	Questão Social Proteção Social Políticas Sociais Serviços
MARCOLINO, 2012	Estudar a trajetória de Ex-moradores de rua.	Segregação Espacial Cidades Exclusão Social Políticas Sociais Atenção a PSR
MACHADO, 2012	Pesquisar as políticas sociais e os serviços da PSR.	Rualização Política Social
PEZOTI, 2012	Investigar os processos de reurbanização e como a PSR é atingida por eles,	Urbano Cidades Política Social Política Urbana
SILVA, 2012	Estudar as produções sobre PSR.	Produção do Conhecimento Serviço Social
NUNES, 2013	Analisar as formas de participação social e protagonismo da PSR.	Rualização Política Social Poder local Participação Protagonismo
REIS, 2014	Analisar a organização e funcionamento do Centro Pop.	Questão Social Exclusão Política Social Serviço Vínculos familiares Dependência química
NOGUEIRA, 2014	Analisar a organização e funcionamento do Centro Pop.	Neoliberalismo Política Social Serviço

GUEDES, 2014	Analisar as formas de participação social e protagonismo da PSR.	Democracia Cidadania Sociedade Civil Participação Trabalho Políticas Sociais
FRAGA, 2014	Pesquisar o acesso à Saúde pela PSR.	Capitalismo Territórios Proteção Social Política Social

Fonte: Construção própria a partir da análise das teses e dissertações em universidades brasileiras na área de Serviço Social, 2004–2014.

Os temas encontrados nos objetivos abordaram, dentre outros, desde o estudo das temáticas da proteção social, a seguridade social, o neoliberalismo, a exclusão social, a realização, o Estado, a pobreza e a desigualdade.

São temas e objetivos que expressam um conjunto de categorias que possuem um referencial teórico vasto e difícil de ser analisado pela complexidade de orientações e perspectivas teóricas envolvidas na sua explicação acerca do fenômeno da PSR na atualidade.

No próximo capítulo tentaremos trazer uma sistematização dos termos, conceitos e perspectivas que estão explicitados nas produções do Serviço Social dos programas de pós do Brasil. A nossa tentativa é mostrar como esses pesquisadores abordam essas categorias e quais são as escolhas que fazem no momento de analisar o fenômeno da PSR.

3 TERMOS E CONCEITOS DAS PRODUÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

FIGURA 3 - Sustentação ou fundamentação de uma construção



Fonte: Mapa Mental. Fundamentos del Diseño Tecno-Pedagógico (NESCOBARD, 2013).

A Rua dos Cataventos

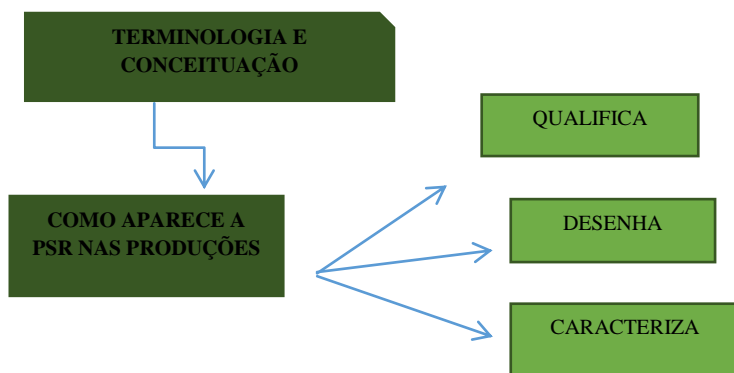
Da vez primeira em que me assassinaram,
Perdi um jeito de sorrir que eu tinha.
Depois, a cada vez que me mataram,
Foram levando qualquer coisa minha.
Hoje, dos meus cadáveres eu sou
O mais desnudo, o que não tem mais nada.
Arde um toco de Vela amarelada,
Como único bem que me ficou.
Vinde! Corvos, chacais, ladrões de estrada!
Pois dessa mão avaramente adunca
Não haverão de arrancar a luz sagrada!
Aves da noite! Asas do horror! Voejai!
Que a luz trêmula e triste como um ai,
A luz de um morto não se apaga nunca!

Mário Quintana

Fizemos uma analogia entre o título da tese “a pedra angular”, imagem acima representada (que significa a sustentação ou fundamentação de uma construção) e os fundamentos sobre PSR no Serviço Social. A segunda seção deste trabalho apresenta uma sistematização dos “tijolos”, ou seja, dos **termos e conceitos** de PSR,

expressos nas produções acadêmicas e que deram suporte teórico aos pesquisadores ao qualificar, desenhar e caracterizar a temática de PSR no Serviço Social nos últimos 10 anos. Segue abaixo outra representação ilustrativa do processo que seguimos para construir essa sistematização.

FIGURA 4 - Representação da elaboração dos termos e conceitos



Fonte: Construção própria a partir do entendimento de pedra angular e seus tijolos como sendo o conceito de PSR nas produções no SERVIÇO SOCIAL (2015).

Para elaborar este capítulo, foi necessário que todas as teses e as dissertações fossem estudadas individualmente para que pudéssemos quantificar as denominações e os conceitos de PSR empregados nas 23 obras pesquisadas (principalmente na fundamentação teórica), bem como para que pudéssemos verificar as formulações teóricas dos pesquisadores e suas perspectivas.

Em seguida, agrupamos os principais termos, conceitos e as perspectivas sobre a temática identificando os grupos de pesquisadores em que havia semelhança e diferença na perspectiva utilizada para que

podéssemos visualizar os fundamentos que os pesquisadores empregaram na elaboração de teses e dissertações no Serviço Social nos últimos 10 anos.

É importante mencionar que foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, cujas etapas contempladas por Bardin (1977) foram a pré-análise, descrição analítica e interpretação inferencial — utilizando nesse processo a análise frequencial e temática.

Inferimos desde então que foi a partir da segunda metade de década de 2000 que as produções de PSR no Serviço Social tiveram um avanço no sentido de deixar mais clara a direção das análises e conclusões acerca das pesquisas sobre PSR. A preocupação dos pesquisadores tem sido indicar com mais clareza os aportes teóricos e a perspectiva, e observamos uma importante aproximação com a perspectiva marxista. Identificamos quatro produções que tiveram a preocupação de indicar a utilização dessa referência e que avaliamos importante mencionar: SILVA, 2009; MACHADO, 2012; NUNES, 2013 e FRAGA, 2014.

Avaliamos, a partir da leitura realizada, que houve um importante desenvolvimento e aumento da produção acadêmica da área e uma preocupação dos programas de pós em progredir na qualidade das obras. Identificou-se que foram publicadas algumas dessas teses e dissertações na forma de livro e artigo, sendo que a mais expressiva foi a de Silva (2009), na forma de livro.

Ao realizarmos uma leitura dos trabalhos da década de 1990 (sobre a temática da PSR), percebemos uma tendência, característica deste período, de produção de teses e dissertações com pouca densidade teórica. Observamos que, na parte em que havia necessidade de

fundamentar as categorias, os pesquisadores “misturavam” diferentes elementos e perspectivas, e não havia ainda um rigor e uma preocupação com a coerência de método. Inferimos que o serviço social neste período ainda passava por um amadurecimento intelectual – característica deste período. No entanto, reconhecemos que tais produções, mesmo com essas dificuldades, tiveram seu legado histórico na área, e devemos reconhecer a importância desses pesquisadores, pois acompanharam e fizeram a produção de conhecimentos acerca do tema na profissão.

Identificamos categorias e autores em que o conceito de PSR está atribuído à exclusão social, à nova questão social, desfiliação, desqualificação e aos processos de rualização. Quanto aos autores dessa perspectiva, informamos que são da sociologia, e parte preocupa-se em investigar, entre outros temas da área social, a temática que estamos estudando, porém as suas referências de análise e contexto partem da realidade francesa, principalmente de Castel e Paugam. O primeiro trata o tema a partir da categoria da desfiliação social, e o segundo, a partir da fragilização dos vínculos e do acúmulo de fracassos em nível pessoal.

A principal diferença que observamos de uma década para outra (1990 e início de 2000) nas produções sobre PSR foi que as de 2000 estavam mais objetivas e preocupadas em demonstrar o processo metodológico da investigação. Quanto à organização dos trabalhos, notamos que ocorreu, na maioria das produções, em alguma parte da fundamentação teórica, uma preocupação dos pesquisadores em organizar os “termos e os conceitos” de PSR no formato de capítulos e subcapítulos, dedicando-se a trazer uma fundamentação mais organizada e até comparando a realidade brasileira com outros países, enriquecendo os aportes dos estudos.

Silva (2009) utiliza Rosa (2005) para fundamentar seu estudo sobre as relações que se estabelecem entre as mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua e menciona que a presença cada vez mais expressiva de pessoas que habitam espaços públicos das grandes e das médias cidades brasileiras não é uma questão isolada dos problemas que ocorrem no plano internacional nas duas últimas décadas, e que são referentes às mudanças intensas no mundo do trabalho e no âmbito do Estado.

A pesquisadora Silva (2012) dedica um subcapítulo de sua dissertação para mencionar o contexto dos estudos realizados sobre o tema, apresentando uma síntese de algumas referências históricas em relação ao contexto internacional. Com base no artigo de Sposati (2009a), Silva (2012) expõe que a ONU declarou em 1987 o “Ano Internacional dos Desabrigados” e, a partir disso, ocorreu a crescente discussão e reflexão por parte de agentes de várias organizações que trabalhavam com indivíduos em precárias condições de vida. Também ocorreu o surgimento da Federação Europeia de Organização Nacional do Trabalho com os sem-teto e do primeiro relatório, em 1992, descrevendo contornos dessa situação.

Segundo Sposati (2009a), na cidade de Nova York, no fim da década de 70, aparecia grande quantidade de pessoas dormindo nas ruas e em locais públicos, como parques e terminais de transportes. À época não existia o direito ao abrigo, e os poucos espaços destinados para esse fim eram precários. Um dos símbolos dessa situação era o Abrigo Municipal na *East Third Street*, no *Bowery* (SPOSATI, 2009a, p. 4-5).

Mais um fundamento utilizado por essa pesquisadora — Silva, (2012) — foi à pesquisa de Vieira, Bezerra e Rosa (1992), em que foi

registrada, somente nos Estados Unidos, a existência de cerca de 200 mil *homeless*.³

Quanto à realidade Brasileira, Silva (2012) enuncia que as cidades de São Paulo e Belo Horizonte possuem maior destaque nas iniciativas contemporâneas de caracterização da população em situação de rua. Ainda diz que São Paulo foi a cidade pioneira nas iniciativas e ações voltadas a essa população desde meados da década de 50, e a Igreja Católica sempre foi uma presença importante junto à população pobre — incluindo a PSR.

A autora menciona que foi a partir dos anos 1990 que as ações do Executivo e do Legislativo na cidade de São Paulo passaram a dar visibilidade à necessidade de se conhecer mais a respeito dessa população que utiliza a rua como espaço de sobrevivência e a criar mecanismos para atendimento. Cita ainda que, no ano de 2004, na cidade de São Paulo, ocorreu uma barbárie que ficou conhecida como chacina da Praça da Sé. Esse episódio causou a morte de sete moradores de rua, seguido de outros atos semelhantes em vários pontos do país. Diante desse contexto crescente de violência em São Paulo, um grupo de pessoas começou a expressar de vários modos a necessidade de se firmar de forma organizada como movimento social (SILVA, 2012).

Com base em Alves (2016), na década de 1990, com o Plano Collor, aumenta o contingente de pessoas nas ruas, devido à recessão, ao rebaixamento dos salários, aumento do desemprego e ao mesmo tempo se altera em parte o perfil deste “trabalhador”. O aumento da visibilidade e os incômodos causados à ordem e limpeza da cidade

³ A palavra *homeless* significa **Sem Abrigo**. É a condição de pessoas sem uma regular habitação (SPOSATI, 2009a).

levaram à cobrança de ações que deveriam ser feitas pela Municipalidade (na região Sudeste do Brasil). Este é o início de um diálogo entre Organizações de ajuda e governantes que é o embrião de uma organização que somente vai se consolidar décadas depois. O entendimento, neste primeiro momento, era que estas pessoas deveriam “retornar para suas cidades de origem” ou ficarem confinadas em Instituições como o Cetren – Central de Triagem e Encaminhamento, subordinada à Secretaria de Promoção Social do Estado de São Paulo. Por outro lado, estava em vigência, a Lei da Vadiagem que desconsiderava a situação de desemprego vigente no país e reprimia este segmento. Afirma ainda que o artigo 295 (capítulo IV, da Lei das Contravenções Penais) dizia: Não tomar qualquer pessoa uma ocupação honesta e útil de que possa subsistir, depois de advertida pelo juiz de paz, não tendo renda suficiente. Penas – de prisão com trabalho por oito a vinte e quatro dias. A origem do fato da vadiagem, como ilícito penal, inclusive como crime, é muito anterior, entretanto. No Brasil, já nas ordenações do reino Filipinas encontramos o tipo no Título LXVIII, Dos Vadios. A seguir no Código Criminal do Império de 1930 (ALVES, 2016).

Desta forma Alves (2016) menciona que:

[...] segundo dados de imprensa, em 1975, o segundo crime mais praticado era a vadiagem e as penas estabelecidas eram de cerca de três meses. Buscando construir propostas políticas até então inexistentes, A Prefeitura de São Paulo propôs um diálogo entre órgãos públicos e organizações sociais que atuavam com estas pessoas. A primeira constatação feita a partir da comparação das práticas existentes era que estas se alternavam entre a piedade/caridade e a repressão (ALVES, 2016, p. 02).

Esse processo iniciado no final da década de 1970 somente se altera mais tarde no início do novo século. Alves (2016) nos diz que:

Uma das primeiras reflexões feitas pelos profissionais das Organizações e do Poder Público estava referida ao nome a ser dado a este segmento. **Sofredor de rua** implicava na aceitação daquela opressão; **morador de rua** era consolidar sua situação como de moradia alternativa o que também era negativo; **povo da rua** trazia a ideia de um coletivo que ainda não se reconhecia como tal... passamos a nomeá-los **homens de rua**, mas após um processo reflexivo chegou-se à nomenclatura atual de **pessoas em situação de rua**. Estar em situação de implica em uma certa provisoriedade e na luta por mudarmos esta situação. De outro lado, aqueles que viviam da catação passaram a ser nomeados de catadores de material reciclável ao invés de catadores de lixo, no entendimento de que ninguém quer aquilo que de fato é lixo. A organização das pessoas em situação de rua vai se contrapor à antiga invisibilidade e um Movimento Nacional das Pessoas em Situação de Rua ganha espaços políticos e começa a apontar que não são mais um contingente disperso, e sua voz começa a ser ouvida exigindo condições de vida e saídas políticas para esta situação (ALVES, 2016, p. 2).

Na década de 1980, no processo de redemocratização do país, era percebido ainda, o desenvolvimento de práticas higienistas pelo Estado junto a PSR, resquícios da ditadura militar. Na década de 1990 como um todo - pouco se alterou essa realidade, porém surgiam algumas alternativas organizativas desta população no cenário brasileiro e que buscou a integração deste público para a luta por direitos. Teve espaço no cenário político o “Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua” – na qual obteve como importante resultado a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990.

Depois desse período ocorreu uma desmobilização desse grupo e ocorreu a formação de outro grupo a partir de 2005 (Movimento Nacional de População de Rua). E, foi partir disso, que foi dada a devida atenção do Estado a esse segmento por meio de políticas sociais.

Neste período o Governo teve a preocupação, a partir da pressão deste grupo, em realizar uma pesquisa que possibilitou sistematizar melhor a tradução de um “termo e um conceito” de PSR no Brasil. Nos documentos oficiais a base (PSR) teve uma importante participação na sua elaboração. Reconhecemos a importância de São Paulo e Belo Horizonte nessa caminhada, pois seus referenciais tornaram-se públicos em todo o país e auxiliaram as instituições e profissionais a construírem suas experiências e fundamentos.

A partir desse momento, identificamos que os profissionais de diversas áreas se apropriaram das pesquisas em todo o território nacional e as utilizaram nas produções acadêmicas como fundamento — assim como também ocorreu o inverso: o governo passou a utilizar as pesquisas e estudos acadêmicos para auxiliar na acepção de PSR no país. Destacamos a importância dos estudos desde a década de 1990, mesmo com as fragilidades que encontramos (era um início de uma trajetória que ainda precisava ser desvendada).

Em 2005 iniciaram-se também “eventos” realizados pelo governo, universidades e outras instituições, que envolveram a temática da “população em situação de rua”, e a participação do Serviço Social, por meio das universidades e conselhos de classe, contribuiu na visibilidade do tema e no aumento do interesse de pesquisadores em produzirem conhecimento, principalmente os que tiveram aproximação

com esse segmento e com a preocupação em conceituar e caracterizar a realidade dessa população no Brasil.

Lembramos que aconteceram diferentes inserções de assistentes sociais em espaços sócio ocupacionais em várias partes do país, essencialmente a partir da década de 2000 com a ampliação das políticas sociais – como também ocorreu a abertura de campo de estágio e o aumento da realização da pesquisa e projetos de extensão nas universidades. Essa inserção possibilitou uma ampliação do debate acerca do tema na profissão e da melhora da qualidade das produções acadêmicas. É importante ressaltar que o estado de São Paulo foi pioneiro nas intervenções (estatais e privadas) e pesquisas junto a esse segmento, e isso reflete no maior número de estudos e produções em todas as áreas de conhecimento.

Essas produções têm tido destaque no país desde a década de 1970, conforme destaca Silva (2012). A primeira dissertação apresentada no Serviço Social ocorreu em 1994, da assistente social Maria Magdalena Alves, com o título “Os vínculos afetivos e familiares dos homens de rua”, apresentado na PUCSP, tendo como orientadora a Professora Dra. Maria Carmelita Yasbek (SILVA, 2012).

Em 2005 ocorreu um marco importante em termos de políticas públicas para PSR — o evento organizado pela Secretaria Nacional de Assistência Social: “I Encontro Nacional sobre População de Rua” — em que foram discutidos os desafios, as estratégias e as recomendações para a formulação de políticas públicas nacionalmente articuladas a essa parcela da população. Nesse encontro, como ação prioritária, foi destacada a importância da realização de estudos que possam quantificar e permitir a caracterização socioeconômica desse grupo populacional de

modo a orientar a elaboração e implementação de políticas públicas direcionadas a eles com apoio dos técnicos (incluindo assistentes sociais) (BRASIL, 2006).

Em 2007 e 2008, foi realizada a primeira “pesquisa nacional” sobre PSR pelo “Meta Instituto de Pesquisa e Opinião” — órgão contratado por meio de licitação pública do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), quando se delineou uma definição mais clara desse público. Essa pesquisa contribuiu para subsidiar o atual desenho de PSR instituindo o Decreto 7.053/2009 que criou a “Política Nacional para a População em Situação de Rua” e o seu “Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento”. Nesse documento foi qualificada a nomenclatura, ou seja, o termo e o conceito adequado de PSR⁴ a ser utilizado no Brasil (no Artigo 1º - Parágrafo único) (BRASIL, 2009).

Desde já nos posicionamos teoricamente de acordo com essa definição, no que se refere ao termo e ao conceito de PSR utilizado no Brasil, e entendemos que não somente o Serviço Social deve utilizá-los como referência no seu trabalho cotidiano, mas também o conjunto de profissionais que atuam com esse segmento.

O Código de Ética Profissional (1993) menciona a importância dos profissionais assistentes sociais no sentido de orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais para identificar recursos e deles fazer uso no atendimento e na defesa de seus direitos, sendo uma das

⁴ “[...] grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória” (BRASIL, 2009).

competências dessa profissão repassar a informação da existência desse decreto aos atores envolvidos, seja na pesquisa ou na atuação com esse segmento, como também aos usuários (BRASIL, 1993a).

Para auxiliar a análise e exposição, elaboramos um quadro com os principais autores utilizados pelo Serviço Social para fundamentar os termos e conceitos de PSR nas suas produções acadêmicas. Observamos que a sua maioria é de brasileiros, com exceção de alguns franceses.

QUADRO 9 - Síntese dos principais autores utilizados pelos pesquisadores no Serviço Social que fundamentam a temática da PSR

Autor(es)	Obra	ORIGEM DO AUTOR
BORIN, Marisa do Espírito Santo.	Desigualdades e Rupturas Sociais na Metrópole moradores de rua em São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.	BRASILEIRA
BULLA, L. <i>et al</i>	As múltiplas formas de exclusão social. Porto Alegre: DIPUCRS, 2004.	BRASILEIRA
BURSTZYN, Marcel (org.)	No meio da Rua. Rio de Janeiro, RJ. Editora Garamond Ltda., 2000	BRASILEIRA
CASTEL, Robert.	As armadilhas da exclusão. In: WANDERLEY, Mariângela Belfiore; BÓGUS, Lúcia; YASBEK, Maria Carmelita (org.). Desigualdade e a questão social. 3. ed. São Paulo: EDUC, 2008.	FRANCESA
CHIAVERINI, Tomás.	Cama de cimento: uma reportagem sobre o povo das ruas. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.	BRASILEIRA
ESCOREL, Sarah.	Vidas ao Léu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999. 276p. Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: BURSZTYN, Marcel. No meio da rua: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. 264p. p.139-171.	BRASILEIRA
GIORGETTI, Camila.	Moradores de rua: uma questão social? São Paulo: Fapesp, Educ, 2006.	BRASILEIRA
GUIMARÃES, Aluizio Geraldo de Carvalho	A religiosidade de moradores de rua da cidade de Belo Horizonte: uma via de subjetivação. 2010. 182f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.	BRASILEIRA
PAUGAM, Serge	Fragilização e ruptura dos vínculo social: uma dimensão essencial ao processo de desqualificação Social. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 60, 1999.	FRANCESA

	<p>A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza. Tradução de Camila Giorgetti e Tereza Lourenço; prefácio e revisão de Maura Pardini Vêras. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.</p> <p>O Enfraquecimento e a Ruptura dos Vínculos Sociais – uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: SAWAIA, Bader (org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.</p>	
PRATES, J. C.; REIS, C. N.; ABREU, P	A metodologia de pesquisa para populações de rua e as alternativas de enfrentamento pelo Poder Público Municipal. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 64, 2000.	BRASILEIRA
PRATES, J.C	Sujeitos de Rua: A pesquisa como instrumento de desvelamento e intervenção na realidade social. In: BARRILL, H.C.; ARAUJO, J.M.; BULLA, L.C. (org.) A Pesquisa em Serviço Social e nas Áreas Humanas-Sociais. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.	BRASILEIRA
PRATES, J.C.; PRATES, F.C; MACHADO, S.	Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. Temporalis, Brasília (DF), ano 11, n. 22, p. 191-215, jul./dez. 2011.	BRASILEIRA
REIS, C. N. dos; PRATES, J. C.	Fragmentos de uma metrópole: meninos e meninas em situação de rua. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.	BRASILEIRA
REIS, C. N. dos; PRATES, J. C.; MENDES, Jussara	<p>A realidade dos moradores de rua de Porto Alegre. Porto Alegre: PMPA/Fesc-FSS/ PUCRS, 1994.</p> <p>Sujeitos de rua: a pesquisa como instrumento de desvendamento e intervenção na realidade social. Retrato Social, Porto Alegre, n. 1, 1996</p>	BRASILEIRA
ROSA, Cleisa Moreno Maffei (org.).	<p>População de rua: Brasil e Canadá. São Paulo: Hucitec, 1995.</p> <p>Vidas de rua. São Paulo: Hucitec: Associação Rede Rua, 2005.</p>	BRASILEIRA
SILVA, Maria Lúcia Lopes da	<p>Trabalho e População adulta em situação de rua no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.</p> <p>O trabalho do/a assistente social no Suas: seminário nacional / Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. – Brasília: CFESS, 2011.</p>	BRASILEIRA
SIMÕES JUNIOR, José Geraldo	Moradores de rua. São Paulo: Polis, 1992.	BRASILEIRA
SNOW, David; ANDERSON, Leon.	Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua. Tradução de Sandra Vasconcelos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998	BRASILEIRA
SPOSATI, Aldaíza	O Caminho do Reconhecimento de Direitos da População em Situação de Rua: de Indivíduo a Cidadão. In: Brasil, Ministério do	BRASILEIRA

	Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua. Brasília-DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009a 240 páginas. ISBN: 978-85-60700-34-9	
	Mínimos de civilidade. Folha de São Paulo. São Paulo, quinta-feira, 18 de dezembro de 2003.	
VIEIRA, M. da C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. (org.).	População de rua: quem é? Como vive? Como é vista? São Paulo: Hucitec, 1992.	BRASILEIRA

Fonte: Construção própria a partir da análise das teses e dissertações em universidades brasileiras na área de Serviço Social, 2004–2014.

Ao analisar esse quadro, observamos que grande parte da literatura utilizada vem do Serviço Social. Destacamos as mais empregadas: Prates, Sposati e Silva — todas com referências na produção sobre PSR no Serviço Social e que identificamos serem também orientadoras das produções analisadas nesta tese.

3.1 Quanto aos termos de PSR utilizados nas produções no Serviço Social

Ao identificar os *termos* de PSR empregados nas produções acadêmicas do Serviço Social, observamos que não há um único padrão na escolha dos termos pelos pesquisadores e um exclusivo sentido dado aos conceitos. Encontramos na coleta de dados diferentes termos, e nem sempre foi justificada a escolha por um ou outro, no sentido teórico. Sistematizamos na forma de quadro os termos encontrados nas teses e dissertações para apresentar ao leitor (por pesquisador e ano de publicação) os mais utilizados nas suas produções acadêmicas do Serviço Social (2004–2014).

QUADRO 10 - Quadro síntese dos termos utilizados nas produções

Pesquisador	Ano	Termo
OURIQUES	2005	Jovem adulto de rua
SILVA	2005	Louco de rua
SILVA	2006 (2009)	PSR
FARIAS	2007	Moradores de rua
PEREIRA	2007	População de rua
OLIVEIRA	2008	Moradores de rua
PEREIRA	2008	População de rua
REIS	2008	População de rua
AMARAL	2010	PSR
MEDEIROS	2010	Pessoas em situação de rua
LIMA	2011	Moradores de rua
NEVES	2011	Migrante
SILVA	2012	PSR
PAULA	2012	PSR
PIZZATO	2012	PSR
MARCOLINO	2012	Ex-moradores de rua
MACHADO	2012	PSR
PEZOTI	2012	Sujeitos coletivos e políticos
NUNES	2013	Sujeitos em situação de rua
REIS	2014	PSR
NOGUEIRA	2014	PSR
GUEDES	2014	PSR
FRAGA	2014	PSR

Fonte: Construção própria a partir da análise das teses e dissertações em universidades brasileiras na área de Serviço Social, 2004–2014.

Avaliando as informações do quadro, observamos dois grupos de termos que são utilizados para designar o segmento nas produções no Serviço Social. Todos os dois são termos atuais – pois a pesquisa os últimos 10 anos e por essa razão não identificamos significativas mudanças conceituais.

No primeiro grupo, agregamos os termos “morador de rua”, “população de rua” e “população em situação de rua” (ou sujeitos em situação de rua). Justificamos esse agrupamento de termos por não considerarmos significativa a diferença teórica entre eles. Esse grupo de produções compreende o maior número de teses e dissertações e são os termos mais utilizados no Serviço Social. No segundo grupo apareceram

outras terminologias que consideramos parte da primeira, mas especificam um grupo. Estes foram utilizados em menor número (5 produções): sujeitos coletivos, jovem adulto de rua, migrante, ex-morador de rua e louco de rua. O exemplo “louco de rua” e “jovem adulto de rua” são parte do segmento da PSR, mas não representam o conjunto, pois são apenas um grupo. O primeiro diz respeito à discussão de pessoas portadoras de sofrimento psíquico, e o segundo, de adolescentes. Os dois vivenciam a experiência das ruas por situações diferentes e, portanto, seu fundamento é específico a essa realidade, porém estão na rua pela mesma situação (pobreza extrema). O terceiro termo diz respeito à discussão do “migrante” — que também é parte da PSR no nosso entendimento —, entretanto exige uma análise a partir da sua representação do mundo do trabalho, e seus fundamentos devem ser amparados por essa discussão. O quarto termo analisado é a expressão ex-moradores de rua: entendemos que traz uma conotação negativa ao sujeito que teve essa trajetória, porque dá a noção de que nunca vai deixar de ser morador de rua criando um estigma. Nesse caso, seria mais adequada “pessoa que teve trajetória de rua” e não “ex” de alguma condição social. Esses termos demonstram o caráter heterogêneo dessa população.

Observamos também que o primeiro grupo de termos, está sendo utilizado nas produções no Serviço Social a partir de 2010. Consideramos também o quadro de termos em que incluímos o ano das produções (quadro 4). Analisamos que isso ocorreu na ocasião em que avançou a discussão das políticas sociais para a PSR a partir da realização da primeira pesquisa nacional, do primeiro seminário

nacional, da formação do Movimento Nacional da PSR e a instituição do Decreto 7.053/2009.

Silva (2012) encontrou na sua pesquisa de mestrado sete termos que considera diferentes nas produções no Serviço Social que investigou (morador de rua, população de rua, população em situação de rua, pessoas em situação de rua, populações adultas de rua, loucos de rua e homem de rua). Refere ainda que as denominações servem para situar o conceito de PSR: entendido como aquele segmento da sociedade que utiliza a rua como espaço de sua sobrevivência.

Também menciona que, ao longo das décadas, as nomenclaturas sofreram modificações e diz ainda que a visibilidade dessa população revela a realidade do fenômeno no país: vista como um problema individual. Cita a “mendicância” como exemplo dessa crítica e menciona que a PSR por muito tempo foi tratada (e avaliamos que ainda é) como aquelas pessoas que possuem como estratégia de sobrevivência “pedir nas ruas”, portanto está incluída num grupo geral de quem vive das ruas e é confundida com indivíduos e famílias que possuem residência. A palavra “mendigo” está muito próxima do termo “mendicância”, que vem de pedir nas ruas, porém, historicamente, vemos uma proximidade dos dois termos — que hoje, pela conceituação atual, não há mais — mas, conforme pesquisa nacional, grande parte dessa população não utiliza essa estratégia de resistência para sobreviver às contingências das ruas dos grandes centros urbanos. Apenas 16% praticam a mendicância (BRASIL, 2008).

3.2 Quanto aos conceitos de PSR utilizados nas produções no Serviço Social

Ao identificar os *conceitos* de PSR aplicados nas produções acadêmicas no Serviço Social de 2004–2014, localizamos uma diversidade, o que dificultou nossa sistematização e organização dos dados para apresentar ao leitor. Optamos, então, por apresentar as principais concepções de cada pesquisador, entretanto realizamos uma escolha de nove das 23 produções. Essas produções que elegemos traduzem, no nosso entendimento de forma conceitual, as categorias ou formulações teóricas acerca do conceito de PSR. A proposta não é aprofundar cada uma das análises dos pesquisadores, mas é trazer a ideia central de raciocínio que cada pesquisador utilizou e o que apareceu em comum e diferentemente nas produções, de acordo com a técnica de análise de dados proposta por Bardin (1977) (análise temática e frequencial).

Os trabalhos utilizados para essa análise referentes aos conceitos de PSR foram: SILVA (2006, 2009); MEDEIROS (2010); MACHADO (2012); SANTOS, (2013); REIS (2014); NOGUEIRA (2014); GUEDES (2014) e FRAGA (2014).

Iniciamos a análise pela sistematização de Silva (2009), já que, a partir de 2010, todas as produções que estudamos citaram a autora como referência e fundamento nas teses e dissertações. Acreditamos que isso se deve à publicação do livro da pesquisadora em 2009 sobre a temática, fruto de sua dissertação de mestrado apresentada na Unb em 2006: Trabalho e População adulta em situação de rua no Brasil.

Apreendemos, a partir de nossos estudos, que a obra de Silva é a mais completa no que se refere aos fundamentos e aportes teóricos sobre

PSR. Trata-se de uma produção que tem direção e perspectiva teórica bem definidas, pautadas na visão marxiana.

Segundo Silva (2009), a conceituação da PSR parte da caracterização do fenômeno, do perfil contemporâneo dessa população e das relações que desenvolve com as políticas sociais no Brasil. A autora utiliza as pesquisas feitas em Porto Alegre (em 1995 e 1999), Belo Horizonte (em 1998 e 2005), São Paulo (em 2000 e 2003) e Recife (em 2004 e 2005) como principal aporte empírico de sua investigação (SILVA, 2009). Além disso, fundamenta-se em Marx e autores que auxiliam na conceituação dessa população a partir da década de 1990: ROSA (2005); BORIN (2003); ESCOREL (2000); BURZSTYN (2000); VIEIRA, BERREZA e ROSA (1992); SNOW e ANDERSON (1998) entre outros.

A pesquisadora considera esse fenômeno uma “expressão radical da questão social”, vinculado à formação de uma superpopulação relativa, e analisa as mudanças recentes no mundo do trabalho mediante relação entre variáveis do perfil contemporâneo da PSR e variáveis das particularidades na formação do mercado de trabalho no Brasil, das mudanças na composição ocupacional e da estrutura do desemprego.

Conforme Silva (2009), PSR é um “fenômeno” que possui uma síntese de “múltiplas determinações”. Para a pesquisadora,

[...] nas sociedades capitalistas, a sua produção e reprodução vinculam-se aos processos inerentes à acumulação do capital, a partir da relação entre o capital e o trabalho. No Brasil, no período entre 1995 e 2005, as mudanças no mundo do trabalho contribuíram para a expansão de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, aprofundaram as desigualdades sociais e elevaram os níveis de vulnerabilidade da classe

trabalhadora, deslocando as relações com o trabalho para o centro das determinações do fenômeno (SILVA, 2009, p. 13).

Ela ressalta ainda que o fenômeno social PSR é um elemento na composição da pobreza nas sociedades capitalistas (SILVA, 2009). Ainda de acordo com a autora, pode-se dizer que:

- a) o pauperismo no início do capitalismo — denominado pelas condições de pobreza de quem viva nas ruas — hoje é denominado como uma expressão da questão social;
- b) o fenômeno PSR surge no seio do pauperismo generalizado vivenciado pela Europa Ocidental ao final do século XVIII compondo as condições históricas necessárias à produção capitalista;
- c) a PSR pode ser considerada a parcela da classe trabalhadora caracterizada por Marx, ao falar sobre o pauperismo oficial na Inglaterra, no período entre 1846 e 1866, “aquela parcela da classe trabalhadora que perdeu a condição de sua existência, a venda da força de trabalho, e vegeta à base da caridade pública” (MARX, 1988c);
- d) a condição de trabalhadores que só dispunham de sua força de trabalho para vender — e nem essa foi absorvida pela produção capitalista — compeliu essa população à situação de absoluta pobreza, vulnerabilidade social e degradação humana;
- e) a reprodução do fenômeno PSR ocorre no processo de acumulação do capital, no contexto da produção contínua de uma superpopulação relativa, excedente à capacidade de absorção pelo capitalismo;

- f) a PSR conceitualmente faz parte do chamado *lumpem proletariado* e, no limite, do exército industrial de reserva;
- g) as características e o perfil contemporâneo da população em situação de rua no Brasil ajudam a situar essa população na composição da superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva, evidenciando suas especificidades na cena contemporânea (SILVA, 2009).

Quanto à caracterização do fenômeno PSR indicada pela pesquisadora:

- ✓ as múltiplas determinações do fenômeno da PSR;
- ✓ ser o fenômeno expressão radical da “questão social”;
- ✓ estar localizada, na maioria dos casos, nos grandes centros urbanos;
- ✓ ter como marca o preconceito da sociedade para com essa população;
- ✓ as particularidades dos territórios em que tal fenômeno se manifestam;
- ✓ a tendência à naturalização desse fenômeno (SILVA 2009).

Quanto às características gerais de PSR indicadas pela pesquisadora:

- ✓ heterogeneidade dessa população;
- ✓ pobreza extrema;
- ✓ vínculos familiares interrompidos ou fragilizados;
- ✓ inexistência de moradia convencional regular e a utilização da rua como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente (SILVA, 2009).

A segunda produção analisada diz respeito à pesquisadora Pereira (2008), que realiza um estudo acerca da realidade da população de rua de Brasília ressaltando as dificuldades inerentes à vida nas ruas e

as estratégias criadas para contorná-las. Utiliza como fundamento referências da sociologia e as pesquisas realizadas em diversas capitais no Brasil e as compara com Brasília — refere que, na sua região, há diferença na composição do perfil dessa população.

Pereira (2008) consegue realizar importante conexão entre a categoria pobreza e PSR — refere que é essencial associar a pobreza ao grupo social particular que constitui a unidade de análise privilegiada da investigação dessa pesquisadora. Dentre os diversos termos utilizados para caracterizar essas pessoas, Pereira opta pela expressão **população de rua**. Justifica dizendo que a utiliza porque os termos “*pedinte* e/ou *mendigo*” são extremamente pejorativos e muitas vezes não correspondem à realidade de vida dessa população.

Conforme Pereira (2008), por outro lado, termos como “*sem-teto*” ou “*pobre*” são muito imprecisos e podem ser utilizados para classificar diferentes tipos de pessoas que não necessariamente estejam na condição de rua. Menciona que, na época de sua pesquisa, foi proposta em São Paulo a utilização da expressão “*pessoas em situação de rua*” com a intenção de destacar o caráter processual do fenômeno, delimitar as trajetórias (idas e vindas) e enfraquecer a ideia predominante (e pejorativa) de que se trata de pessoas de rua, que não têm outra característica senão o fato de pertencer às ruas da cidade, e fundamenta com as referências de Giorgetti (2006).

A pesquisadora Pereira (2008) afirma ainda que, todavia, não havia estudos que comprovassem a reversibilidade dessa situação, melhor dizendo, não havia como medir as chances reais de uma pessoa sair da rua. Talvez as pessoas que realmente estejam *em situação de rua* sejam exceções. E, finalmente, o termo *morador de rua* não parece

apropriado devido à heterogeneidade desse universo populacional. Muitas pessoas não residem, de fato, na rua, mas, para poupar o dinheiro do transporte, passam alguns dias nas ruas próximas ao seu local de trabalho e retornam em determinados dias do mês. Assim, por falta de um termo mais preciso, optou-se por definir essas pessoas como *população de rua*. Ainda no seu estudo, menciona que há diferentes nomenclaturas utilizadas para conceituar o grupo de pessoas que vive nas ruas, e que, no decorrer da história, as terminologias vão se modificando e ilustram a transformação na forma de se encarar o fenômeno.

Segundo a investigadora, ao longo da história, os termos utilizados eram bastante pejorativos: *mendigos, pedintes, vagabundos, viciados, maltrapilhos, carentes e loucos* entre outros.

Atualmente, destaca a autora, aparecem novas nomenclaturas: *povo da rua, população de rua e sofredores de rua*. Conforme Pereira, esses termos retiram do sujeito a culpa pela sua situação de penúria e o elevam à condição de detentor legítimo de direito e principal porta-voz das suas necessidades e demandas (PEREIRA, 2008).

Refere ainda:

[...] face às constantes mudanças no trato intelectual e político deste fenômeno social, compreender a maneira como os grupos a ele referidos conseguem sobreviver em situações extremamente precárias foi e ainda é motivo de muitas discussões acadêmicas. Geralmente, ao se falar em população de rua, a primeira ideia que se tem é a de um grupo homogêneo, coeso e igual (PEREIRA, 2008, p. 78).

Entretanto, o que a pesquisadora observa é que essa ideia foi descartada, pois se percebeu que a “heterogeneidade” prevalece entre essa população. Menciona ainda que as circunstâncias que levam as pessoas para a rua são diversas e envolvem *brigas familiares, abandono, doenças, transtornos mentais, dependência química, distância do local de trabalho, perda de trabalho, calamidades naturais e tragédias pessoais*. A pesquisadora conclui que o único ponto em comum que os situa dentro de um mesmo grupo social é a *situação limite de pobreza a que estão submetidos*, isto é, o fato de fazerem da rua local de sobrevivência e estarem expostos aos mesmos perigos e condições subumanas de vida (PEREIRA, 2008). Ela fundamenta sua análise a partir das considerações de Silva (2009) referindo que o “preconceito” é uma marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade às pessoas atingidas pelo fenômeno.

Em todas as épocas e lugares, sempre se presenciaram discriminações negativas relacionadas às pessoas em situação de rua. As diversas denominações, pejorativamente utilizadas pela sociedade para designá-las, são exemplos do preconceito social existente:

[...] “mendigos”, “vagabundos”, “maloqueiros”, “desocupados”, “bandidos”, “contraventores”, “vadios”, “loucos”, “sujos”, “flagelados”, “náufragos da vida”, “rejeitados”, “indesejáveis”, “pedintes”, “encortiçados”, “toxicômanos”, “maltrapilhos”, “psicopatas”, “carentes”, “doentes mentais”, entre outros [...] (SILVA, 2009, p. 93).

A terceira análise de conceito de PSR trata-se de tese de Doutorado de Medeiros (2010). A preocupação da pesquisadora é o processo de saída das ruas da PSR — percebemos essa apreensão

também nos trabalhos de Amaral (2010) e Marcolino (2012). Nos demais trabalhos investigados, aparece essa inquietação de forma indireta.

Quanto à análise do conceito de PSR de Medeiros (2010), consideramos sua investigação do ponto de vista conceitual uma excelente produção a ser consultada no Serviço Social, assim como a de Silva (2009). Seu estudo parte de uma pesquisa empírica, que avaliamos ser a melhor tese em termos metodológicos durante o período pesquisado (2004–2014). A autora faz uma discussão teórica das categorias da escola francesa no Brasil. Utiliza os conceitos de pobreza, desigualdade e, ainda, exclusão social para descrever e qualificar a situação de viver nas ruas, porém os discute a partir da realidade brasileira.

Nesse sentido, ela utilizou os conceitos na sua pesquisa, destacando o conceito de “desqualificação” a partir da análise de Serge Paugam e de “desfiliação” de Robert Castel e outros autores, embora esses conceitos tenham sido cunhados na sociedade francesa, bem diferente da brasileira, eles permitiram, na visão da autora, contribuir na compreensão da análise do processo de pobreza e exclusão vivenciado no Brasil.

Medeiros (2010) justifica essa escolha (pela bibliografia francesa) como suporte teórico para utilizar em seu trabalho pela concepção dos autores dessa nacionalidade na compreensão da exclusão social e vulnerabilidade social como responsabilidade do Estado (e, não, do indivíduo).

A pesquisadora entende a PSR como um fenômeno que é explicado a partir de sua relação com o conceito de “exclusão social”:

[...] uma vez que é a expressão mais adequada para adjetivar o que presenciamos cotidianamente nas ruas, principalmente nas grandes metrópoles [...] (MEDEIROS, 2010, p. 18).

Cita ainda que, para se compreender o processo que leva uma pessoa a viver nas ruas, é necessário caracterizá-la como um “excluído social”, entretanto diz que é necessário ter-se a preocupação de não responsabilizar o indivíduo pela situação em que vive em razão de representar o resultado de uma situação excludente, que se configura como consequência de um perverso sistema capitalista, neoliberal, que, além de uma injusta distribuição de renda, desigualando oportunidades de acesso a bens, também não garante a universalidade ao acesso e à garantia da efetivação de direitos básicos para uma vida digna. Neste contexto, pessoas vivem nas ruas e escancaram uma situação limite, chamando atenção de muitos de nós, diuturnamente.

Fundamenta sua fala com o seguinte aporte:

Tão próximos e tão visíveis — mas, ao mesmo tempo, tão distantes e tão invisíveis. É como se fizessem parte de uma outra nação, tivessem diferentes códigos, costumes, línguas. Amedrontam mais por serem tão diferentes e tão próximos, mesclando a visibilidade com a invisibilidade. A exclusão se presta como uma linha, em todo o “nosso” território, criando fronteiras imaginárias (CHIAVERINI, 2007; MEDEIROS, 2010, p. 20).

Na quarta produção analisada, encontramos os aportes do conceito de PSR da pesquisa de Mestrado de Machado (2012), na qual identificamos que a pesquisadora se propõe a estudar o “processo de rualização”, a implantação do SUAS e a inserção da PSR nas Proteções

do Sistema (Proteção Social Básica e Proteção Social Especial). Observamos que a sua categoria central de análise é os processos de “rualização”. É importante mencionar que todos os trabalhos da PUCRS utilizaram essa categoria de análise (representam oito trabalhos dos 23 analisados).

Encontramos nesse estudo diversos elementos para a análise do conceito de PSR e, entre eles, destacamos que a investigadora considera PSR um fenômeno social que se configura no processo de rualização, resultado de um produto de múltiplos condicionantes e de expressões da questão social. Também ela ressalta que esse processo ocorre devido a questões multicausais, sendo o tempo em que se está nessa condição uma categoria importante para serem propostas alternativas diferentes para a saída dos sujeitos dessa condição (MACHADO, 2012).

Machado (2012) ressalta que a designação desse segmento populacional não se restringe somente a uma questão conceitual, mas a uma complexidade de significados nesse universo, os quais assumem maior sentido quando o preconceito e a discriminação fazem com que não sejam reconhecidos como sujeitos de direitos (MACHADO, 2012).

Um destaque dessa produção foi quando Machado relacionou o “tempo de rua” ao significado e entendimento de PSR que devemos ter atualmente. Diversos pesquisadores no Serviço Social relacionam esse aspecto ao conceito de PSR (no sentido de viver e sobreviver nas condições de rua e à forma como podemos explicar esse fenômeno pelo tempo vivido nestas condições).

Observamos que os pesquisadores que estudam a temática no Serviço Social utilizam como principal fundamento ou aporte teórico as primeiras pesquisas locais sobre a PSR e as citam com frequência. A

mais mencionada é a primeira pesquisa realizada em SP, no início da década de 1990, entre 1991 e 1992, que culminou na obra mais conhecida entre os pesquisadores no Serviço Social: *“População de Rua: quem é, como vive, como é vista”* (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992). Acreditamos que a justificativa para a sua utilização está na forma e na apropriação dos conceitos utilizados pelos autores — principalmente porque utiliza dados empíricos como principal referência na análise de PSR no país.

Tal estudo classifica a PSR a partir do “tempo de rua”. Vejamos abaixo um esquema de classificação.

- O termo “ficar na rua” remete a tais condições: em termos de moradia, utilizavam albergues, alojamentos, pensões, estando eventualmente nas ruas. Em termos de trabalho, procuravam pela construção civil, empresas de conservação e vigilância e, como grupos de referência, tinham os companheiros de trabalho e parentes.
- O termo “estar na rua” remete a tais condições: moradia inclui a rua, albergues e pensões alternadamente. Em termos de trabalho: bicos na construção civil, ajudante geral, catador de papel e, como grupos de referência, estão os companheiros de rua e de trabalho.
- O termo “ser de rua” remete a tais condições: em relação à moradia, habita o espaço da rua, mocós, eventualmente com pernoite em albergues, pensões, etc. Em relação ao trabalho, identificam-se os bicos, especialmente de catador de papel, guardador de carro, e o grupo de referência é o seu grupo de rua.

Conclui Machado (2012) que a categoria “tempo de rua” reflete no modo como a PSR vivencia esse processo, na introjeção dos costumes da rua, suas regras e suas estratégias. O tempo em que se está na rua contribui para a construção de novas estratégias de sobrevivência e vínculos, e os processos que desencadeia podem criar uma cultura específica, sendo que o tempo em que o sujeito está nas ruas faz diferença, pois condiciona a construção de referências indenitárias com o espaço da rua (MACHADO, 2012).

Na quinta pesquisa analisada, encontramos as considerações de Nunes (2013) que, em sua Dissertação, utilizou como fundamento para explicar o conceito de PSR a categoria da “rualização” (assim como Machado, 2012). O estudo busca investigar e aprofundar o debate acerca do processo de rualização com base no referencial dialético crítico.

Nunes explica o surgimento e a tendência de ampliação do fenômeno da PSR nos centros urbanos a partir das considerações teóricas das pesquisas realizadas em Porto Alegre (local de referência de sua pesquisa e vínculo profissional) (NUNES, 2013).

Como principal referência teórica, utiliza a primeira pesquisa com PSR concretizada em Porto Alegre em 1996, que já citava o fenômeno conceituado a partir das explicações do “processo de rualização” — que até os dias atuais ainda é frequentemente empregado nos estudos de PSR da PUCRS no Serviço Social, principalmente, referenciado pela Prates (orientadora das produções). O processo de rualização designa:

[...] um fenômeno tipicamente urbano que dá visibilidade para a desigualdade é a exclusão

social que se caracteriza pela existência de pessoas em situação de rua, mendigos ou moradores de rua. Este fenômeno, apesar de existir desde a antiguidade, adquiriu características próprias no momento atual. Citado por REIS, PRATES e MENDES, 1996 (NUNES, 2013, p. 53).

Nunes (2013) ainda menciona que a “rualização” é um **processo**, parte de uma concepção oposta à visão estática, porque, à medida que a reconhecemos como processo, essa condição vai se conformando a partir de múltiplos condicionantes, ou seja, de “*num continuum*”.

O pesquisador diz que a rualização é uma expressão da questão social e que aparece em processos combinados de mudanças no mundo do trabalho e aprofundamento das desigualdades sociais. Segundo ele (NUNES, 2013), esses processos simultaneamente aumentaram o desemprego e retraíram as políticas públicas de proteção social para a classe trabalhadora sem trabalho e, como consequência, ampliaram cada vez mais a presença de pessoas em situação de rua nos centros urbanos do país.

Conforme ainda Nunes (2013), podemos inferir que o processo de rualização possui múltiplas determinações imediatas à trajetória de vida de cada pessoa atingida por ele — tem origem na base estrutural da sociedade capitalista e designa o processo que pode ser caracterizado como social, político e econômico excludente.

Nunes (2013) e os pesquisadores do Serviço Social da PUCRS em que investigamos (OURIQUES, 2005; SILVA, 2005; FARIA, 2007; OLIVEIRA, 2008; PAULA, 2012; PIZZATO, 2012; MACHADO, 2012) consideram a “rualização” sinônimo de “situação de rua” — o que abrange as mesmas características do conceito instituído no Decreto

7.053/2009, no Artigo 1º — todavia a “rualização” acrescenta a “exclusão social” para designar as condições em que esse sujeito vive.

Encontramos em nossa investigação alguns elementos em comum quando se trata da conceituação de rualização, como:

- 1) é fenômeno com múltiplas determinações;
- 2) tem origem na base estrutural na sociedade capitalista;
- 3) é uma expressão da questão social e
- 4) é fenômeno tipicamente urbano.

Entretanto, Nunes (2013) menciona também ser a PSR resultado do problema da desigualdade social e do aumento do chamado “novo-pobre”. Fundamenta-se em Bursztyn (2000) referindo que não é mais um indivíduo que está à margem, mas, sim, fora do sistema econômico e social prevalecente.

Nessa mesma dissertação encontramos a preocupação em diferenciar os termos e conceitos de PSR. Veja abaixo:

[...] Pessoas em situação de rua: terminologia utilizada pela Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua.

Mendigos: sujeitos que praticam a mendicância para sobreviver, alguns habitam as ruas e outros apenas a utilizam como espaço de sobrevivência.

Moradores de rua: sujeitos que habitam as ruas das grandes cidades utilizando-se de espaços como prédios abandonados, praças, viadutos, etc.

Os três conceitos dialogam, porém não têm o mesmo significado (NUNES, 2013, p. 53).

Os pesquisadores mais atuais que estudamos (a partir de 2010) passam a ter preocupação em fundamentar a utilização de determinados termos e conceitos sobre PSR. Antes desse período, não identificamos essa inquietação nas produções no Serviço Social e atribuímos essa

melhora a partir de seu compromisso em compreender e reconhecer a realidade dessa população, além de uma necessidade de qualificar a fundamentação das produções no Serviço Social.

Dessa forma, identificamos esse compromisso no sexto trabalho analisado — da pesquisadora Reis (2014). Ela aprofunda sua análise referindo que foi a partir da década de 1980 que a “condição de rua” deixou de ser algo meramente individual e ganhou definição de forma mais ampla e coletiva, ou seja, foi se constituindo uma população que fazia das ruas seu espaço de “moradia e sustento” pela falta de condição de vida e face ao cenário de precarização do trabalho.

Baseando-se na análise da pesquisadora Silva (2009), a investigadora Reis (2014) explica que uma das características da situação de rua é a condição de vivência dessas pessoas na “pobreza extrema” em razão do desemprego e falta de meios de sobrevivência. Para Reis (2014), a pobreza é definida pela não propriedade dos meios de produção e reduzido ou inexistente acesso à riqueza socialmente produzida. Fundamenta essa questão da relação PSR e pobreza com bastante propriedade trazendo os conceitos e aportes necessários ao entendimento dessa categoria (REIS, 2014).

É necessário mencionar que todos os trabalhos a partir de 2010 (as 12 produções) abordam esse aspecto e fundamentam que a pobreza é uma condição social produzida pela sociedade capitalista no processo de acumulação do capital, e que o resultado desse processo é a “ida de sujeitos e famílias” para as ruas das grandes cidades. Do mesmo modo, desde 2006, a pesquisadora Silva vem indicando essa análise nas discussões acadêmicas e nas assessorias que vem realizando ao Governo Federal, e os trabalhos acadêmicos no Serviço Social têm-se utilizado

com frequência desse referencial como aporte — principalmente para explicar o surgimento e o aumento do fenômeno da PSR no Brasil.

A sétima pesquisadora, Nogueira (2014), relata em sua Dissertação que optou por utilizar dois termos: “morador de rua” e “população em situação de rua”. A autora (2014) relata que, quanto ao uso dessas terminologias, considera pouco diferir o sentido de ambas — o estudo em questão revelou que as primeiras iniciativas de investigação no país apresentam em seus documentos e nas falas dos sujeitos a nomenclatura “morador de rua” e dos técnicos, “PSR” — porém é atribuído o mesmo significado ao termo.

A pesquisadora chama atenção para a questão de ser importante considerarmos o que faz sentido para o sujeito, ressaltando que não há consenso entre o uso das nomenclaturas pelos estudiosos dessa temática. Destacamos ainda que alguns pesquisadores mencionam que o uso do termo “morador de rua” pode refletir a ideia de o sujeito utilizar permanentemente a rua, do que provém um engessamento, como se essa realidade fosse impossível de ser mudada. No entanto, a utilização do termo “pessoa em situação de rua” implica o uso da rua de forma temporária e é a nomenclatura cunhada pelas políticas públicas. Nogueira (2014) sugere que a discussão seja feita para que se pense na solução da situação dos moradores de rua, e não apenas na mudança de termo.

Na oitava análise sobre o conceito de PSR, encontramos as referências da pesquisadora Guedes (2014), descreve que, na atualidade, é muito comum ver pessoas morando nas ruas, principalmente nos centros urbanos das grandes cidades. A figura do

morador de rua tornou-se parte de um cenário que se confunde e, ao mesmo tempo,

[...] se mistura com a paisagem, as praças e viadutos das metrópoles e faz desses lugares públicos seu local de moradia e vida (GUEDES, 2014, p. 82).

Fundamenta sua análise narrando que, na expressão PSR, estão escondidas:

[...] diversidades, diferentes perfis e diferentes formas de sociabilidade, diferentes trajetórias e histórias de vida, uma complexidade social e cultural que impossibilita a definição por meio de conceitos simples e homogêneos (GUEDES, 2014, p. 82).

Conforme essa pesquisadora, não é fácil descrever a PSR, saber quem ela é, o que pensa a seu respeito, suas redes de sociabilidade e as formas de sobrevivência, etc., por se tratar de um público flutuante, temporário e nômade (GUEDES, 2014, p. 82).

Estamos de acordo com essa pesquisadora (GUEDES, 2014) quando ela menciona na sua Dissertação que, nas pesquisas que foram feitas sobre PSR, é comum apontarem que não há um perfil dessa população, mas, “diferentes perfis”. Porém, apesar de haver presentes alguns elementos que impossibilitam uma definição única acerca das pessoas que estão em situação de rua, a pesquisadora Guedes encontrou em Vieira, Bezerra e Rosa (1992) uma definição que caracteriza quase a totalidade dos conceitos de PSR até os dias atuais:

Pessoas que vivem em situação de extrema instabilidade, na grande maioria de homens sós, sem lugar fixo de moradia, sem contato permanente com a família e sem trabalho regular; são demandatários de serviços básicos de higiene e abrigo; em que a falta de convivência com o grupo familiar e a precariedade de outras referências de apoio efetivo e social fazem com que esses indivíduos se encontrem, de certa maneira, impedidos de estabelecer projetos de vida e até de resgatar uma imagem positiva de si mesmos (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992, p. 155; GUEDES, 2014, p. 82-83).

Guedes (2014) também mencionou como importante fundamento o último censo realizado em SP — acreditamos que, por ela estar vinculada a essa região, menciona esse conceito como sua referência:

[...] o seguimento de baixíssima renda que, por contingência temporária ou de forma permanente, pernoita nos logradouros da cidade — praças, calçadas, marquises, jardins, baixos de viadutos —, em locais abandonados, terrenos baldios, mocós, cemitérios e carcaça de veículos (GUEDES, 2014, p. 84).

Ainda nos trabalhos de 2014, Guedes (2014); Nogueira (2014); Reis (2014) e Fraga (2014) apresentaram a definição atual como principal referência e fundamento do conceito de PSR — texto descrito na “Política Nacional de Inclusão para a População em Situação de Rua” e reafirmada no Artigo 1º do Decreto 7.053\2009. Concordamos com essa base de utilização teórica para o Serviço Social:

Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, por interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar (BRASIL, 2008, p. 8).

Na oitava análise que fizemos (de Mestrado), Fraga (2014) destaca a importância que a pesquisa nacional teve no auxílio a essa definição e apresenta os principais dados desse estudo (informamos que outras produções a partir de 2009 também os utilizaram como aporte na sua fundamentação):

[...] algumas características e perfil podem ser considerados pertencentes a este grupo populacional, tais como a predominância masculina, na medida em que 82% dos entrevistados adultos (maiores de 18 anos) são homens. Mais da metade (53,0%) das pessoas em situação de rua se encontra em faixas etárias entre 25 e 44 anos. Do total de entrevistados pela pesquisa, 39,1% se declararam pardas, 29,5% declararam-se brancas e 27,9% declararam-se pretos (BRASIL, 2008, p. 10).

Com relação aos níveis de renda da população em situação de rua foram considerados baixos haja vista que a maioria (52,6%) recebe entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 semanais. Quanto à taxa de alfabetização, a pesquisa constatou que 74% dos entrevistados sabem ler e escrever, 17,1% não sabem escrever e 8,3% apenas assinam o próprio nome. E, ainda com relação aos níveis de escolaridade tem-se que 48,4% não concluíram o primeiro grau e 17,8% não souberam responder e apenas 3,2% concluíram o segundo grau (BRASIL, 2008, p. 10).

A maioria da população pesquisada afirmou que costuma dormir na rua (69,6%). Dentre os principais motivos apresentados pelos

entrevistados para a ida para a rua estão os problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). Foi constatado ainda que uma parte considerável da população em situação de rua é originária do mesmo local em que se encontra ou de locais próximos. Outro dado importante coletado pela pesquisa é o fato de que 70,9% dos entrevistados são trabalhadores, ou seja, exercem alguma atividade remunerada normalmente sem vínculos empregatícios formais. Dentre as principais atividades laborais citadas destacam-se: catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). Sendo que apenas 15,7% das pessoas pedem dinheiro para manter sua subsistência. Dentre os problemas de saúde citados destacam-se: hipertensão (10,1%), problema psiquiátrico/mental (6,1%), HIV/Aids (5,1%) e problemas de visão/cegueira (4,6%). 18,7% dos entrevistados relataram fazer uso de algum medicamento adquirido normalmente através de Postos/centros de saúde. Os entrevistados relataram ainda, que, ao sentirem-se doentes, 43,8% procuram em primeiro lugar o hospital/emergência. Atividades da vida diária, tais como banho e necessidades fisiológicas são realizados pela maioria no próprio espaço da rua, em albergues e abrigos ou em banheiros públicos. Sendo que a minoria procura a casa de amigos ou familiares e estabelecimentos comerciais com esta finalidade. A pesquisa constatou ainda que 24,8% das pessoas em situação de rua não possuem quaisquer documentos de identificação e não é beneficiária de programas e ou benefícios governamentais (88,5%) (BRASIL, 2008, p. 11; FRAGA, 2014, p. 9-11).

Destacamos a pesquisa de Fraga (2014), que mencionou ter seu levantamento bibliográfico para construção da fundamentação teórica sido pautado em algumas das obras de Karl Marx e em autores que

desenvolveram suas análises a respeito da forma de estruturação da sociedade capitalista tendo como referencial a teoria crítica, como de Castel (2008) e Iamamoto (2010 e 2011). O movimento de resgate das obras dos autores supracitados permitiu a análise do fenômeno da população em situação de rua sob a perspectiva da totalidade. Com vistas ao aprofundamento do debate proposto, o presente estudo pautou-se ainda nas obras de importantes autores que analisam a temática da população adulta em situação de rua no Brasil, como, Bulla *et al* (2004), Escorel (2000), Prates *et al* (2000; 2011), Silva (2009) (FRAGA, 2014).

Fraga (2014), assim como as demais pesquisadoras que trouxemos nessa análise acerca dos conceitos de PSR, entende o fenômeno como produzido socialmente e que tem sua gênese e agravamento junto ao surgimento e desenvolvimento do sistema capitalista. Para tanto, as condições sócio-históricas que permeiam a chamada situação de rua levam a compreender o fenômeno como complexo multifacetado e multideterminado. Pode ser ainda compreendido como:

[...] processo de rualização que se estabelece a partir de um conjunto de relações sociais; estigmas; situações socioeconômicas de precariedade e miséria; desemprego; rompimento ou fragilização de vínculos familiares; situações de violência e exploração; enfim de um conjunto de fatores que se gestam e solidificam no espaço doméstico permeado por relações sociais influenciadas por uma série de condicionantes que podem levar à situação de rua (FRAGA, 2014, p. 4).

Fraga (2014) se posiciona a respeito da temática que utilizou no seu estudo: o conceito presente na Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua.

Percebemos que o termo e o conceito de “PSR” também derivam das discussões sobre a temática no âmbito das políticas sociais e da importante contribuição dos assistentes sociais que produziram a partir de 1990 no âmbito acadêmico.

Os assistentes sociais contribuíram com os fundamentos e os aportes teóricos que a profissão utiliza, principalmente aqueles que envolvem a temática da PSR: questão social, pobreza, urbano, trabalho, políticas sociais e tantos outros. Os profissionais docentes e/ou pesquisadores que estudam esse objeto se apropriaram e contribuíram com a formação de pesquisadores atuais reproduzindo seus fundamentos, aportes e método utilizado.

No Serviço Social recebemos diversas influências a partir do que preconizam os programas de pós do Serviço Social e as perspectivas adotadas pelos docentes. Identificamos alguns que se tornaram referência no assunto, tais como: Sposati, Prates, Silva e Yasbek. É evidente que não são os únicos, mas importantes referenciais para o conhecimento do tema em pauta.

A contribuição desses docentes ocorreu tanto na pesquisa como na assessoria aos governos — elaborando documentos orientadores dos serviços (ou seja, contribuindo com a melhora na gestão e no planejamento), como no desenvolvimento de pesquisas em parcerias com as prefeituras. Além disso, auxiliaram no processo de formação de graduandos e pós-graduandos nas principais universidades do país.

O auxílio dessas profissionais na assessoria à temática ocorreu, além das prefeituras, nos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Saúde e Direitos Humanos. Salientamos que os aportes utilizados por elas são diversos e não encontramos um método de análise único utilizado por todas e exclusivo do Serviço Social — são partilhados também por outras áreas do conhecimento, como a sociologia, a psicologia e arquitetura.

As categorias teóricas que são mais empregadas pelo Serviço Social para a discussão dessa temática da PSR são aquelas relacionadas **ao surgimento e à expansão do fenômeno na sociedade capitalista: explicadas a partir da sua relação com o pauperismo, a pobreza, a desigualdade social, a questão social, o trabalho e a luta de classes.**

Entendemos que as análises destas categorias devem ser localizadas no seu período histórico, na realidade em que está inserida e se há possibilidade de comparação com o contexto brasileiro, pois são referências europeias. Percebemos uma tendência na utilização de categorias e seus respectivos conceitos reproduzidos de “trabalhos a trabalhos” no Serviço Social sem um maior esclarecimento e definição das escolhas acerca do método que o pesquisador utilizou ou está utilizando.

Exemplos dessa observação são as categorias da **exclusão social, da nova questão social, da desfiliação e da desqualificação**. Todas essas teorias são vinculadas à escola francesa. Percebemos que a tendência da maioria das produções é a utilização dessas últimas formulações teóricas e respectivos autores, pois foram temas facilmente identificados em todas as produções em que estudamos na área nos últimos 10 anos (23 produções).

Os fundamentos dessa perspectiva explicam a “situação de rua” a partir das categorias citadas acima que têm sua origem nas formulações teóricas e autores da escola francesa e possuem como principal referência os autores Robert Castel⁵ e Serge Paugam.⁶

Citamos a dissertação da pesquisadora Fraga (2014) acerca da utilização de Castel (2008) na sua pesquisa acadêmica. Esse aporte é empregado nas produções para explicar a existência de registros de pessoas que viviam em situação de rua no **período feudal**, conforme aponta a análise de Castel (2008) acerca da condição de rua ao longo da história — o autor demonstra que havia a estigmatização daqueles que não trabalhavam e sobreviviam da “mendicância” e de “pequenos furtos sem possuir residência fixa”.

⁵ **Robert Castel** é um clássico da literatura francesa e foi um sociólogo importante defensor da sociologia crítica. Seu trabalho abrangeu a categoria da exclusão, ou melhor, o que ele chamou de “desfiliação”, que afeta indivíduos “por defeito”. Seu trabalho mais tardio e talvez mais conhecido analisou como o sistema de salários, que no início era desprezado, foi gradualmente se estabelecendo como o modelo de referência e tem sido progressivamente associado a proteções sociais, ao conceito de propriedade social e à criação de um estatuto constitutivo de “social identidade”. Foi responsável pela formação de Le Groupe d'analyse du socialet de la sociabilité (GRASS), um grupo especializado dos sociólogos) (ROBERT CASTEL, s/a).

⁶ **Serge Paugam**, também sociólogo francês, é conhecido por ter desenvolvido o conceito de “desqualificação social” e tem realizado vários estudos comparativos tanto quantitativos como qualitativos sobre as formas elementares da pobreza nas sociedades modernas. Seu programa de pesquisa atual diz respeito à análise de reprodução e renovação de desigualdade mas também o estudo dos fundamentos do laço social a partir do qual é possível definir e conceituar diferentes tipos de discriminação social. A tipologia das conexões sociais que desenvolveu permite estudar o que liga as pessoas entre si e a sociedade como um todo. Também permite analisar como as relações sociais se entrelaçam normativamente em cada sociedade e como, a partir dessa intersecção específica, ocorre a regulação da vida social. Essa orientação, que é uma extensão da sociologia de Émile Durkheim, levou-o a estudar o alcance da empresa e identificar e comparar o que ele chama de regimes de fixação (SERGE PAUGAM, s/a).

Conforme Fraga (2014), Castel (2008) designa PSR como aqueles que são considerados “inúteis para o mundo”; os chamados “vagabundos” eram, no período feudal, aqueles que não trabalhavam e não tinham pertencimento comunitário. O autor aponta que o vagabundo é “esse homem sem trabalho nem bens, é também um homem que não tem um senhor, nem onde cair morto [...] *é um ser de lugar nenhum*” (CASTEL, 2008, p. 120). O autor apresenta, ainda de acordo com o estudo de Fraga (2014), uma definição acerca do termo vagabundo, sancionada em decreto a 24 de agosto de 1701, que especifica:

Declaramos vagabundo e pessoas sem fé nem lei, aqueles que não têm profissão, nem ofício, nem domicílio certo, nem lugar para subsistir e que não são reconhecidos e não podem valer-se da recomendação de pessoas dignas de fé que atestem sobre sua boa conduta e bons costumes (CASTEL, 2008, p. 121).

Nessa perspectiva (crítica), o vagabundo é um ser estigmatizado e desprezado, é o único culpado por sua vida miserável, na medida em que não trabalha porque “não quer”, dentro de um contexto de separação entre mendigos válidos e inválidos. Os primeiros são aqueles que têm condições de trabalhar e não o fazem porque “preferem viver à custa dos cidadãos honestos” e, sob essa perspectiva, devem ser punidos. Já os mendigos inválidos são aqueles que vivem nas ruas por não terem condições de manter sua subsistência por motivos variados, tais como doença mental e ou física, idade avançada, crianças e gestantes, entre outros, dos quais a caridade cristã pode se encarregar de ajudar. O vagabundo será considerado, portanto, aquele que vive na imundície que dissemina

doenças e epidemias e o malfeitor que rouba dos cidadãos honestos que cultivam suas terras para viver, apresentando-se, portanto, como uma dupla ameaça (FRAGA, 2014).

Silva (2012) menciona em sua pesquisa de Mestrado que Castel (2008) aborda o termo da exclusão social no sentido de preferir utilizar, em vez de exclusão, o termo “desfiliação” para designar o desfecho desse processo, a tratar de “estados de provação”. Daí fundamenta-se em Paugam (1999), que utiliza na atualidade o conceito de “desqualificação social”, que caracteriza o movimento de expulsão gradativa, para fora do mercado de trabalho, e as experiências vividas na relação de assistência, ocorridas durante diferentes fases nesse processo. Ao estudar sua obra, pode-se visualizar a identificação que esse autor faz de três fases processuais: fragilidade (perda do emprego); dependência dos serviços sociais e ruptura dos vínculos sociais, o que leva a um alto grau de marginalização.

Apresentamos outro exemplo de utilização dessa referência pela pesquisadora Pizzato (2012), que fez a citação quanto à discriminação e à imagem estigmatizante atribuída à população em situação de rua na sociedade: seria como um não sujeito ou como um ser inferior, um “indigente”. Ela fundamenta sua análise em Paugam (1999), que conceitua a categoria da “desqualificação social” como o movimento de expulsão gradativa para fora do mercado de trabalho de camadas cada vez mais numerosas da população e as experiências vividas na relação de assistência ocorridas durante as diferentes fases desse processo. Esse conceito valoriza o caráter multidimensional, dinâmico e evolutivo da pobreza e o *status* social dos pobres socorridos pela assistência (PAUGAM, 1999).

Pizzato (2012) diz que, para Paugam, esse segmento social é colocado numa posição de não pertencimento à cidade e, portanto, sem direitos a permanecer nela. “A humilhação os impede de aprofundar, desse modo, qualquer sentimento de pertinência a uma classe social” (PAUGAM, 1999, p. 69).

A principal formulação teórica para a compreensão das categorias do método marxista são as leituras e as explicações de Karl Marx, filósofo, economista, sociólogo, jornalista e revolucionário socialista.

O exemplo mais importante do emprego dessa perspectiva nas produções de PSR no Serviço Social foi a análise que fizemos da fundamentação teórica da pesquisadora Silva (2009). Dentre os estudos investigados, identificamos que foi a melhor produção que realizou o estudo sobre Marx na sua obra. Apresentaremos na forma de tópicos os principais pontos em que a pesquisadora utilizou os aportes de Marx.

- a. Descreve que a visão marxiana auxilia a análise da categoria **trabalho** e refere seu duplo significado: como atividade dos seres humanos na construção de respostas às suas necessidades, em qualquer forma social; e, na condição em que se realiza na sociedade capitalista, com a função de criar o valor das mercadorias (SILVA, 2009).
- b. Analisa a reestruturação produtiva que teve como diretriz a reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do capital, na esfera da produção e das relações sociais. Nesse contexto, formou-se uma massa populacional economicamente ativa, excedente à capacidade de absorção do capitalismo, o que Marx (1988b) denomina superpopulação relativa ou exército industrial de reserva.

- c. Analisa ainda a categoria **trabalho** a partir de Marx mencionando que, na visão marxiana, na sociedade produtora de mercadoria, essa categoria materializa a mercadoria e possui duplo significado. Além de criador de objetos úteis, de valores de uso, é também criador do valor das mercadorias, como trabalho humano igual ou abstrato.
- d. Aproveita a categoria de análise “a questão social” a partir da fundamentação de Marx:

A caracterização do fenômeno em pauta inicia-se com um diálogo, com Marx, sobre a chamada acumulação primitiva, o pauperismo generalizado na Europa ocidental no século XVIII e a formação de uma **superpopulação relativa ou exército industrial de reserva** e as funções que lhe são designadas no modo de produção capitalista. Na sequência, o debate volta-se para a análise e compreensão da **questão social** e suas expressões concretas na sociedade contemporânea. Sobre o assunto, o diálogo é desenvolvido com José Paulo Netto e Marilda Iamamoto, em posição de concordância. No contraponto, ocorre a participação de Robert Castel e Rosanvallon, nas referências à chamada “nova questão social”, embora suas posições não sejam tomadas como norteadoras. O esforço em sintetizar as características principais da população em situação de rua conduziu ao debate sobre a categoria teórica **pobreza**, o qual se desenvolveu apoiado nas ideias de Marx, Marilda Iamamoto e Ivanete Boschetti, como ideias centrais que orientam o trabalho (SILVA, 2009, p. 25).

- e. Emprega Marx para explicar o pauperismo: no âmbito da superpopulação relativa, a PSR abriga-se, sobretudo, no pauperismo (lumpem proletariado) ou no máximo, na população estagnada que se encontra ocupada, principalmente em ocupações precárias e irregulares. O pauperismo, na concepção de Marx, constitui o asilo

dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção e sua necessidade se compreendem na produção e na necessidade da superpopulação relativa, e ambas constituem condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza (MARX, 1988b, p. 747).

- f. Explica a **pobreza** aproveitando as contribuições de Marx que refere que, na sociedade capitalista, a distribuição da riqueza social não é equânime, e a apropriação privada dos meios de produção e da relação de exploração da classe dos capitalistas sobre os trabalhadores são inerentes à estrutura social deste tipo de sociedade.

Finalizamos esta seção apresentando um quadro síntese que elaboramos quanto ao nosso entendimento dos termos e conceitos de PSR e que estão expressos nas produções que investigamos e a partir da nossa experiência profissional.

<p>RESUMO DA RELAÇÃO DOS EIXOS E AS TENDÊNCIAS DE FUNDAMENTOS UTILIZADOS PELO SERVIÇO SOCIAL SOBRE PSR</p>

OS EIXOS TEMÁTICOS:

Questão Social;

Políticas Sociais;

Exclusão Social;

Urbano;

Participação Social.

TENDÊNCIAS DE FUNDAMENTOS

A PSR É FUNDAMENTADA COMO AQUELA QUE UTILIZA A RUA PARA:

Sobreviver (por meio de estratégias);

Morar;

Relacionar-se.

A PSR É FUNDAMENTADA COMO:

Expressão da “questão social” e da resistência.

A PSR É FUNDAMENTADA POR MEIO DAS POLÍTICAS SOCIAIS QUE É ENTENDIDA COMO:

Concessões e/u conquistas;

O seu avanço depende da força desta população na luta política, ou seja, das suas condições para uma efetiva participação social o que possibilita ora avanço ora retrocesso.

A PSR É FUNDAMENTADA COMO UM FENÔMENO QUE:

Tem maior expressividade gerada pelas desigualdades territoriais dos grandes centros urbanos.

Porém, na atualidade não é exclusivo destas regiões podendo se expandir para pequenos municípios e áreas rurais;

A PSR É FUNDAMENTADA COMO UM PROCESSO DE EXCLUSÃO SOCIAL

As produções utilizam com frequência o conceito de exclusão. No entanto, recomendamos o uso do fundamento vulnerabilidade (ao invés de processos de exclusão/inclusão social). Justificamos essa

sugestão porque entendemos que essa noção é muito ampla e que envolve vários aspectos difíceis de serem mensurados.

Logo a utilização do termo vulnerabilidade pode nos sugerir índices e indicadores de níveis de vulnerabilidade – que podem ser elaborados em conjunto com a própria população em situação de rua e que podem dar maior visibilidade a complexidade desta situação na nossa sociedade.

Alguns índices já existem – porém estamos nos referindo da elaboração de indicadores específicos – destinados a compreender a situação de rua. Indicamos a realização de outros estudos que aprofundem essa temática e que não foi nosso objeto de nossa tese e por isso não aprofundamos essa temática.

Com intuito de compreender essas considerações foi necessário que construíssemos — a partir do recorte da fundamentação teórica dos trabalhos — os principais aportes teóricos utilizados pelo Serviço Social nos Programas de Pós-Graduação no Brasil.

Para essa construção, foi necessário que as estudássemos por grupos as categorias que foram aglutinadas por temas afins. Denominamos de eixos temáticos aquelas que identificamos a partir da frequência e temática (questão social; política social; exclusão/inclusão social; urbano e participação social) — Estas serão abordadas na próxima seção.

É importante mencionar que elaboramos os eixos reunindo-os em cada, um conjunto de categorias que foram devidamente agrupadas – para uma melhor apresentação de cada fundamento que foi utilizado nas produções. Essa junção ocorreu por meio da nossa percepção enquanto pesquisadora e assistente social sobre a PSR.

A opção de cada categoria colocada em cada eixo não foi uma escolha neutra ou imparcial, envolveu um conjunto de conceitos que nos apropriamos ao longo da nossa trajetória acadêmica e profissional. O critério de agrupamento das categorias por eixo foi por afinidade de temas e, dentre cada grupo, escolhemos apenas algumas categorias para análise pelo tempo em que precisávamos concluir a tese. Essa afinidade de temática também levou em consideração a frequência em que se apresentavam nas produções, ou seja, as mais utilizadas. A análise de cada eixo será analisada na seção seguinte.

4 FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

FIGURA 5 - Fundamentos



Fonte: (RISCO, 2012).

Esperança

*Lá bem no alto do décimo segundo andar do Ano
Vive uma louca chamada Esperança
E ela pensa que quando todas as sirenas
Todas as buzinas
Todos os reco-reco tocarem
Atira-se
E — ó delicioso voo!
Ela será encontrada miraculosamente incólume
na calçada,
Outra vez criança...
E em torno dela indagará o povo:
— Como é teu nome, meninazinha de olhos
verdes?
E ela lhes dirá
(É preciso dizer-lhes tudo de novo!)
Ela lhes dirá bem devagarinho, para que não
esqueçam:
— O meu nome é ES-PE-RAN-ÇA...*

Mário Quintana

O objetivo desta seção é apresentar uma sistematização sobre os resultados de uma investigação sobre as tendências temáticas da fundamentação nas produções do Serviço Social, bem como, estudar os autores e as suas perspectivas teóricas. A análise que realizamos foi histórica – pois foi considerada a partir dos conceitos e os autores que foram utilizados em cada momento. O resultado desse processo investigativo evidenciou a prevalência de algumas temáticas que foram agrupadas por eixo: questão social; política social; exclusão/inclusão social; urbano e participação social. Eixos esses, que estão articuladas ao debate da profissão e como as principais tendências de pesquisa nesse nível de ensino. O resultado desse estudo culminou numa sistematização que denominamos de eixos temáticos e que são produto da aglomeração de conjunto de categorias teóricas que localizamos com mais frequência nas produções. O contorno metodológico desta etapa da pesquisa considerou as seguintes atividades de pesquisa:

- I – ao realizar a leitura dos fundamentos, observamos a frequência com que apareceram alguns assuntos ou temáticas, a que denominamos de categorias de análise utilizadas nas produções na parte da fundamentação teórica. Fizemos uma lista delas e as agrupamos no que denominamos de eixo;
- II – logo procuramos entender e refletir a maneira como os pesquisadores empregaram as categorias e seus autores. Fizemos um quadro geral (de categorias e autores) e, conseqüentemente; as incluímos em cada eixo temático;
- III – depois escrevemos o texto de análise qualitativa com base na perspectiva da teoria social crítica de Marx, fazendo as devidas

mediações entre a temática do estudo e as influências de autores utilizados.

Ao fazemos uma analogia com a figura representada na primeira página desta seção (a lâmpada acesa), afirmamos que a luz poderia significar as teorias e os autores utilizados nas pesquisas — sendo que a claridade representa um conjunto de conhecimentos, valores e metodologias que firmam bases nas diferentes concepções que os pesquisadores possuem ao longo de sua trajetória e que acreditamos influenciar os processos de trabalho junto à PSR. Entendemos que nossa pesquisa irá contribuir para uma reflexão crítica acerca do conhecimento nesta área sobre o tema — reconhecendo os limites, os avanços a partir das tendências teóricas utilizadas em cada contexto histórico e que suas escolhas, assim como, a nossa não são neutras, pois envolvem valores, subjetividade, teorias e práticas apropriadas pelos profissionais ao longo de cada trajetória profissional. Contudo, o que pretendemos é indicar tendências provisórias a partir de uma crítica quanto às posições adotadas pelos pesquisadores.

Como já foi indicada, nossa opção metodológica foi pesquisar as teses e dissertações e, dessa forma, é importante dizer que não pretendemos imprimir uma “verdade” quanto aos fundamentos de PSR, mas sim indicar as “tendências” que são utilizados no Serviço Social no Brasil e, assim, contribuir para uma reflexão crítica sobre o tema da PSR. Esperamos com essa análise sistematizada neste capítulo possa favorecer o surgimento de novos questionamentos, assim como, outros estudos que se proponham a gerar mais conhecimento e que enriqueçam ainda mais a área do Serviço Social.

Ilustraremos uma figura que representa os elementos dos fundamentos e que se desdobram em tendências:

FIGURA 6 - Elementos dos fundamentos



Fonte: (SCHMELKES, 2016).

Os estudos dos fundamentos são aqueles que se propõem a identificar as **bases ou as tendências – na qual reuni um conjunto de informações sobre as bibliografias; os autores, as referencias, a instituição; o Estado; o governo; a história, assim como, os sentidos e os significados atribuídos aos sujeitos na sociedade.**

Neste sentido, essa tese se propõe a estudar o fenômeno da PSR na sociedade capitalista – o que leva em consideração a integralidade, a totalidade e a unidade dialética dos conceitos a luz da teoria social crítica. Os embasamentos utilizados pelos pesquisadores são “a pedra angular” e, portanto, conforme Sarmento (2015),

[...] são históricos porque é fruto de nosso trabalho nas condições materiais de nossa existência. Teóricos, porque compreendemos a realidade e, a partir dela, abstraímos seu

movimento como concreto pensado, que implica ações concomitantes e articuladas, isto é, metodológico (SARMENTO, 2015, p. 9).

Também é ético porque tem uma tomada de posição nossa e dos pesquisadores. Não é possível o caminho histórico, teórico e metodológico sem um conjunto de **reflexões críticas acerca de nossas ações e condutas**, ou seja, de uma **ética** (SARMENTO, 2011). Neste sentido, referimos que as reflexões contidas nesta tese não são indiferentes ou imparciais — já que possuem uma relação com a nossa história e, assim, recebem interferência da nossa opção que é pautada por um projeto profissional incorporado por parte da profissão após a sua reconceituação na década de 1970 e que está comprometido com a justiça e a transformação da realidade social.

Segundo Prates (2000b), a utilização do método dialético pelo Serviço Social nas pesquisas possibilita, além de identificar as contradições existentes no real, desvendar os fundamentos a partir das percepções e representações dos sujeitos. Conforme essa autora, esse enfoque apresenta algumas características básicas, tais como o reconhecimento do sujeito como unidade em processo, movimento e devir; admite que não há neutralidade na ciência e, portanto, no modo de olhar do pesquisador; reconhece a importância fundamental do contexto social como elemento determinante da história da vida dos sujeitos; busca, mais do que dados isolados, a conexão entre múltiplos fatores, o desvendamento do real a partir de suas contradições inclusivas; reconhece a historicidade da realidade e dos sujeitos; reconhece o caráter político da pesquisa social — como construção coletiva que parte da realidade dos sujeitos mediando processos de desvendamento

por meio da reflexão — busca, mais do que conhecer condições de vida, apreender o modo de vida dos sujeitos.

Nosso estudo dos fundamentos parte da análise contemporânea do Serviço Social por uma opção de exposição da temática. Para isso utilizaremos as contribuições de Yasbek (2009) e Iamamoto (2011) — duas referências importantes que escrevem sobre os fundamentos, autoras com as quais nos identificamos.

Segundo Yasbek (2009), o Serviço Social, na atualidade, defronta com desafios para o enfrentamento das diferentes manifestações da “questão social” como objeto dessa profissão. O cenário atual tem apresentado situações como:

FIGURA 7 - Ilustração dos desafios do Serviço Social na atualidade



Fonte: Elaboração própria a partir da análise da produção de Yasbek (2009).

Complementamos com as análises de Iamamoto (2011), que alega mais alguns desafios para o Serviço Social, que tem seu objeto de trabalho nas diferentes expressões da “questão social”:

- o aumento do desemprego crônico;
- a precarização das relações de trabalho;
- as exigências de contenção salarial;
- a flexibilização das relações e condições de trabalho;
- o desmonte do sistema de proteção social;
- os fundos privados ganham mais espaços e rendem mais juros;
- os empréstimos aos países em desenvolvimento aumentam, ocorrendo o mercado de intercâmbio;
- aumenta a indústria da dívida pública;
- e a polarização da classe trabalhadora.

Menciona ainda que o papel do Estado no capitalismo é de sustentar a estrutura de classes e as relações de produção, assim como atualizarem o fetichismo e mistificações que acobertam as desigualdades sociais (IAMAMOTO, 2011).

Nesse sentido, Yasbek (2009) discorre que o resultado desse processo é a redução dos direitos sociais com a incorporação de um estado mínimo que implementa ações compensatórias e seletivas que se centram somente na sobrevivência imediata do indivíduo, deixando de garantir suas condições necessárias à sua qualidade de vida (lazer, vestuário etc.).

Iamamoto (2011) alude a “questão social” no Brasil contemporâneo como marcada pelo desemprego, e a luta sindical sendo atingida pela recessão — menciona ainda o surgimento crescente do

trabalhador polivalente (aquele que desenvolve várias funções e recebe o mesmo valor de salário).

Esse processo atinge as formas de sociabilidade, as formas culturais e a subjetividade, bem como as identidades coletivas, erodindo projetos e utopias. Estimula o clima de incertezas e desesperanças, além de gerar atitudes e condutas individualistas — centradas no isolamento de pessoas e grupos. Há restrição dos gastos sociais em nome da chamada crise fiscal do Estado, e o resultado é a privatização da coisa pública (IAMAMOTO, 2011). Complementamos: se essas questões interferem na vida dos trabalhadores, estão inclusos aqui os profissionais de Serviço Social e, obviamente, são as condições que permeiam também o processo que resultou a situação de rua de uma parcela desses trabalhadores.

As duas autoras asseguram que ocorreram significativos avanços no Brasil a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 — já que essa legislação determinou um caráter universalista às políticas sociais ampliando consideravelmente os direitos sociais da população do ponto de vista legal. Entretanto, a partir da década 1990, a agenda pública passou a sofrer interferências do ideário neoliberal — o que reduziu os direitos sociais e minimizou o papel do Estado na condução das ações (YASBEK, 2009; IAMAMOTO 2011).

O Serviço Social, como profissão, frente a esse cenário, enfrenta desafios e limites no seu cotidiano de trabalho: há uma contradição presente no que propõe o seu projeto de profissão, que está inserido numa sociedade que prima por um projeto societário pautado nas desigualdades sociais como uma necessidade do sistema — o que, do

ponto de vista teórico e metodológico, coloca provocações aos profissionais, assim como importantes desafios éticos.

Na produção teórica, o **desafio** é eleger uma opção que não tenha seus fundamentos sustentados na concepção neoliberal — que expressa um objetivo predominantemente neoconservador — que prioriza análises individuais com base na culpabilização do indivíduo pela sua condição social. A opção teórica que fizemos, ao nosso ver, precisa abranger como fundamento central (inclusive do projeto ético-político da profissão): a luta de classes como uma condição essencial para transformação social.

A luta de classes, conforme Marx, foi a “denominação para designar o confronto entre o que consideravam os opressores, a burguesia, e os oprimidos, o proletariado, consideradas classes antagônicas e existentes no modo de produção capitalista” (MARX, 1988b, p. 102).

As produções que foram investigadas demonstraram que as escolhas que cada pesquisador fez indicam um caminho adotado para se referir ao objeto de estudo. Embora todos tenham uma sustentação crítica pautada na construção e consolidação dos direitos sociais, algumas produções indicaram um ecletismo quando se referem as fundamentos utilizados de PSR, especificamente, os que se referiram a base na teoria social crítica da tradição marxista.

Em nossa concepção, a força motriz por trás das grandes revoluções na história esteve pautada na luta de classes, no conflito entre os interesses do capital e dos trabalhadores. O pensar e fazer do Serviço Social não está fora desse contexto, e a profissão levou vários

anos para compreender sua imbricada relação com essa condição societária.

Percebe-se, porém, que uma parte da produção teórica acerca da população em situação de rua indica como opção a questão da “inclusão” no sistema do sujeito excluído. Ao nosso ver, a questão não é que todos deveriam ser marxistas, porém não abdicar de compreender as condições de vida e não negligenciar a possibilidade de construir sua própria história — o contrário, no sistema capitalista, seria quase o mesmo que dizer “para tudo se dá um jeito”.

Esse conceito (luta de classes) começou a ser utilizado a partir da compreensão de Marx sobre a criação da propriedade privada dos meios de produção. A partir daí a sociedade passou a ser dividida entre burguesia (*proprietários*) e proletariado (*trabalhadores*, ou seja, possuidores dos meios de produção e possuidores unicamente de sua força de trabalho. Na sociedade capitalista, a burguesia retém a mercadoria produzida pelo proletariado, e o produtor dessa mercadoria recebe em salário aquilo que foi produzido como excedente.

O Serviço Social, na atualidade, se insere a partir das escolhas que faz entre essas concepções, mas, mesmo assim, permeia em sua prática e discurso a “cultura do direito”, reforçando análises que não percebem o quanto o desenvolvimento de práticas profissionais pode levar em consideração as contradições e a historicidade dos fenômenos sociais. Não compreendendo essa perspectiva, reduz-se o seu campo político de intervenção.

Esse campo de visão “ético e político” pode reduzir a concepção de PSR dos profissionais - que optam por adotar nas suas produções diferentes perspectivas de análise e que em si apresentam por trás um

ecletismo. Identificamos uma reprodução de textos e autores, bem como, de conceitos que são de uma produção para a outra sem a devida mediação com a teoria social crítica. Assim, cria-se uma tendência de utilização de, por exemplo, o conceito de exclusão social - como a única forma de explicar o fenômeno da PSR. Inferimos que os pesquisadores adotam, para a realização de suas produções, conceitos mais pontuais – o que percebemos uma possível retomada de uma forte característica da profissão no seu surgimento no Brasil, que é a perspectiva funcionalista – que por trás reforça a perspectiva individual de moralização da “questão social” — hoje tratada como a reatualização do conservadorismo.

Observamos que os caminhos escolhidos pelos profissionais podem ter relação com as condutas e posições adotadas e que identificamos nas produções, pois as escolhas dos fundamentos e o seu trato teórico demonstram as diferenças no modo como cada expressa o seu fundamento e, assim, reproduzida de uma produção a outra sem entender a fundo os limites dos conceitos. Percebemos nas produções uma forte tendência de que, ao buscarem a fundamentação teórica de seus argumentos, os pesquisadores trazem citações de diferentes autores para a mesma categoria e, no final da análise, não se referem claramente à posição que estão adotando, gerando dúvidas quanto às diferenças de cada uma das escolhas.

Isso mostra a necessidade do âmbito acadêmico de impulsionar os pesquisadores para mencionarem com maior clareza suas escolhas e opções acerca de qual perspectiva se identificam e romperem com a lógica observada nos trabalhos e, quando se tratar de PSR, utilizarem esse ou aquele autor como referência indistintamente. Essas opções

teóricas e políticas indicam o quanto levam em consideração a estrutura macroeconômica da sociedade e a luta de classes nos conflitos cotidianos vividos pela população em situação de rua e pelos próprios profissionais nos seus processos de trabalho junto a essa população.

Identificamos que o Serviço Social ainda apresenta dificuldades na reflexão crítica, reforçando a tendência de apoiar-se em perspectivas que retomam o caráter conservador da área com tendências travestidas de ideias contemporâneas, mas, que culpabilizam o sujeito pela sua condição atual ao desconsiderarem a luta de classes. Entendemos que não depende exclusivamente de um grupo de profissionais que atuam numa determinada área no Serviço Social, mas, sim, de um conjunto da categoria profissional, ou melhor, do conhecimento produzido pela área, de que possam conhecer os fundamentos e se apropriar de maneira crítica e não por aproximações, às vezes descuidadas de seus desdobramentos e implicações éticas e políticas.

Conforme Yasbek (2009), os referenciais teóricos metodológicos do Serviço Social, a partir da década de 1990, encontraram-se entre a ruptura com o conservadorismo e a legitimidade do pensamento marxista. Hoje, o que incide na profissão são a ampliação e a presença de outras correntes teórico-metodológicas, tais como a do pensamento pós-moderno, a do neoconservadorismo, a sistêmica e a tecnocrática.

A autora alude em suas análises que a perspectiva que predomina atualmente na profissão é a **teoria social crítica marxista**, porém não significa que haja ausência de diálogo com outras matrizes de pensamentos (YASBEK, 2009). O que percebemos é que ainda se faz necessária uma ampliação do diálogo crítico e as suas diferenças quanto a outras teorias.

Em relação à nossa análise, a partir dos eixos temáticos, inferimos que foi localizada a tentativa de os pesquisadores utilizarem-se da teoria social crítica para explicar a realidade da PSR no Brasil, no entanto observamos também certa incoerência na sua utilização — principalmente, no uso de algumas categorias teóricas de caráter neoconservador. Como exemplo disso, observamos no eixo da exclusão social que seus referenciais estavam pautados na ideia de ser possível sobreviver na sociedade capitalista por meio da inclusão social (ações que defendem a prática de fortalecimento individual que parte do esforço do sujeito que se sente excluído).

Inferimos que essa perspectiva de análise pode desconsiderar a categoria marxista da contradição de classe e pode vir a desacreditar na sua luta, pois trata-se de incluir na sociedade um sujeitos que está fora de todos os processos sociais. Identificamos, nas produções, importantes diferenças, quanto à indicação da teoria utilizada e a defesa dos conceitos - que vão de encontro com a perspectiva marxista. Quanto à utilização da questão social nas produções observamos que os pesquisadores fizeram a defesa de uma nova questão social, sendo diferente, da lógica assumida pelo Serviço Social hoje – de que não existe uma nova e, sim, a mesma e, que possui outras expressões de desigualdades e resistências na atualidade. Essa análise é pautada na história, e acreditamos ser reflexo do momento em que a foi utilizada de amadurecimento intelectual do Serviço Social nos últimos 20 anos.

Entendemos que o motivo da utilização desses referenciais pelos profissionais é a reprodução de um trabalho para o outro. É bastante frequente identificarmos produções com os mesmos conceitos, principalmente, de exclusão e de inclusão social. Inferimos que há uma

necessidade de uma melhor apropriação de determinadas categorias e a identificação de suas diferenças.

O Serviço Social acompanha a trajetória da realidade, ou seja, das relações sociais na sociedade capitalista e o mundo social é um mundo de relações e é nesse mundo que se constitui como profissão, portanto, a área está permeada por **conflitos, tensões e contradições** (YASBEK, 2009).

Sobre isso, é importante referirmos que os fundamentos de PSR não são isolados na realidade social, e a sua constituição possui estreita relação com a história do Serviço Social e suas influências no pensamento social da Igreja Católica e com a constituição da sociedade burguesa, portanto permeadas de valores, práticas e teorias que imprimem o caráter neoconservador nos dias atuais.

A expansão do Serviço Social no Brasil começou a se legitimar no processo de urbanização e industrialização — período em que a “questão social” passou a ser administrada e controlada pelo Estado junto aos trabalhadores e suas famílias. As expressões da “questão social” eram vistas como “caso de polícia”, e a intervenção do assistente social, como “questão moral, religiosa e de garantia dos bons costumes”.

Segundo Iamamoto (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006), o processo de surgimento do Serviço Social está interligado ao amplo movimento em que a Igreja buscava um novo projeto de “recristianização da origem burguesa”. Seu objetivo era a aproximação com a classe operária na disputa com as influências comunistas e liberais.

Segundo Yasbek (2009), o Serviço Social brasileiro têm na sua gênese relação com **ideário católico** e com a **expansão do capitalismo**.

Os primeiros fundamentos teórico-metodológicos estavam relacionados à “doutrina social da Igreja” no ideário franco-belga de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino.

[...] na relação com a Igreja católica que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos políticos / sociais orientando-se por posicionamentos de **cunho humanista conservador** - contrários aos ideários liberais e marxistas, na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja face à “questão social”. Entre os postulados filosóficos tomistas que marcaram o emergente Serviço Social, temos a noção de dignidade da pessoa humana; sua perfectibilidade, sua capacidade de desenvolver potencialidades; a natural sociabilidade do homem, ser social e político; a compreensão da sociedade como união dos homens para realizar o bem comum (como bem de todos) e a necessidade da autoridade para cuidar da justiça geral (YASBEK, 2009, p. 146).

Conforme a autora, o conservadorismo católico serviu de fundamento à área na sua formação. A partir da década de 1940, ocorreu a primeira influência de outros fundamentos para além dos da Igreja, porém também de cunho conservador: a do Serviço Social norte-americano. Esse fundamento apresentava **caráter tecnicista** com base na “teoria social positivista”. Nesse período, o Estado passou a implementar políticas sociais para controle dos trabalhadores e suas famílias, e o Serviço Social, com sua base manipuladora, instrumental e imediata, passou a intervir para amenizar os conflitos e buscar a integração entre o capital e o trabalho.

A institucionalização do Serviço Social a partir dessa época foi bastante intensa, quando passou a ser uma categoria **assalariada**

(atendendo as necessidades do capitalismo), dentro na divisão social e técnica do trabalho. Yasbek (2009) afirma ainda:

Neste contexto, a legitimidade do profissional, expressa em seu assalariamento e ocupação de um espaço na divisão sócio técnica do trabalho, vai colocar o emergente Serviço Social brasileiro frente à **matriz positivista**, na perspectiva de ampliar seus referenciais técnicos para a profissão (YASBEK, 2009, p. 147).

Na ótica de ajustar e manter o controle da população, o Serviço Social ampliou espaço na sociedade como profissão, pois atendia uma necessidade do capitalismo para manter o controle das classes sociais. Essas perspectivas não levavam em consideração a voz do sujeito e sua capacidade de transformação social. Seu objetivo era manter a ordem estabelecida, particularmente, utilizando-se de intervenções **funcionalistas**. A perspectiva positivista trabalhava com as relações aparentes dos fatos, evoluiu dentro do já contido e buscou a regularidade, as abstrações e as relações invariáveis (YASBEK, 2009).

O positivismo não apontava para mudanças sociais mais amplas e coletivas dentro de uma ordem estabelecida, e as suas técnicas de trabalho eram para o ajuste e a conservação dos costumes individualistas da sociedade burguesa daquele período. O trabalho com a PSR nesse contexto era realizado pela Igreja, que tentava controlar esses sujeitos por meio de práticas caritativas e assistenciais (entrega/ distribuição de alimentos e roupas, clínicas de internamento etc.).

Nos anos de 1960, a profissão passou a questionar quanto à utilização dessas perspectivas e seus objetivos e logo se aproximou de outras: a fenomenologia e o marxismo e interrogava acerca de sua feição

burocrática. Nesse momento histórico da profissão, iniciava-se o processo de reformulação da sua finalidade com a tentativa de romper com os processos de trabalho que tinham ideias liberais e positivistas de neutralidade.

O “Movimento de Reconceituação”, iniciado na década de 1970, segundo Yasbek (2009), possuía vertentes de análise nas quais se dividia em três, sendo:

- 1) A Modernizadora: abordagens funcionalistas, estruturalistas e sistêmica;
- 2) A Fenomenológica: abordagem dialógica centrada no indivíduo;
- 3) A Marxista: sociedade de classe, contradição.

Esse movimento se propôs a uma importante mudança de paradigma e de seus referenciais e tinha, principalmente, a finalidade de se opor às práticas conservadoras e reconhecer a luta dos trabalhadores, o que levou a profissão à aproximação com as reflexões marxistas.

Yasbek (2009), porém, concordando com as afirmações de Netto (1997), identificou problemas nessa apropriação, porque ocorreu de maneira “enviesada” valendo-se de materiais de pouca densidade teórica com forte influência mecanicista que conviviam com perspectivas mais conservadoras, as quais buscavam processos de adaptação dos indivíduos e famílias na sociedade.

Na transição da década de 1970 para a de 1980, o Serviço Social voltou-se para a realização de processos de trabalho vinculados à organização e assessoramento aos movimentos sociais e às lutas populares do período de redemocratização do país. Os profissionais questionavam a efetividade das políticas sociais, propondo-se a lutar em

conjunto com a população para garantir a promulgação da “Constituição Democrática”, que logo veio a ser aprovada em 1988.

Desde 1980 a análise do significado social da profissão está centrada no processo de reprodução das relações sociais, sustentando que a “questão social” é indissociável das relações sociais capitalistas, nos marcos da expansão monopolista e de seu enfrentamento pelo Estado. O processo de renovação crítica do Serviço Social é vivenciado internamente na categoria profissional, exigindo dos profissionais o entendimento da sua posição na divisão sociotécnica do trabalho (IAMAMOTO, 2011).

Considerando o contexto apresentado, conclui-se que o Serviço Social, sob a perspectiva profissional, é fruto do processo de produção e reprodução das relações sociais e, por isso, afirma-se como uma especialização do trabalho coletivo no quadro do desenvolvimento industrial e da expansão urbana.

Entre os autores que contribuíram com esse processo de ruptura estão, em destaque, Iamamoto e Netto — que, por meio de suas publicações, garantiram a introdução da “Teoria Social Crítica” de Marx na profissão. Nesse período, o esforço foi para a adoção do Marxismo como referência analítica — tornando-a hegemônica na década de 1980 a 1990, até os dias atuais.

Esse referencial avançou favorecendo a construção de um projeto profissional, uma direção social para a profissão, um projeto ético-político. Esse projeto se caracteriza por uma perspectiva de ruptura com o Serviço Social tradicional, com busca de novos valores vinculados a um projeto de sociedade compromissado com a democracia, a liberdade e a justiça social. Para tanto, apanha novos aportes teóricos e

metodológicos que culminam com uma nova visão da profissão em vários aspectos, como sua realidade histórica e sua relação com os empregadores e usuários. Seu marco paradigmático foi o “congresso da virada” de 1979, e esse projeto profissional possui expressões concretas, como o atual código de ética, as diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social, a lei de regulamentação da profissão e as produções acadêmicas.

Essa mudança foi reflexo de um processo organizativo dos assistentes sociais e que culminou em encontros, seminários e congressos; ocorreu a reformulação do currículo de 1982 com a construção das diretrizes curriculares; a promulgação da Lei de Regulamentação e a reformulação do Código de Ética em 1993. Além disso, diversos profissionais participaram do reordenamento político-institucional das políticas sociais do país aprovado após a Constituição Federal, na década de 1990 e nos anos de 2000. Na Pós-Graduação ocorre a expansão e amadurecimento da formação profissional, que notadamente, nas últimas duas décadas têm aumentado muito o número de cursos.

É importante mencionar que foi a partir da década de 1970 que ocorreu a implementação da Pós-Graduação no Serviço Social — gerando o aumento das produções, publicações e pesquisas — o que refletiu na qualidade da profissão. Neste processo de ampliação e consolidação, é fundamental ressaltar a relação entre Pós-Graduação e produção do conhecimento, especialmente, frente ao processo de renovação crítica do Serviço Social, no qual, a área vem conseguindo dialogar e se apropriando das Teorias Sociais e do debate intelectual contemporâneo, no âmbito das ciências sociais no país e no exterior

(PRATES et al, 2016). Também é nesse espaço (da pós-graduação), que o Serviço Social brasileiro desenvolveu-se na pesquisa acerca de seus fundamentos, da natureza da sua intervenção, de seus procedimentos, de sua formação, de sua história e, sobretudo acerca da realidade social, política, econômica e cultural onde se insere como profissão na divisão social e técnica do trabalho. Avançou na pesquisa da questão social, do Estado capitalista, das políticas sociais, dos movimentos sociais, dos direitos sociais, da cidadania, da democracia, do processo de trabalho e de suas transformações, da realidade institucional, das múltiplas faces da exclusão social e da pobreza e de outros temas (YAZBEK, 2009, p. 152).

A tradição marxista apareceu hegemonicamente como uma das referências básicas à profissão, e os autores mais utilizados até os dias atuais, além de Marx, com suas devidas mediações ao tempo atual, foram: Gramsci, com a Teoria do Estado, da Sociedade Civil e da Hegemonia; Heller, com a categoria cotidiano e o Lukács, com a compreensão da ontologia do ser social e sua relação com o trabalho.

De acordo com Yasbek (2009) e Iamamoto (2011), a convivência com o **pluralismo** é uma condição ética dos profissionais e aparece como importante debate na profissão a partir de 2000 — o que implica convívio e diálogo de diferentes teorias. Entretanto, é importante mencionar que não podemos deixar de compreender a direção hegemônica da profissão.

Ao mesmo tempo, a partir da década de 1990, ocorreu o **ingresso do ideário neoliberal** no Estado e, conseqüentemente, nas políticas sociais, e esse fenômeno vem sendo objeto de reordenamento do terceiro setor, filantropia e do discurso da responsabilidade social. A opção do

Estado Capitalista tem sido por políticas compensatórias. Novas demandas e desafios vêm sendo colocadas ao Serviço Social como situação de rua, trabalho infantil, HIV, envelhecimento etc., contudo, é necessário que a área se aproprie cada vez mais de sua teoria e realize estudos sobre a sua prática.

O estudo dos fundamentos utilizados pelo Serviço Social sobre PSR é aquele que se propõe a apreender a direção de uma determinada profissão sobre uma temática, pois pretende encontrar as **tendências de análise** e as interpretações dos profissionais sobre a uma determinada realidade social. Segundo Yasbek (2009),

[...] estas tendências, derivadas das transformações sociais que vêm particularizando o desenvolvimento do capitalismo em nossa sociedade, não se configuram como **homogenias**, mas são permeadas por diversas clivagens, tensões e confrontos internos. Isso porque a compreensão teórico-metodológica da realidade, fundada no acervo intelectual que se constitui a partir das principais matrizes do pensamento social e de suas expressões nos diferentes campos do conhecimento humano, é processo que se constrói na interlocução com o próprio movimento da sociedade (YASBEK, 2009, p. 1445).

Essa incursão pela história recente do Serviço Social e a reconstrução de seus fundamentos sobre PSR tem um sentido para nossas reflexões. Entendemos que as passagens e transições que envolvem a trajetória do Serviço Social persistem e refletem na forma como o Serviço Social trata a temática. Ao recorrermos à literatura indicada, identificamos nos textos analisados que ainda nos falta maior critério para apropriação dos autores e suas respectivas teorias, em

especial suas implicações políticas acerca da profissão, da sociedade e da própria população em situação de rua.

Isso tem rebatimentos de ordem ético-política, uma vez que incidem na atualidade, como no passado da profissão, aproximações travejadas de valores morais (religiosos, políticos, culturais) dos mais variados. A questão não é sua presença, pois é inegável, a preocupação é sua incidência, que reforça as perspectivas conservadoras na compreensão da política, do Estado e das políticas sociais e, principalmente, da visão acerca da própria população em situação de rua.

O estudo dos fundamentos de PSR e de suas tendências foi realizado a partir da análise da “fundamentação teórica” ou “marco teórico” das pesquisas sobre PSR no Serviço Social. Consideramos o estudo sobre a fundamentação importante de ser sistematizado, na medida em que ele se propõe a indagar as referências nas quais se baseiam as pesquisas. Investigar as informações é o que deu forma ao conhecimento obtido pelos pesquisadores antes e após a análise dos dados. Este estudo não é da produção geral do conhecimento dos pesquisadores — pois se propõe a estudar um recorte dos trabalhos conforme nosso objetivo de estudo (analisar os fundamentos).

A pesquisa possibilita o aprofundamento coletivo da área sobre um determinado tema que possui alta relevância e interesse comum à realidade social. A nosso ver, propõe-se a estudar a condição das pessoas em situação de rua que, por sua vez, consideramos a expressão da “questão social” mais extrema e devastadora de pobreza no mundo e que exige respostas políticas mais comprometidas da sociedade. Os estudos acadêmicos podem e devem contribuir, significativamente, para

o encontro de múltiplas respostas e, por isso, a sistematização destas torna-se essencial para uma área de conhecimento.

Entendemos que a “situação de rua” só pode ser compreendida por meio de um esforço concentrado entre profissionais e a própria população que vive essas condições sociais, e o Serviço Social pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias integradas. A luta tem que ser multidimensional como o são a própria situação de vida dessas pessoas e os motivos que as levam a viverem nessas situações — há que tratar das causas que conduzem a essa situação, como também das consequências que afetam a população em geral.

De modo geral observamos nas produções analisadas que há uma preocupação em fundamentar os motivos que levam a essa circunstância, e utilizam categorias relacionadas ao zelo pelos direitos dessa população. Entretanto, pouco aborda sob o ponto de vista de quem vive nas ruas. As análises apesar de ser a grande maioria de estudos empíricos pouco abordam o ponto de vista da PSR. Percebemos que os eixos a serem analisados possuem estreita relação com a opção hegemônica do Serviço Social — há um esforço dos Programas de Pós e dos orientadores, principalmente desde 2000, em utilizar as categorias da teoria social crítica. No entanto, é visível o campo das diferenças e do ecletismo na utilização de algumas categorias. Essa nossa percepção pode vir a ser compreendida como uma ideologia neoconservadora que as produções de PSR possuem no Serviço Social e que pode também ser compreendida como um possível fortalecimento pelas instituições acadêmicas – da racionalidade técnica e sistêmica e que acaba sendo reproduzida nos conceitos sem o devido trato teórico e metodológico. Isso acreditando refletir no cotidiano dos processos de trabalho do

assistente social que é empregado pelo sistema e acaba sendo requisitado para executar um trabalho repetitivo e burocrático, pragmático e heterogêneo.

As 23 produções referiram que os direitos na sociedade capitalista, assegurados por meio das políticas setoriais (de assistência social, da habitação, da saúde, da educação e do trabalho) são a grande saída para a situação de rua e isso foi identificado no discurso da necessidade de as políticas serem transversais e intersetoriais. Porém, é nesse espaço contraditório que o Serviço Social – por meio das políticas que inclui o sujeito em situação de rua e que ocorre uma inserção no que há disponível (precário, ruim, pouco ou nada).

Os pesquisadores também mencionaram que as pessoas em situação de rua enfrentam quotidianamente condições de vida terríveis e ficam expostas a todas as formas de vulnerabilidade. Segundo os pesquisadores, tais condições são inaceitáveis, porque vão contra os valores fundamentais dos Direitos Humanos, pois é uma forma de vida que não é garantida minimamente a dignidade. No entanto, não identificamos processos de trabalho nas produções de nos indicassem alguns caminhos, talvez não fosse o objetivo dessas produções, mas entendemos que as reflexões poderiam fazer com que encontrássemos alternativas de processos de trabalho que poderiam ser utilizados pelo Serviço Social PSR?

É o que pretendemos indicar a seguir, ao apresentar as categorias identificadas nas pesquisas.

4.1 Eixo temático: “questão social”

A “questão social” é o primeiro de cinco eixos que analisamos como um fundamento de PSR utilizado pelo Serviço Social. Esse eixo compõe um conjunto de categorias que identificamos nas produções acadêmicos, tais como: pauperismo, pobreza, neoliberalismo, globalização, reestruturação produtiva, democracia, trabalho, desigualdade e vulnerabilidade social. Agrupamo-las nesse eixo, compreendendo que possuem uma relação com o conceito de “questão social” e expressam uma direção ou concepção adotada pelos pesquisadores (teoria social crítica). Analisamos todas, porém para fins de exposição optamos por direcionar nossa análise a partir da categoria da pobreza. Justifica essa opção pela prevalência em que aparece nas produções.

A concepção de “questão social” que estamos adotando é aquela radicada na contradição entre capital x trabalho — o que resulta na intensa exploração do trabalhador pelo capital, em outros termos, é uma categoria que tem sua especificidade definida no âmbito do modo capitalista de produção, bem como, na luta de classes. Posicionamo-nos no sentido de compreender a “questão social” como aquela resultante da luta de classes e que exige a formulação de políticas sociais em benefício da classe operária.

O crescente processo de industrialização deu origem ao empobrecimento da classe operária nos grandes centros urbanos, e isso gerou conflitos entre os trabalhadores com a burguesia — pelos diferentes interesses que envolviam o cenário político da época (no final do século XIX). A “questão social” acabou atingindo contornos problemáticos, em especial para a sociedade burguesa, pois foi

necessário atenderem-se as reivindicações dos trabalhadores por meio do Estado, que implementou importantes conquistas por meio de políticas sociais e também como uma forma de controlar os trabalhadores (busca por consensos). Essas políticas estavam inicialmente relacionadas ao trabalho e quem tinha direito nesse período era quem apresentava algum vínculo formal.

Na atualidade entendemos que a “questão social” se apresenta de maneira diferente do século passado, pois ancora-se pelas contradições e conflitos de interesses dos trabalhadores na sociedade capitalista — começando pela degradação, pela perda e o desaparecimento de postos de trabalho, e isso ocorre mais intensamente quando o Estado passa a se retirar do campo social por meio de cortes, incentivos a terceirizações, privatizações etc.

A “questão social” está sendo posta frente a um intenso processo de desigualdade social e, diante a isso, identificamos uma interferência do neoliberalismo nas respostas da ordem burguesa para o seu enfrentamento: o principal incentivo dessa ideologia na área social são as ações voltadas ao terceiro setor (voluntárias e assistenciais), o que retira o papel do Estado no enfrentamento das sequelas da “questão social”. O Serviço Social trabalha justamente nessa tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência dos trabalhadores. O objeto do Serviço Social no Brasil tem historicamente sido delimitado em razão das conjunturas políticas e socioeconômicas do país, sempre se tendo em vista as perspectivas teóricas e ideológicas orientadoras dos processos de trabalho.

Para ilustrarmos nossa análise quanto à “questão social” trazemos a seguinte figura:

FIGURA 8 - Ilustração que representa a “questão social”



Fonte: (MOONLIT, 2011).

Endentemos que a “questão social” não é nada mais que expressões do cotidiano, que engloba todos os problemas na sociedade. A questão social tem como base em analisar as causas que interfere na sociedade como desigualdade social, desigualdade racial, espacial e entre outras.

Nos estudos de PSR no Serviço Social, identificamos uma importante tendência a ser analisada: os pesquisadores divergem da posição sobre “questão social”. Parte desses pesquisadores entende que existe uma “nova questão social” e outros, não. Posicionamo-nos no sentido de não haver uma nova, mas, sim, a mesma, e que expresse novas determinações.

Defendemos a posição de que essa divergência parte de uma aguda crise de paradigmas nas ciências sociais — o que reflete em divergências quanto ao pensamento ideológico e cultural sobre a “questão social” no Serviço Social e que são expressos nas produções acadêmicas. Nosso entendimento segue a leitura de Pastorini (2004) quando afirma que existem novos fatores e formas de manifestação da

“questão social”, porém ela continua com seus traços essenciais, a saber, expressão concreta das contradições e antagonismos presentes nas relações entre classes e o Estado (PASTORINI, 2004, p. 14).

No que se refere ao Serviço Social, este tem na “questão social” a base de sua fundação como especialização do trabalho, para responder às demandas e contradições oriundas da sociedade. Na perspectiva do projeto ético-político da profissão, a “questão social” é apreendida como reveladora das desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais em que vive a classe trabalhadora na sociedade capitalista e de suas lutas por transformações sociais.

O eixo temático “questão social” foi construído nesta tese a partir da coleta de dados acerca dos fundamentos encontrados nas produções sobre PSR nos Programas de Pós-Graduação no Serviço Social de 2004–2014. Foi presente nas pesquisas a utilização da referência de que a “situação de rua” é uma expressão da “questão social” e, com isso, os pesquisadores se dedicaram a contextualizar a temática.

Em nossas investigações, encontramos um estudo que se destinou à análise do tema da “questão social” e PSR: “População de Rua em Juiz de Fora: uma reflexão a partir da “questão social” (PEREIRA, 2007). Os demais trabalhos incluíram o eixo temático como um item da produção ou incorporaram o assunto quando mencionam sobre o que é a PSR.

A partir de uma análise da frequência com que esse eixo apareceu nas produções, identificamos que o seu embasamento está relacionado a algumas categorias temáticas que tiveram maior prevalência: **o pauperismo e a pobreza**.

Inferimos que o uso dessas categorias teóricas para discutir a “questão social” no Serviço Social é uma **tendência contemporânea** de

análise da realidade social e se apresenta nas pesquisas observadas nessa área de conhecimento.

O próprio conceito de PSR expressa essa relação entre PSR e a categoria “pobreza”. Observamos na descrição de PSR do Decreto 7053/2009: “[...] considera-se população em situação de rua o grupo [...] que possui em comum a **pobreza extrema** [...]” (BRASIL, 2009, p. 1). Esse conceito foi utilizado a partir de 2010 por todas as pesquisas que estudamos, por isso a importância de abordá-lo nesta tese (15 produções).

Analizamos, a partir da leitura dos trabalhos que realizamos, que a pobreza é considerada uma categoria fruto da “questão social”, ou seja, não é sinônimo, mas uma consequência ou expressão vinda das contradições e de interesses, portanto, está articulada à história e à totalidade. Assim como a “questão social”, a pobreza se expressa de maneira diferente em cada época e, no início do processo de industrialização, tinha uma configuração diferente de hoje, pois era denominada de pauperismo.

Segue a citação de uma das pesquisas que estudamos, na qual é vinculado o surgimento da “questão social” ao pauperismo:

A caracterização do fenômeno em pauta inicia-se com um diálogo, com Marx, sobre a chamada acumulação primitiva, o **pauperismo generalizado** na Europa ocidental no século XVIII e a formação de uma **superpopulação relativa ou exército industrial de reserva** e as funções que lhe são designadas no modo de produção capitalista. Na sequência, o debate volta-se para a análise e compreensão da “**questão social**” e suas expressões concretas na sociedade contemporânea. Sobre o assunto, o diálogo é desenvolvido com José Paulo Netto e Marilda Iamamoto, em posição de concordância. “No contraponto, ocorre a participação de Robert

Castel e Rosanvallon, nas referências à chamada “nova questão social”, embora suas posições não sejam tomadas como norteadoras. O esforço em sintetizar as características principais da população em situação de rua conduziu ao debate sobre a categoria teórica **pobreza**, o qual se desenvolveu apoiado nas ideias de Marx, Marilda Iamamoto e Ivanete Boschetti [...] (SILVA, 2009, p. 20).

Tais categorias (pobreza e pauperismo) foram abordadas em 18 produções (das 23 que estudamos). Segue a relação: SILVA (2006); PEREIRA (2007); PEREIRA (2008); REIS (2008); MEDEIROS (2010); LIMA (2011); NEVES (2011); SILVA (2012); PAULA (2012); PIZZATO (2012); MARCOLINO (2012); MACHADO (2012); PEZOTI (2012); NUNES (2013); REIS (2014); NOGUEIRA (2014); GUEDES (2014) e FRAGA (2014).

Os autores e as obras mais utilizadas como fundamento por esses pesquisadores de PSR no Serviço Social foram⁷:

1. CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: WANDERLEY, Mariângela Belfiore; BÓGUS, Lúcia; YASBEK, Maria Carmelita (org.). *Desigualdade e a “questão social”*. 3. ed. São Paulo: EDUC, 2008;
2. IAMAMOTO. M. V. e CARVALHO, R. de. *Relações Sociais e Serviço Social: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006;
3. IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na cena contemporânea. In CFESS e ABEPSS (org.). *Serviço Social: direitos*

⁷ Colocamos a denominação completa das obras com intuito de destacar quais as produções que deram fundamentos e que foram mais utilizadas nas pesquisas em que investigamos.

- sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS / ABEPSS, 2010;
4. IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetice*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011;
 5. MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1. Volume I. Tradução: Reginaldo Sant'anna. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A., 1988a;
 6. MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1. Volume II. Tradução: Reginaldo Sant'anna. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A., 1988b;
 7. MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003;
 8. MARX, Karl. Processo de Trabalho e Processo de Valorização. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *A Dialética do Trabalho*: escritos de Marx e Engels. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005;
 9. MARX, Karl. Salário, Preço e Lucro. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *A Dialética do Trabalho*: escritos de Marx e Engels. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005b;
 10. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. Tradução: Maria Lucia Como. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004;
 11. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Tradução: L. Cláudio de Castro. São Paulo: Martins Fontes, 2002;
 12. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Oposição das concepções materialista e idealista*. Lisboa: Avante, 1982;
 13. NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social*: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16. Ed. São Paulo: Cortez, 2011a;
 14. NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2011b;

- 15.NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006;
- 16.ROSANVALLON, Pierre. *A nova “questão social”*: repensando o Estado Providência. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

O pauperismo foi mencionado nas pesquisas não só como início do processo de pobreza como também da desigualdade social na sociedade capitalista e na formação das classes sociais no mundo e no Brasil. Essa categoria apresenta relação com a constituição da miséria já nas cidades pré-industriais da Europa. A teoria marxista do pauperismo é calcada na centralidade de outras importantes categorias de análise, como o trabalho, a alienação/fetichismo e exploração. Ela não perde de vista a dimensão de totalidade dos momentos da esfera econômica — produção, distribuição, troca e consumo —, o que a direciona para ideais de transformação social e, por isso, a sua relação com a área. Percebemos o emprego conjunto do pauperismo com a categoria e pobreza e, por isso, os analisaremos de forma articulada. Entendemos que são categorias que estão apresentadas no próprio conceito de PSR e, portanto, essenciais como fundamento de pesquisa a ser utilizado no Serviço Social.

Destacamos as contribuições históricas de Silva (2009) quanto a esse assunto. Eis a sua concepção:

[...] a história do fenômeno população em situação de rua remonta ao surgimento das sociedades pré-industriais da Europa, no contexto da chamada acumulação primitiva em que os camponeses foram desapropriados e expulsos de suas terras, sem que a indústria nascente, nas cidades, os absorvesse com a mesma celeridade com que se tornaram disponíveis. Em face disso, muitos se transformaram em mendigos, ladrões,

vagabundos, principalmente por força das circunstâncias, fazendo aparecer o **pauperismo** (Marx, 1988b). É nesse contexto que se origina, o fenômeno população em situação de rua. No seio do **pauperismo**, que se generalizou por toda a Europa Ocidental, ao final do século XVIII, compondo as condições necessárias à produção capitalista. Com o desenvolvimento do capitalismo, sua produção e reprodução ocorrem no processo de formação de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva que mantém a oferta e a procura de trabalho em sintonia com as necessidades de expansão do capital, como diz Marx: ‘A superpopulação relativa está sempre presente nos movimentos da oferta e da procura de trabalho. Ela mantém o funcionamento desta lei dentro dos limites condizentes com os propósitos de exploração e de domínio do capital’ (Marx, 1988b:742) (SILVA, 2009, p. 21).

Acordamos com a afirmação acima e complementamos ainda que foram as condições histórico-estruturais que deram origem e reprodução ao fenômeno PSR nas sociedades capitalistas e que foram as mesmas que originaram o capital e asseguraram a sua acumulação, protegidas as especificidades históricas, econômicas e sociais de cada país. Ressalta-se, porém, que no âmbito da superpopulação relativa, a população em situação de rua abriga-se, sobretudo, no **pauperismo** (*lumpemproletariado*) ou na população estagnada (SILVA, 2009).

A autora fundamenta ainda o **pauperismo** na teoria de Marx:

Constitui o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção e sua necessidade se compreendem na produção e na necessidade da superpopulação relativa, e ambos constituem condição de existência da produção

capitalista e do desenvolvimento da riqueza (SILVA, 2009, p. 21).

Fundamenta-se também na opinião de Netto:

[...] o termo foi usado pela primeira vez, por volta de 1830, para referir-se ao **pauperismo** como fenômeno generalizado, início do capitalismo industrial. Mas, ressalta que a qualificação do **pauperismo** pela expressão “**questão social**” relaciona-se com os seus desdobramentos sócio-políticos (NETTO, 2004), ou seja, os pauperizados não aceitaram a situação e protestaram contra ela. Da mesma forma, para Iamamoto (2005), se a “questão social” é expressão das desigualdades resultantes das relações capitalistas desenvolvidas a partir da relação capital/trabalho, expressa também rebeldia, não se sendo um resultado natural da sociedade humana, mas uma reação às desigualdades impostas pela ordem social capitalista. É, pois, inerente ao capitalismo. Esse, a cada fase de desenvolvimento, gera expressões da “questão social” consoantes à conformação assumida. Assim, não existe uma “**nova questão social**” na contemporaneidade, mas novas expressões da “velha” “questão social” (SILVA, 2009, p. 22).

A “nova questão social” é defendida por “Rosavallon”, e nos estudos não encontramos uma posição clara dos pesquisadores quanto à sua concordância com essa perspectiva de análise – apenas citação da existência. Mas entendemos que ao cita-la já é uma forma de tomada de posição, pois não tem referência de tempo histórico em que é utilizada e os motivos.

Na nossa compreensão as únicas produções que fizeram essa discussão foram a de Silva (2009) e de Pereira (2007), ou seja, que se

posicionaram contra essa perspectiva. Vale ressaltar que essas duas pesquisadoras são da Unb de Brasília.

Reis (2014) aborda a “nova questão social” na atualidade como:

- Resulta o desemprego generalizado, a precarização do trabalho, a “desestabilização dos estáveis” (população jovem, sobrando frente às necessidades do mercado, que busca um trabalhador cada vez mais qualificado e que exerça várias funções ao mesmo tempo) (REIS, 2014, p. 30).

- A crise dos anos de 1960 provocou a desestabilização da sociedade salarial e o ressurgimento da denominação de Castel (1998, p. 33) dos “supranumerários” (desempregados por períodos prolongados, jovens que não conseguem o primeiro emprego e idosos expulsos do mercado de trabalho) (REIS, 2014, p. 31).

- Esses se encontram no núcleo da “questão social” contemporânea, caracterizada por ele, como uma “nova questão social” (REIS, 2014, p. 32).

A “questão social” é caracterizada pelo autor como “nova”, pelo fato de que na contemporaneidade ela existe independentemente da exploração dos trabalhadores, visto que estes, em sua grande maioria, encontram-se desempregados e em situação de vulnerabilidade social (REIS, 2014, p. 48).

Para Castel (1998), ao contrário do que ocorreu no início da era industrial, os trabalhadores eram frutos de um pauperismo advindo do processo de exploração do trabalho assalariado pela classe dominante (CASTEL, 1998, p. 30).

Rosanvallón (1998) “relaciona a ‘questão social’ às disfunções da sociedade industrial emergente, mais precisamente, o autor refere-se ao Estado Providência francês”. De acordo com esse autor, a “nova questão

social” estaria relacionada à terceira crise do Estado Providência, de ordem filosófica (juntamente com as crises financeira e ideológica).

Com a expansão do pauperismo após 1830, o Estado francês adotou a modalidade de seguro social, estabelecendo um contrato entre o Estado e os cidadãos, de forma a tornar individual a responsabilização pelos riscos sociais existentes: desemprego, velhice, doenças, acidentes, dentre outros. Ainda, de acordo com Rosanvallon (1998), com a crise da década de 1970 (após os “Trinta Anos Gloriosos” na Europa), o Estado-Providência francês, que até então vinha promovendo uma maior distribuição de renda e segurança social, foi surpreendido por uma “nova questão social”.

Para Castel, o que houve foi uma inadaptação dos antigos métodos de gestão social, como, por exemplo, elevados gastos com a saúde de caráter universal. O que antes era considerado riscos sociais, passou a ser conceituado como vulnerabilidade ou precariedade (ROSANVALLON, 1998, p. 38).

Segundo Rosanvallon (1998):

[...] desde o início dos anos oitenta, o crescimento do desemprego e o aparecimento de novas formas de pobreza parecem, de forma contrária, levar-nos tempos atrás. Mas ao mesmo tempo, vê-se claramente que não se trata de um simples retorno aos problemas do passado. Os fenômenos atuais de exclusão não remetem às antigas categorias da exploração. Assim surge uma nova “questão social” (ROSANVALLON, 1998, p. 7).

Já a pesquisadora Pizzato (2012) concorda com Iamamoto, que defende a não existência de uma “nova questão social”:

[...] trata-se de uma “velha questão social” inscrita na própria natureza das relações sociais capitalistas, mas que, na contemporaneidade, se reproduz sob novas mediações históricas e, ao mesmo tempo, assume inéditas expressões espalhadas em todas as dimensões da vida em sociedade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 161).

Os pesquisadores fundamentam a “questão social” no conceito de Iamamoto (identificamos a prevalência desta posição):

“O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2006, p. 27). E, ainda, apreendida como expressão ampliada da exploração do trabalho e das desigualdades e lutas sociais (IAMAMOTO, 2007, p. 162 *apud* MACHADO, 2012, p. 50).

A concepção de “questão social” mais difundida nos estudos de PSR no Serviço Social que identificamos foi:

A “questão social” não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 77).

Também observamos que os pesquisadores de PSR no Serviço Social tratam a “questão social” como uma questão não isolada na sociedade, ou seja, não criminalizam o indivíduo que vive em situação

de rua o julgando como responsável por sua condição de pobreza. Na fundamentação dos trabalhos, a “questão social” é tratada como uma consequência do capitalismo e essa posição demonstra um amadurecimento intelectual da área, pois entende a PSR a partir da totalidade.

Machado (2012) menciona haver uma tentativa de culpabilizar os sujeitos pela condição de pobreza que é perpetuada até os dias de hoje (desde século XIX) — passando a “questão social” a ser objeto de um violento processo de criminalização. Porém, identificamos que o Serviço Social é contra essa lógica e vem produzindo para reafirmar uma posição contrária a natureza.

A relação desse eixo com o Serviço Social é mencionada numa das produções: a “questão social” está relacionada diretamente ao trabalho do assistente social, fundamentando essa relação em Iamamoto (PIZZATO, 2008):

É na tensão entre reprodução da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência que atuam os assistentes sociais, situados em um terreno movido por interesses sociais distintos e antagônicos, os quais não são possíveis de eliminar, ou deles fugir, porque tecem a vida em sociedade. Os assistentes sociais trabalham com as múltiplas dimensões da “questão social” tal como se expressa na vida dos indivíduos sociais, a partir das políticas sociais e das formas de organização da sociedade civil na luta por direitos (PIZZATO, 2008, p. 160).

Diante dessa apresentação de informações acerca da “questão social” no debate sobre a PSR no Serviço Social, reconhecemos as diferenças entre os fundamentos desse debate, na medida em que eles reconhecem as determinações sociais para existência da população em

situação de rua na sociedade capitalista. No entanto, elas são compreendidas de formas distintas e até mesmo opostas. Isto traz implicações não apenas para sua compreensão, mas também na formulação das políticas e no direcionamento dos processos de trabalho.

O assistente social convive cotidianamente com as mais amplas expressões da questão social, matéria prima de seu trabalho. Confronta-se com as manifestações mais dramáticas dos processos da questão social” no nível dos indivíduos sociais, seja em sua vida individual ou coletiva (BRASIL, 1999, p. 5).

Finalizamos esse eixo trazendo nossa posição sobre a “questão social” e sua utilização nas pesquisas sobre PSR no Serviço Social: como mencionam Iamamoto e Carvalho (2006), a “questão social” não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como **classe** por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida, das contradições entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Frisamos essa análise trazendo uma ilustração a identifica a luta de classe:

FIGURA 9 - A “questão social” e a Luta de Classe

Fonte: (MOONLIT, 2011).

É importante mencionar que concordamos com a posição de Iamamoto (2011) quanto a não existência de um processo de trabalho e, sim, um trabalho na qual existe diferentes processos de trabalho – nos quais se inscreve a atividade do profissional na condição de trabalhador especializado e que possui na “questão social” seu centro de estudo e intervenção.

Tal intervenção passa pelo reconhecimento dos direitos humanos e sociais da PSR numa perspectiva de acesso universal aos serviços e benefícios sociais para a garantia de condições dignas de vida. Isso somente pode se efetivar por meio de políticas sociais de Estado. Reafirmamos nossa posição trazemos a compreensão difundida no Serviço Social sobre a “questão social” e sua relação com as políticas sociais.

FIGURA 10 - Noção de “questão social” utilizada no Serviço Social



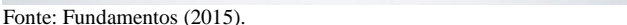
Fonte: (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

Neste sentido acreditamos que a “questão social” está diretamente relacionada às políticas sociais, na medida em que há conflitos de interesses distintos na sociedade. Frente a isso o Estado capitalista encontra formas para controlar as classes – sendo esse controle muitas vezes realizado pela política social ou ações de caridade ou repressão. Por essa razão é que identificamos essa tendência de análise dos fundamentos de PSR. Acompanhando essa lógica segue a análise na próxima subseção de outra tendência que prevaleceu como fundamentos nas produções: a política social.

4.2 Eixo temático: Política Social

Quanto à análise deste eixo, primeiramente, é necessário mencionar que entendermos ser diferente o conceito de políticas sociais e políticas públicas.

Entendemos que as **políticas públicas** são ações públicas assumidas pelos governos, instituições públicas estatais com ou sem participação da sociedade que concretizem direitos humanos coletivos ou direitos sociais garantidos em lei. Não se pode falar em política



Para a elaboração realizamos alguns procedimentos metodológicos que relataremos a seguir sobre a forma em que analisamos esse eixo temático:

1. Em primeiro lugar realizamos a leitura da fundamentação teórica dos trabalhos e íamos grifando as partes em que avaliávamos mais importantes a partir da frequência em que apareciam os temas;
2. Em segundo lugar construímos um quadro de análise na qual incluíamos partes do texto que entendíamos serem os fundamentos utilizados pelos pesquisadores sobre as categorias do eixo – na qual pudéssemos verificar o caminho em que o pesquisador percorreu e as escolhas de determinados conceitos;
3. Em terceiro identificamos os autores que foram utilizados para fundamentar a temática da PSR no eixo políticas sociais e foi possível identificar quais autores são do Serviço Social e suas respectivas obras;
4. Em quarto lugar realizamos a tarefa de aglutinar as categorias que encontramos neste eixo, conforme a nossa percepção, pois essa escolha não é neutra e parte da nossa visão de políticas sociais;
5. Em quinto lugar escrevemos o texto de análise com base no que localizamos nos quadros construídos e elegemos três pesquisadores por grupo de categorias para apresentar o que identificamos nas produções e que avaliamos relevante para compreender a relação entre PSR e políticas sociais.

Inicialmente referimos nesta análise que a política social, assim como, a “questão social” (primeiro eixo analisado) tem uma centralidade predominante nas produções no Serviço Social nos últimos anos. Sobre isso, trazemos a contribuição de Sarmiento (2015):

[...] essa relação que se dá na produção e reprodução da vida social e implica conhecer o trabalho, a “questão social”, o Estado, a política social, as classes sociais e suas implicações e contradições nas relações que se estabelecem com o Serviço Social (SARMENTO, 2015, p. 5).

Segundo Prates et. al. (2016) atualmente há uma inclinação majoritária das áreas de concentração dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social no Brasil que direciona seus temas a Política(s) Social(is)/Políticas Públicas e estão presentes em 14 Programas de Pós-Graduação em Serviço Social.

Verificamos ainda que:

Embora a área de Serviço Social disponha de percentual significativo de programas em Política Social/Política Pública, verifica-se a forte presença deste tema nos PPGSS. Em uma perspectiva histórica, isso se mantém desde a década passada, pois estudo realizado por Silva e Silva et al. (2005, p. 89) aponta que Política Social/Políticas Públicas/Avaliação de Políticas Sociais possui a maior ocorrência nas áreas de concentração e linhas de pesquisa. Tal ênfase, relaciona-se, portanto, com o vínculo histórico do Serviço Social com as políticas sociais, especialmente, em seu protagonismo no debate da Seguridade Social brasileira – em uma conjuntura que coincide com o processo de consolidação e expansão da pós-graduação da área – bem como, por ser este o maior universo sócio-ocupacional dessa profissão (PRATES et al, 2016, p. 12).

O estudo da temática de política social tem centralidade na profissão desde a sua expansão no Brasil (década de 1930), porém identificamos que foi na década de 1990, tanto no âmbito interventivo ou de pesquisa, essencialmente, após 1993, com a Lei de

Regulamentação e do Código de Ética que ocorreu um aumento e uma melhora no nível das produções acadêmicas. Na graduação a sua recomendação ocorre quando em 1996 é aprovada as Diretrizes Curriculares da ABEPSS e que definem a profissão como um importante elaborador e interventor de políticas sociais e capacitado para analisar a realidade social.

Salientamos, conforme Prates et al (2016), que o direcionamento das produções e da pesquisa da Pós-Graduação são diferentes da Graduação, pois a Pós podem apresentar uma diversidade de fundamentos pela necessidade de dialogo com outras áreas. São inegáveis as contribuições que este eixo possui para a área, pois ela se propõe a analisar de forma crítica a Seguridade Social brasileira e mesmo para a politização do exercício profissional (IAMAMOTO, 2005) (PRATES et al, 2016).

É predominante nas produções de Pós-Graduação no Serviço Social: as Política(s) Pública(s)/ Política (s) Social(is) e tem correspondência direta com as áreas de concentração e linhas de pesquisa dos Programas.

Isso vai ao encontro da análise de Iamamoto (2008) sobre a produção de conhecimentos e investigações da pós-graduação, que aponta para uma concentração significativa (41%) nas “Políticas Sociais: Estado e Sociedade Civil”, com proeminência na organização, gestão e operacionalização de programas e projetos ofertados nas políticas sociais em âmbito estadual e municipal. Assim, parece elementar e necessário dizer que a “política social”, além de ser uma das matérias básicas das diretrizes curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996), é “uma das mediações mais importantes para o trabalho profissional.” (COUTO, 2004, p. 43) (PRATES et al, 2016, p. 22).

Desta forma o florescimento e o aprofundamento desse debate (políticas sociais no Serviço Social) ao longo das duas últimas décadas do século 20, e a sua consolidação no início do século 21:

[...] se expressam através da consistente produção de conhecimento e da inserção peculiar dos órgãos representativos da categoria profissional no processo de luta pela institucionalização das políticas públicas compatíveis com os valores contidos no Código de Ética Profissional dos assistentes sociais. O enfoque maior recai sobre a questão da intervenção dos assistentes sociais, no campo da política social, ao implementar o projeto profissional, comprometido com a defesa dos direitos sociais de caráter universal (MIOTO; NOGUEIRA, 2013, p. 1).

Nessa perspectiva, a política social é um campo contraditório, permeado por interesses e projetos societários antagônicos, no qual se reatualizam questões diretamente articuladas à especificidade e à autonomia profissional (MIOTO; NOGUEIRA, 2013). A política social como campo privilegiado da intervenção profissional e da pesquisa no Serviço Social vem sendo muito valorizada nos últimos anos, porém se tem o registro dessa vinculação desde a institucionalização da profissão no país, e nem sempre os objetivos profissionais estavam de acordo com o proposto pelas políticas sociais.

Na atualidade,

O trabalho desenvolvido pelos profissionais nas esferas de formulação, gestão e execução da política social é, indiscutivelmente, peça importante para o processo de institucionalização das políticas públicas, tanto para a afirmação da lógica da garantia dos direitos sociais, como para a consolidação do projeto ético-político da profissão. Portanto, o enfrentamento dos desafios nesta área torna-se uma questão fundamental para

a legitimidade ética, teórica e técnica da profissão (MIOTO; NOGUEIRA, 2013, p. 3).

É importante destacarmos o nosso posicionamento quanto a esse eixo: entendemos a política social como um conjunto de iniciativas públicas ou estatais reguladas para a provisão de serviços e benefícios sociais – visando enfrentar os riscos sociais de indivíduos e famílias. Compreendemos ser ainda meios, conquistas e/ou concessões – que depende da correlação de forças na luta política entre os interesses das classes sociais – para a sua ampliação ou retração. O estudo das políticas sociais precisa ser compreendido como um importante fundamento de pesquisa ao Serviço Social. Apoiados em Mota (2009), reforçamos três aspectos para nós basilares nessa direção:

1. As políticas de proteção social, nas quais se incluem a saúde, a previdência e a assistência social, são consideradas produto histórico das lutas do trabalho, na medida em que respondem pelo atendimento de necessidades inspiradas em princípios e valores socializados pelos trabalhadores e reconhecidos pelo Estado e pelo patronato. Quaisquer que sejam seus objetos específicos de intervenção, saúde, previdência ou assistência social, o escopo da seguridade depende tanto do nível de socialização da política conquistado pela classe trabalhadora como das estratégias do capital na incorporação das necessidades do trabalho (MOTA, 2009).
2. A implementação das políticas de ajuste estrutural recomendadas pelo ideário neoliberal tem impactado na ampliação das desigualdades sociais, com redução dos investimentos na área social por parte dos Estados. Nesse contexto, a política social pública assume a

característica de privatização seletiva dos serviços sociais e subordinação da política econômica à política social (MOTA, 2009).

3. Para a garantia dos direitos sociais, é imprescindível a atuação do Estado à frente da condução de políticas, programas e projetos sociais, de caráter democrático e universal (MOTA, 2009).

Retomando as considerações sobre a importância das políticas sociais nas produções do Serviço Social mencionamos que sua presença, sem dúvida, é prevalente, sendo uma tendência dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social. Nas pesquisas em que analisamos identificamos essa prevalência em 19 produções (de 23). Apresentaremos quais foram a seguir no quadro 12.

Quando analisamos a presença deste eixo nas produções de PSR identificamos três maneiras diferentes de abordagem à temática: A primeira é a presente constância de se utilizarem **somente** leis, decretos e normas institucionais para fundamentar políticas sociais nas produções de PSR. Dos 19 trabalhos cinco utilizaram essa forma de análise. Foi comum identificarmos nestas pesquisas as seguintes legislações: Lei Orgânica da Assistência Social e suas Normas Operacionais; Lei Orgânica da Saúde e suas Normas Operacionais, bem como, a Política Nacional de Inclusão da População em Situação de Rua – prevista no Decreto 7053/2009.

A segunda maneira de emprego das categorias desse eixo ocorre por meio da exposição e análise de **obras e autores das ciências sociais** (incluindo o Serviço Social). Foram duas pesquisas que abordaram os embasamentos de políticas sociais a partir de uma perspectiva histórica e crítica.

A terceira maneira que identificamos de utilização das políticas foi à **combinação** do uso de autores das ciências sociais e as leis, decretos e normas institucionais. Essa forma foi a mais utilizada nas pesquisas que tiveram o foco neste eixo: Das 19, 12 que mesclaram esses embasamentos.

Posicionamo-nos quanto à utilização dessa última forma de análise, pois entendemos ser a mais adequada e completa porque demonstra melhor a capacidade explicativa das categorias deste eixo. Quando nos referimos na utilização de somente leis, decretos e normas institucionais nas produções de PSR estão inferindo que há uma necessidade de ser mais bem contextualizada a história das políticas, o contexto social, o caráter contraditório e, principalmente, a relação entre Estado e Sociedade. Essa maneira ou caminho de abordagem possibilita que o pesquisador enxergue além das aparências.

Apresentaremos um quadro que auxiliou na nossa análise:

QUADRO 11 - Quadro síntese do eixo política social

Nº	EIXO TEMÁTICO	PESQUISADOR (A)	CATEGORIAS TEÓRICAS	AUTOR (ES)
01	POLÍTICA SOCIAL	OURIQUES, 2005	Neoliberalismo Cidadania Assistência Social Saúde Rede de Serviços	Fleury (1994); Soares (2000); Couto (2003); Legislação; Documento que orientam a execução dos serviços;
02	POLÍTICA SOCIAL	SILVA, 2005	Neoliberalismo Cidadania Assistência Social Saúde Rede de Serviços	Boschetti (2002) Pereira (1996) Bravo (2000) Mendes (1994) Legislação; Documento que orientam a execução dos serviços;
03	POLÍTICA SOCIAL	SILVA, 2006	Neoliberalismo Cidadania Luta de classes Política Pública Assistência Social	Faleiros (2000) Coutinho (1997) Boschetti (2004) Pereira (2001) Pesquisas Censitárias;

				Legislação; Documento que orientam a execução dos serviços;
04	POLÍTICA SOCIAL	FARIAS, 2007	Neoliberalismo Cidadania Assistência Social	Laurell (2002) Couto (2004) Vieira (2004) Soares (2000) Silva (2004) Coutinho (1997)
05	POLÍTICA SOCIAL	PEREIRA, 2008	Neoliberalismo Cidadania Estado Rede de serviços	Fleury (1989) Pereira (2001) Pesquisas Censitárias; Legislação; Documento que orientam a execução dos serviços;
06	POLÍTICA SOCIAL	REIS, 2008	Neoliberalismo Assistência Social	Pesquisas Censitárias; Legislação; Documento que orientam a execução dos serviços;
07	POLÍTICA SOCIAL	OLIVEIRA, 2008	Neoliberalismo Assistência Social	Pereira (2000) Pesquisas Censitárias; Legislação; Documento que orientam a execução dos serviços;
08	POLÍTICA SOCIAL	AMARAL, 2010	Assistência Social Rede de serviços	Pesquisas Censitárias; Legislação; Documento que orientam a execução dos serviços;
09	POLÍTICA SOCIAL	MEDEIROS, 2010	Assistência Social Rede de serviços	Pesquisas Censitárias; Legislação; Documento que orientam a execução dos serviços;
10	POLÍTICA SOCIAL	NEVES, 2011	Neoliberalismo Assistência Social	Vieira (2004) Pereira (2009) Behring & Boschetti (2009) Couto <i>et. al.</i> (2010)
11	POLÍTICA SOCIAL	PAULA, 2012	Neoliberalismo Estado Assistência Social	Pereira (2009) Granemann (2008) Behring e Boschetti (2008) Pesquisas Censitárias; Legislação; Documento que orientam a execução dos serviços;
12	POLÍTICA SOCIAL	PIZZATO, 2012	Neoliberalismo Cidadania Rede de Serviços Assistência Social	Couto (2006) Silva (2009) Pesquisas Censitárias; Legislação; Documento que orientam a execução dos serviços;
13	POLÍTICA SOCIAL	MACHADO, 2012	Neoliberalismo Cidadania	Couto (2004) Yasbek (2003)

			Assistência Social	Behring e Boschetti (2008) Pesquisas Censitárias; Legislação; Documento que orientam a execução dos serviços;
14	POLÍTICA SOCIAL	PEZOTI, 2012	Neoliberalismo Cidadania Política Urbana	Legislação; Documento que orientam a execução dos serviços;
15	POLÍTICA SOCIAL	NUNES, 2013	Neoliberalismo Cidadania Assistência Social	Sposati (1988) Yasbek (2007) Couto (2004) Legislação; Documento que orientam a execução dos serviços;
16	POLÍTICA SOCIAL	REIS, 2014	Assistência Social	Legislação; Documento que orientam a execução dos serviços;
17	POLÍTICA SOCIAL	FRAGA, 2014	Neoliberalismo Saúde	Bravo (2001) Mota (2010) Adorno (2011) Aristides e Lima (2009) Bottil et al (2009) Junior et al (1998) Granemann (2011) Prates (2014) Legislação; Documento que orientam a execução dos serviços;
18	POLÍTICA SOCIAL	NOGUEIRA, 2014	Neoliberalismo Assistência Social	Harvey (2010) Antunes (1999) Behring e Boschetti (2007) Netto & Braz (2006) Legislação; Documento que orientam a execução dos serviços;
19	POLÍTICA SOCIAL	GUEDES, 2014	Neoliberalismo Assistência Social	Gohn (2008) Chauí (2011) Couto (2004) Gohn (2008) Behring & Boschetti (2010) Guimarães (2010) Legislação; Documento que orientam a execução dos serviços;

Fonte: Construção própria a partir da análise das teses e dissertações em universidades brasileiras na área de Serviço Social, 2004–2014.

Observamos que prevaleceu nas produções uma preocupação em apresentar **medidas** que “deve ou não” ser adotadas pelos governos municipais para garantir os direitos sociais dessa população. Inferimos que isso pode ter se sucedido em função dos pesquisadores realizarem pesquisas empíricas sobre PSR – o que exige uma postura e um posicionamento comprometido quanto às respostas que a área pode apresentar quanto à complexidade da situação de rua. Desta forma, avaliamos ainda que essas pesquisas tiveram uma maior prevalência em expor a rede de serviços e realizar uma discussão sobre o que é necessário para a saída das ruas destes sujeitos e, isso, por meio de políticas sociais.

Concordamos com a análise da pesquisadora Silva (2009) que mencionou na sua Dissertação que as políticas sociais são diferentes em cada período histórico. Citou também que são medidas do Estado capitalista para controlar os conflitos de classe e garantir a reprodução social do capital (SILVA, 2009).

Identificamos uma tendência de utilização de obras que abordam as políticas sociais no Serviço Social. As principais são: Ivanete Boschetti; Berenice Rojas Couto; Ana Elizabete Mota; Potyara Amazoneida Pereira Pereira e outros. Isso revela a importância do Serviço Social nas ciências sociais como área que contribui com as suas pesquisas e produções, podendo ser referência e base de fundamentação em diversas áreas sobre esse eixo. Revelamos um conjunto de obras que são tomados como apoio nas produções de PSR no Serviço Social:

1. BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social e Projeto Ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania? *Serviço Social & Sociedade*, n. 79, p. 108–132, São Paulo, Cortez, nov. 2004.

2. BOSCHETTI, Ivanete. *Implicações da Reforma da Previdência na Seguridade Social* brasileira. In: *Psicol. soc.*, v. 15, n. 1, p. 57–96, jan./jun. 2003. Disponível em: <www.scielo.br/cgi-bin/wxi.exe/iah>. Acesso em: 20 jul. 2015.
3. BOSCHETTI, Ivanete. *Assistência Social no Brasil: um Direito entre Originalidade e Conservadorismo*. 2. ed. Brasília: GESST/SER/UnB, 2003.
4. BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
5. COUTO, Berenice, Rojas. *O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação Possível?* Porto Alegre: PUCRS, 2003. Tese (doutorado em Serviço Social) Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2003.
6. COUTO, B.R. *O direito social e a assistência social brasileira: uma equação possível?* São Paulo: Cortez, 2004.
7. FALEIROS, Vicente de Paula. *A Política social do Estado Capitalista*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
8. MOTA, Ana Elizabete. *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
9. MOTA, Ana Elizabete (org.). *Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
10. PEREIRA, P. A. P. *A Política Social no Contexto da Seguridade Social e do Welfare State: A Particularidade da Assistência Social. Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 56, mar. 1988.
11. PEREIRA, P. A. P. *A assistência social na perspectiva dos direitos – crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil*. Brasília: Thesaurus, 1996.

12. PEREIRA, P. A. P. A Metamorfose da Questão Social e a Reestruturação das Políticas Sociais. *Revista de Capacitação em Serviço Social e Política Social da Cead*, Brasília, 1999.
13. PEREIRA, P. A. P. A Saúde no Sistema de Seguridade Social Brasileiro. *SER SOCIAL*, Revista do Programas de Pós-Graduação em Política Social. Brasília: UnB, n. 10, jan./jun. 1998.
14. PEREIRA, P. A. P. *Necessidades humanas*: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.
15. PEREIRA, P. A. P. Questão Social, Serviço Social e Direitos de Cidadania. In.: *Temporalis 3*. Ano II – jan./jun. Brasília: ABEPSS, 2001.
16. PEREIRA, P. A. P. *Política social*: temas e questões. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
17. PEREIRA, P. A. P. Política de Assistência Social no Brasil: Avanços e Retrocessos. *Cadernos do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares* – CEAM/UNB, Brasília, a. III, n. 11, out. 2002.
18. PEREIRA, P. A. P. Como Conjuguar Especificidade e Intersetorialidade na Concepção e Implementação da Política de Assistência Social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 77, mar. 2004.
19. YASBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. *Revista Temporalis*, São Paulo, ABEPSS, ano II, n.3, jan./jun. 2001.
20. YASBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: *Serviço Social: direitos e competências profissionais*. – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

21. YASBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

Apresentaremos também os principais materiais utilizados que abordam as políticas sociais por meio de leis, decretos e normas institucionais:

1. BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988.
2. BRASIL. *Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993*. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 8 de dezembro de 1993b.
3. BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social (PNAS)*. Brasília: MDS, 2004.
4. BRASIL. *Decreto Federal 7.053 de 23 de dezembro de 2009*. Brasília: Senado Federal, 2009. Política Nacional para Inclusão Social da População Adulta em Situação de Rua. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Brasília: MDS, 2009.
5. BRASIL. *Perguntas e Respostas: Serviço especializado em Abordagem Social*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013b.
6. BRASIL. *Reunião Técnica para o Fortalecimento da Inclusão da População em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais e Vinculação a Serviços Socioassistenciais*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria

de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013c.

7. BRASIL. *Consultório na Rua*. Portarias n. 122 e 123 de 25 de janeiro 2012. Disponível em: <dab.saude.gov.br/portaldab/ape_consultorio_rua.php>. Acesso em: out. 2015.
8. BRASIL. *Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop SUAS e População em Situação de Rua*. v. 3. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

O eixo política social é o segundo em que analisamos nesta tese. Foi arquitetado, conforme nossa metodologia, a partir da frequência em que apareceriam as categorias que estão relacionadas a essa temática, tais como: seguridade social, proteção social, assistência social, saúde, habitação, serviços sociais e rede Intersetorial. Para fins de exposição sistematizamos essas categorias em dois grupos:

- i. Neoliberalismo e Cidadania que inclui as categorias: seguridade social e proteção social;
- ii. Políticas Setoriais e Rede de serviços que inclui as categorias: assistência social, saúde, habitação, serviços sociais e rede Intersetorial.

Do total de 23 produções 19 identificamos a utilização dessas categorias, ou seja, os pesquisadores as empregaram como principal referência à análise de políticas sociais nas produções de PSR no Serviço Social. Ver o quadro 12 quais pesquisadores utilizaram essas categorias.

O primeiro grupo de categorias nos revela a importância de se utilizarem fundamentos mais amplos de explicação acerca do lugar das políticas sociais na sociedade capitalista e de como as percebemos a partir de uma lógica de totalidade: o neoliberalismo e a cidadania quando garantidas políticas pelo Estado mínimo são passíveis de críticas, mas também podemos entendê-las como meios para uma conquista dos direitos sociais da PSR.

Esse grupo de pesquisador se preocupou em analisar as políticas através do sistema de proteção social no Brasil e foram trazidas as análises a partir da compreensão mais ampla e macroestrutural. Observamos que essas categorias estão relacionadas aos conceitos de Estado e Sociedade Civil, bem como o resultado dessa relação: desmonte dos direitos destinados à área da Seguridade Social e sua relação com a economia — resultado de uma crise do sistema e da implementação do ideário neoliberal.

A pesquisadora Nogueira (2014) se dedicou a sistematizar um tópico no seu estudo de Mestrado para uma análise de bibliografia crítica das políticas públicas no neoliberalismo, e é essa relação entre o eixo e essa categoria que queremos enfatizar em nossa tese. Para isso, a pesquisadora explorou os impactos do ideário neoliberal nas políticas públicas e depois se dedicou a estudar especificamente, a assistência social em tempos de neoliberalismo abordando a focalização das políticas públicas, responsabilização do indivíduo e da sociedade civil.

Sua análise sobre as políticas está situada no contexto de globalização que se caracteriza como um conjunto de medidas compensatórias, apresentando-se como possibilidade de alívio das precárias condições de vida da classe trabalhadora pobre e miserável.

Relacionando essa categoria à realidade da PSR, a pesquisa nos mostra que

Não podemos deixar de pontuar uma forma peculiar de intervenção das políticas sociais no Brasil caracterizada pela ação violenta junto à população de rua, como as práticas de internação compulsória de usuários de crack implementada na Cidade de São Paulo pelos equipamentos da política de saúde em articulação com equipamentos especializados de Assistência Social, como CRATOD (Centro de Referência em Álcool, Tabaco e outras Drogas) (NOGUEIRA, 2014, p. 14).

A partir disso, define o neoliberalismo como um conjunto de modificações operadas no Estado, na política e na ideologia a partir dos anos 1980 em alguns países centrais e, na década seguinte, na América Latina, podendo ser entendida como resposta à crise econômica instaurada no sistema capitalista mundial em meados da década de 1970 (NOGUEIRA, 2014).

Fundamenta sua análise nas afirmações e obras a seguir. Segundo Harvey (2010), Antunes (2006), Behring e Boschetti (2008), o neoliberalismo tem sua raiz no esgotamento do padrão de acumulação fordista/keynesiano, que fornecera a solução temporária, mas vital, para a crise do capitalismo mundial dos anos 1930. Nesse período, as mudanças nos processos de trabalho dentro da indústria foram essenciais para assegurar que o modelo taylorista/fordista mantivesse o aumento da extração de mais-valia, condição inerente para reprodução do capital, a partir do prolongamento da jornada e intensificação do trabalho, combinados com inovações tecnológicas que otimizaram a produtividade (NOGUEIRA, 2014).

Com uma base produtiva sustentada numa linha rígida de padronização e produção em massa de mercadorias, a estratégia de decomposição extrema de tarefas, na qual o trabalhador era reduzido a uma única ação repetitiva, aproximava-o cada vez mais da máquina, tornando-o um apêndice desta, e essa foi a forma encontrada para a reprodução ampliada do capital que perduraria até os anos 1970 (NOGUEIRA, 2014).

Sobre o neoliberalismo e a política de assistência social, a pesquisadora Nogueira (2014) nos diz que

[...] a política de assistência social é aprovada com as marcas do neoliberalismo: provisão de mínimos sociais, e não do que é essencial para existência do indivíduo; organiza-se em torno de um perfil e não a partir das intervenções nas necessidades historicamente determinadas pelas contradições do capitalismo e é permeada por uma visão contratualista que cobra do usuário condições de acesso, uma contrapartida (exemplo: concessão de benefícios condicionada à frequência dos usuários nas atividades em grupos dentro dos equipamentos de assistência social) (NOGUEIRA, 2014, p. 88).

Além disso, relata que a discussão acerca das bases nas quais se consolida a assistência social merece destaque para o uso da terminologia “cidadania”. Ela surge como novo paradigma norteador, com direcionamento dado pela gestão da pobreza a partir do fortalecimento e da integração entre as políticas públicas, alinhando-se às determinações da política econômica, sendo o Estado responsável pela promoção, normatização, financiamento, condução, elaboração, planejamento, incentivo, fiscalização e, fundamentalmente, por garantir

que essas políticas sejam funcionais à estabilidade macroeconômica (NOGUEIRA, 2014).

Por isso, entendemos que o neoliberalismo como categoria explicativa do eixo política social tem relação direta com a categoria “cidadania”, pois trata-se de um conceito designado para responder aos anseios do capitalismo, e não da classe trabalhadora. Cidadão é aquele que, inserido na sociedade capitalista, goza dos direitos que lhe são oferecidos, de acordo com os interesses da classe burguesa, sendo uma forma de garantir a estabilidade econômica. A PSR é a população “que tem menos acesso as políticas sociais no país e nem chega a ser considerada cidadã”, porque nem a garantia de direitos lhe é assegurada e está longe de uma efetiva política pública que atenda suas necessidades. Os pesquisadores que encontramos no Serviço Social partilham dessa concepção e utilizam categorias que possam explicar essa triste realidade.

Por essa razão, entendemos que as categorias “neoliberalismo” e “cidadania” são essenciais e precisam ser utilizadas como fundamento nas produções de PSR no Serviço Social. Apresentaremos o conceito de cidadania difundido em algumas produções em que investigamos. Essa é uma tendência a ser utilizada nos estudos na área, na medida em que se propõe a entender como a sociedade trata a pobreza e, consequentemente, a PSR.

A “cidadania” é debatida no estudo da pesquisadora Paula (2012) como aquela vinculada ao pleno acesso da população às políticas sociais. Na sua pesquisa, aborda:

[...] a participação, 95,5% (da PSR) não participa de qualquer movimento social ou associativismo;

24,8% não possui qualquer documento de identificação; 61,6% não exerce o direito ao voto; e 88,5% não é atingida pela cobertura dos programas governamentais, afirmando não receber qualquer benefício dos órgãos governamentais. Ainda no que diz respeito à cidadania, um dado importante aponta a discriminação sofrida por esta população quando é impedida de acessar os mais diversos espaços (PAULA, 2012, p. 41).

Paula (2012) aponta a discriminação como um impeditivo para o acesso nos serviços e a falta de participação da PSR nas políticas. Os dados são muito significativos quando apontam que grande parte da população prefere ser tratada de forma negativa. Traz o relatório de uma pesquisa em sua localidade que afirma:

Se levarmos em conta a dimensão moral da cidadania, podemos compreender a concepção de desconfiança, preconceito e medo como atos de desconsideração, isto é, de falta de reconhecimento de uma identidade de cidadão (UFRGS/LABORS, 2008, p. 114 apud PAULA, 2012, p. 45).

Paula (2012, p. 53) aponta também um princípio estabelecido do Decreto 7053/2009 em que se define a importância da cidadania para a PSR:

“[...] Promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos”. Isso significa que o Serviço Social tem como preocupação essa prerrogativa e vem tentando, por meio de suas produções, destacar esse conceito em suas análises sobre a temática, e consideramos isso um importante fundamento no eixo política social pelo fato de o projeto profissional também entender a

necessidade da garantia da cidadania plena aos sujeitos nos quais intervém (BRASIL, 2009).

Concordamos com a pesquisadora em que é preciso, no atendimento da população em situação de rua, a superação das visões higienistas e preconceituosas e sejam garantidos os pressupostos já indicados pela política destinada à sua inclusão social, garantindo sempre a sua participação nos processos decisórios, o que requer o reconhecimento da sua condição de cidadania.

Na análise dos fundamentos sobre a categoria “cidadania”, encontramos nas produções de PSR no Serviço Social um aporte teórico e ideológico do conceito de “democracia”, entendida como:

[...] a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto, historicamente determinada (PAULA, 2012, p. 74-75).

A pesquisadora Guedes (2014) nos diz que o marco da democracia é a Constituição Federal de 1988 e que ela representa um divisor de águas na história no país e se configura como nova fase de abertura para a participação dos diversos atores sociais na luta pela ampliação cada vez maior de espaços públicos, de controle social e de elaboração e gestão de políticas públicas. Nesse cenário, a população em situação de rua começa a dar seus primeiros passos na organização da luta por seus direitos. Ela menciona ainda se utilizando do aporte de Telles (1995):

[...] a ordem legal é importante, pois, ela garante de maneira institucional a conquista da cidadania e da democracia, mas, os direitos, antes de tudo, dizem respeito ao modo como a dinâmica da sociedade foi sendo construída em busca deles. A dinâmica da sociedade é o foco desse processo porque determina problematizar a questão dos direitos, e a cidadania vir a ser e se enraizar nas práticas sociais (GUEDES, 2014, p. 44).

Frente a isso, inferimos que a tendência de utilização das categorias cidadania e democracia nas produções no Serviço Social sobre PSR agrega a ampliação do conhecimento sobre a temática, que não deve ser entendida como resultado de um fracasso pessoal do sujeito, e sim produto de múltiplos fatores que os impede de participar ativamente dos processos sociais.

Observamos que as produções nos indicam um avanço no que se refere ao entendimento da área de PSR, sendo, em muitos debates acadêmicos, uma referência na análise e no campo da pesquisa para outras áreas do conhecimento nas ciências sociais. Elas auxiliam a ampliação de olhar para um objeto que é constante vítima de preconceitos e culpabilização.

O segundo grupo de categorias agregamos as produções que focaram a análise das políticas sociais a partir da menção ou descrição dos serviços, programas ou projeto que o Estado programa ou pelo menos deveria para a PSR. Ver o quadro 12 a relação das pesquisas que utilizam esses fundamentos.

Foi comum às produções fazerem uma descrição dessas ações direcionadas a PSR que estão previstas nos documentos que recomendam a implementação de políticas a PSR. Aludiram na sua

análise que a falta de acesso às políticas ou a falta delas (dos serviços) é uma das consequências das pessoas morarem nas ruas.

Entendemos que essa discussão merece uma reflexão no Serviço Social, pois, se as propostas forem implementadas afastadas do contexto de vida dessa população, podem ser uma forma de cooptação do Estado para a manutenção de seus interesses.

Identificamos em alguns estudos de PSR que os pesquisadores se dedicaram a elaborar e sistematizar uma quantidade relevante de páginas, principalmente, na fundamentação teórica sobre a descrição dos serviços socioassistenciais. Analisamos que realizaram isso pode ter ocorrido em função de realizarem pesquisas empíricas – nas quais estavam relacionadas com a avaliação dos serviços.

Exemplo dessa observação foi identificado na produção de Reis (2008) quando, na sua Dissertação, discutiu a questão do sistema de informação na gestão da política de assistência social em SP. Mais da metade de sua produção descreveu o funcionamento do serviço de PSR e do sistema de informação. Inferimos que seria necessário um aprofundamento para além do relato ou a descrição do aparelho Estatal. Nessa produção específica identificamos que precisaria de um aprofundamento e análise – no sentido de avançar as críticas e a produção do conhecimento, evitando uma reprodução de documentos institucionais que apenas descreve o serviço. Percebemos assim que o formato desse trabalho e de outros em que observamos essa mesma sistemática possuem pouca crítica e análise sobre políticas sociais. Trata-se de um formato de relatório descritivo e que pode vir a auxiliar na construção de uma pesquisa.

Apreendemos que as teses mais recentes (a partir de 2010) tiveram um esforço maior em avançar na análise de políticas sociais, mas não conseguimos chegar a uma avaliação para mencionar que exista uma diferença entre as teses e dissertações, pois, ao observarmos a qualidade de algumas teses, deparamo-nos com longas descrições sem análise. Isso não é definido por nível de graduação, mas pelo esforço individual de cada pesquisador e orientados, já que a Pós-Graduação tem uma orientação mais abrangente.

Essa tendência nas produções de PSR no Serviço Social indica uma redução do debate das políticas sociais e suas implicações no Serviço Social. Entendemos que esse debate dos fundamentos de PSR no Serviço Social deve levar em consideração a análise crítica das políticas sociais desde sua formação até a Pós-Graduação.

Citamos também uma importante observação crítica sobre essas produções – a necessidade de ampliar o uso de algumas categorias (além das que identificamos) nos estudos de PSR no Serviço Social. Essas são: Sociedade Civil, Estado, Hegemonia e Contrarreforma (referenciais a partir dos seguintes autores: Antonio Gramsci; György Lukács; István Mészáros e Carlos Nelson Coutinho). Essa é uma importante tendência que indicamos aos estudos de PSR no Serviço Social.

Entendemos que o emprego destas categorias pode ser um caminho para a análise das políticas sociais e que é possível de ser utilizada nas produções de PSR no Serviço Social, porém afirmamos que não o único meio. Apreendemos que a Pós-Graduação no Brasil é mais ampla e possibilita um diálogo do Serviço Social com outras áreas do conhecimento. Diferentemente da Graduação em Serviço Social em

que as diretrizes estão pré-definidas. Entretanto, não significa que as produções da Pós devam ser ecléticas.

Referimos que as políticas são o principal fundamento de análise do trabalho profissional, incluindo o campo da pesquisa e da produção de conhecimento, em especial das políticas de seguridade social (onde possui maior inserção de assistentes sociais). Além disso, não podemos desconsiderar a importante inclusão destes profissionais no mercado de trabalho dentro dos serviços socioassistenciais, o que exige processos de trabalhos qualificados e de acordo com o projeto ético-político profissional. Essa relação, na verdade, é antiga e remete às formas de enfrentamento da “questão social”, aqui compreendida como produto da subsunção do trabalho no capital e nas relações econômicas e políticas entre as classes sociais.

Finalizamos esse eixo concordando com Berhring e Boschetti (2008) quando afirma que as políticas sociais são concessões e conquistas mais ou menos elásticas, a depender das correlações e forças na luta política entre os interesses das classes sociais e segmentos envolvidos na questão. No período de expansão, a margem de negociação se amplia; na recessão esta se restringe. Portanto, os ciclos econômicos, que não se definem por qualquer movimento natural da economia, mas pela interação de um conjunto de decisões ético-políticas e econômicas de homens de carne e isso, balizam as possibilidades e limites da política social.

Encerramos esse eixo reafirmando nossa posição quanto ao entendimento de políticas sociais:

FIGURA 12 - Noção de Políticas Sociais

POLÍTICAS SOCIAIS

As políticas sociais são concessões/conquistas mais ou menos elásticas, a depender da correlação de forças na luta política entre os interesses das classes sociais e seus segmentos envolvidos na questão. No período de expansão, a margem de negociação se amplia; na recessão, ela se restringe. Portanto, os ciclos econômicos, que não se definem por qualquer movimento natural da economia, mas pela interação de um conjunto de decisões ético-políticas e econômicas de homens de carne e osso, balizam as possibilidades e limites da política social.

(BEHRING, 2009)



Fonte: (BEHRING E BOSCHETTI, 2008).



Por fim, inferimos esse entendermos as políticas sociais é o mais indicado para o estudo de PSR. No entanto é necessário compreender o significado dos processos de exclusão e inclusão social, pelo fato dessa noção ter equívocos no seu emprego e o que pode ser facilmente confundida para uma forma de resposta única para a complexidade da PSR.

Zaluar nos diz que tornou-se moeda corrente hoje no Brasil falar de exclusão social para abordar uma série de temas e de problemas nem sempre claramente diferenciados, nem sempre rigorosamente definidos.

O conceito, mais conhecido e utilizado na França, recoloca algumas das questões abordadas no tema da *underclass*, sem os pressupostos teóricos e as consequências deste último, de inspiração e uso estadunidense. Este, desenvolvido mais recentemente nas discussões a respeito das cidades globais ou duais (Sassen, 1991; Castels e Mollenkopf, 1992), tem a classe como referência principal na medida em que reflete sobre o que falta, por comparação com a classe operária, aos pobres que não têm emprego regular, vivem em guetos, fazem parte de famílias desagregadas, estão submetidos à dependência de drogas ilícitas

e têm vizinhança com altas taxas de criminalidade. Por isso, o conceito guarda proximidades teóricas importantes com as teorias desenvolvidas na América Latina a respeito do mercado informal e da marginalidade, vinculando, sobretudo, o econômico ao social (ZALUAR, 1997, p. 01).

A exclusão, por sua vez, vincula o econômico ao político e ao social, mas tem por referências, além da cidadania e da inserção na sociedade nacional, as fronteiras (não explicitadas) entre os grupos e a lógica classificatória, referências estas nem sempre claras nos que usam o conceito de forma abusiva entre nós. Para esclarecermos as dúvidas e equívocos que perseguem aquele que pretende usar o conceito de exclusão com um mínimo de rigor, temos que enfrentar e diferenciar duas ordens de problemas: o problema teórico e o problema prático-político, muitas vezes confundidos na retórica que vulgarizou o uso do termo (ZALUAR, 1997).

4.3 Eixo Temático: Exclusão/inclusão Social

O terceiro eixo temático que apresentaremos nesta subseção foi a mais significativa que identificamos nas produções, visto que identificamos a prevalência em todas as produções que analisamos. A exclusão social é definida nas produções, de forma geral, como um processo e/ou a combinação da falta de meios econômicos, de isolamento social e de acesso limitado aos direitos sociais. Avaliamos ser esse conceito relativo dentro de nossa sociedade, pois representa uma acumulação progressiva de fatores sociais e econômicos ao longo do tempo e que se configura diferente em cada local (OLIVEIRA, 1997).

Os fatores que podem contribuir para o processo de exclusão social são os problemas relacionados ao trabalho ou a falta dele, os padrões de educação e de vida, de assistência social, de saúde, a dependência química, a desigualdade de gênero e a violência. A exclusão social é um conceito multidimensional e exprime-se em diferentes níveis (ambiental, cultural, econômico, político e social), sendo frequentemente cumulativa, ou seja, compreendendo vários deles ou mesmo todos (OLIVEIRA, 1997).

Estas considerações foram o ponto de partida para a nossa análise – na qual identificamos a utilização, assim como, a sua relação com os dois primeiros eixos (“questão social” e políticas sociais). Nossa percepção acerca da “situação de rua” e a sua relação com o processo de exclusão é que se trata de um fenômeno, bem como, uma condição e modo de vida e que é vivenciada por diferentes sujeitos todos os dias nas cidades. Entendemos ser uma consequência dos conflitos entre o capital e o trabalho – na qual resulta uma expressão da “questão social”. Neste sentido, as políticas sociais são concessões e conquistas do Estado devido a essa expressão e que garantem à sobrevivência destes sujeitos que vivenciam um processo de exclusão. Compreendemos esse processo como aquele que não limita-se somente pela dificuldade de acesso destes sujeitos nas políticas – mas também pela combinação deste fator (a falta) ao processo de invisibilidade decorrente da discriminação, do estigma e do preconceito social.

Organizamos esse eixo aglomerando as categorias que estão relacionadas à temática (a partir da afinidade de tema e obras). Para a elaboração realizamos os seguintes procedimentos metodológicos:

- I. Primeiramente realizamos a leitura da fundamentação teórica dos trabalhos – na qual identificamos a prevalência do uso da temática da exclusão e de suas categorias;
- II. Depois construímos um quadro de análise na qual identificamos os fundamentos utilizados pelos pesquisadores sobre as categorias do eixo;
- III. Logo identificamos os autores que foram utilizados para fundamentar a temática da exclusão nas produções de PSR;
- IV. Por último começamos a escrita do texto de análise com base no que localizamos nos quadros;

Destacamos que foi encontrado neste eixo categorias como a desfiliação e desqualificação social. Ressaltamos que o debate acerca destas categorias nas produções de PSR no Serviço Social não é uma expressão de neutralidade ou uma utilização aleatória. Ao contrário os pesquisadores possuem uma tomada de posição e a questão central que avaliamos é que a exclusão aparece em muitas produções sem os desdobramentos necessários a uma análise que priorize a teoria social crítica no Serviço Social.

O uso do eixo exclusão nas produções de PSR é uma tendência forte no Serviço Social, porém não a identificamos somente nesta área, mas nas ciências sociais em geral. Nossa crítica é que as respostas à resolução da exclusão (se existe) aparecem nas produções por meio da inclusão social e que não concordamos com essa maneira de análise, pois a inclusão ou a inserção social efetivamente não ocorre em nossa sociedade, pois se dá forma precária. Inferimos, a partir desta percepção, que esse ponto de vista converge com a posição adotada pela área na

atualidade – na qual possui a proposta de defesa dos direitos e justiça social.

Diferentemente de “questão social” a “exclusão social” não está sustentada numa análise que leve em consideração os conflitos e a contradição nos interesses das classes, pois pressupõe que a inclusão seja feita sem conflitos e de forma problemática. Nossa crítica é na forma que os conceitos são utilizados nas produções, pois identificamos que são empregadas como sinônimo ou associada à exclusão e “questão social” ou ainda a pobreza extrema.

Entendemos que a exclusão, assim como, a “situação de rua” é uma expressão da “questão social” - mas não é a mesma coisa que dizer que uma é igual à outra. Compreendemos que os conceitos não são sinônimos e isso implica percebermos que os problemas que afetam a população em situação de rua possuem sua raiz nas determinações estruturais da sociedade capitalista e que as ações de inclusão não resolveriam todas as situações de moradia e sobrevivência na rua. Identificamos que é uma ilusão – pensar que o sistema possibilita algum tipo de inclusão social, sem luta e pressão.

Essa análise foi apurada por nós de forma profunda, pois, em todas as produções de PSR dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social nos últimos 10 anos identificamos a menção desse eixo. Mencionar não significa desenvolver ou ser a favor deste conceito. Nem sempre esses conceitos estavam na fundamentação teórica de forma clara – o que levou a ser ampliada a nossa investigação para a leitura dos resultados dos estudos, pois não estavam na fundamentação teórica. Nossa maior dificuldade em realizar a análise desse grupo de categorias foi identificar a maneira como os pesquisadores a utilizam nas

produções: se como fundamento teórico metodológico ou se apenas mencionam a exclusão por ser uma tendência nos estudos da temática PSR no Serviço Social.

Percebemos que a maioria não se apropriou profundamente do conceito de exclusão, suas categorias e as formas de inclusão na sociedade capitalista. Observamos isso quando, nos trabalhos, os pesquisadores utilizam as mesmas citações de obras dos autores “Castel e Paugam”. Inferimos que a utilização indiscriminada do termo exclusão sem a crítica torna-se uma mera reprodução de conceitos e que, às vezes, numa mesma pesquisa, apresentam divergências com o que se reflete sobre a teoria social crítica e suas categorias de análise (totalidade, contradição e historicidade).

Os pesquisadores utilizaram autores que expressam crítica sobre o termo e conceito de exclusão e outros se posicionam a favor do uso quando se referem à PSR no Brasil. Segue abaixo a relação dos principais autores que trabalham essa temática:

1. CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: WANDERLEY, Mariângela Belfiore; BÓGUS, Lúcia; YASBEK, Maria Carmelita (org.). Desigualdade e a questão social. 3. ed. São Paulo: EDUC, 2008.
2. CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”. Cadernos CRH, nº 26 e 27, pp. 19–40, 1997a.
3. CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: Desigualdade e a questão social. São Paulo: EDUC, 1997b, pp. 15–48.
4. MARTINS, José de Souza. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.

5. MARTINS, José de Souza. Reflexão crítica sobre o tema da “exclusão social”. In: *A Sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002, pp. 25–47.
6. NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTIN, Marcel (org.). *No meio da rua: Nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
7. NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. *A Exclusão Social no Brasil: algumas hipóteses de trabalho e quatro sugestões práticas*. Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social - CEAS, Bahia, n. 52, 1994.
8. OLIVEIRA, J. L. G. Exclusão social: questões conceituais e doutrinárias. *Revista do Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRJ*, ano 01, n. 2, jun/dez. 1997. PAUGAM, S. Fragilização e ruptura do vínculo social: uma dimensão essencial ao processo de desqualificação Social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 60, 1999.
9. OLIVEIRA, J. L. G. *A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. Tradução de Camila Giorgetti e Tereza Lourenço; prefácio e revisão de Maura Pardini Vêras. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.
10. OLIVEIRA, J. L. G. *O Enfraquecimento e a Ruptura dos Vínculos Sociais — uma dimensão essencial do processo de desqualificação social*. In: SAWAIA, Bader (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
11. SPOSATI, Aldaíza. *Leituras contemporâneas da exclusão e da inclusão social*. In: PASSOS, João Décio; SOARES, Afonso Maria

- Ligório (org.). *A fé na Metrópole: desafios e olhares múltiplos*. São Paulo: Paulinas: EDUC, 2009. p. 301–326. (Coleção Religião e Universidades)
12. OLIVEIRA, Luciano. Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 33, p. 49–61, fevereiro, 1997.
 13. YASBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. *Revista Temporalis*, São Paulo, ABEPSS, ano II, n. 3, jan./jun. 2001.
 14. YASBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 110, p. 288–322, abr./jun. 2012
 15. WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

Ao realizar considerações sobre as obras empregadas, percebemos que não há uma distinção entre o uso delas que possa refletir qual tomada de posição cada pesquisador escolheu para direcionar sua análise acerca da exclusão social. Identificamos que houve pesquisas que apenas as mencionam, e essa é uma forte tendência observada. Percebemos também outras que as utilizaram fundamentando.

Analisamos que aqueles pesquisadores que defenderam o termo e o conceito de exclusão social os utilizam com frequência. O exemplo disso a que estamos nos referindo foram àquelas produções que

mencionaram Paugam e Castel e, ao mesmo tempo, utilizam Martins, sem considerar as posições divergentes e opostas desses autores.

Nessas produções, percebemos que o debate da exclusão/inclusão tende a ser reduzido e limitado, pois os pesquisadores, com frequência, compreendem que a PSR precisa ser contemplada pela inclusão ou reintegrada e acreditam que isso é possível na sociedade capitalista, sem conflito ou contradição. As respostas para isso têm sido reafirmações que ações inclusivas resolveriam “todas as formas de situação de rua”. As ações que os pesquisadores propõem, em muitas vezes, não são mediadas pela escuta da própria população que vive nessas condições e modo de vida — o que entendemos ser uma redução do entendimento de PSR como uma expressão da desigualdade social e reforça o estigma que falta de capacidade desta população.

Reafirmamos nosso posicionamento quanto à necessidade em ter cuidado em se utilizar este termo no Serviço Social e entendemos que o que mais traduz essa realidade é ser essa uma situação resultado da contradição entre capital e trabalho, considerada uma expressão da “questão social” e que sua resolução (se existe) não é realizada por meio de um “passe de mágica”, pois isso pode ter a conotação de higienização social, que não leva em consideração a subjetividade dos sujeitos.

Incluir a PSR nessa sociedade sem escutá-la talvez não seja o caminho mais oportuno para o Serviço Social, conforme preconiza seu projeto profissional. Entendemos que as produções deste tema precisam avançar neste sentido.

Identificamos essa posição nas críticas feitas por Martins (2002), que se propõe a discutir nas suas obras o emprego e as consequências do

uso indiscriminado do conceito de exclusão nas ciências sociais. Destacam-se alguns elementos importantes para essa análise.

- Chama-se atenção para o fato de que a problemática da exclusão há tempos está presente nas discussões sobre a situação social do Brasil e que passou a prestar os mais diversos usos. Essa constatação leva a discorrer sobre a natureza epistemológica do conceito e sua aplicação no cenário nacional e internacional.
- O sociólogo Martins (2002) considera que o conceito exclusão (não conceituável, impróprio, vago e indefinido) veio substituir a ideia sociológica de “processo de exclusão”, atribuindo-se mecanicamente todos os problemas sociais e distorcendo a questão que pretende explicar. Assim, talvez pudéssemos negar a existência da exclusão: o que existem são vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes.
- “Quando concebida como um estado fixo fatal e incorrigível e não como expressão de contradição do desenvolvimento da sociedade capitalista, a exclusão cai sobre o destino dos pobres como uma condenação irremediável” (OLIVEIRA 1997, p. 14-16).
- Essa mesma “exclusão” fala de “situações objetivas de privação, mas não nos fala tudo nem nos fala o essencial” (MARTINS, 2002, p. 43); a partir dela não se luta por transformações sociais, mas sim “em favor de relações sociais existentes, mas inacessíveis a uma parte da sociedade” (MARTINS, 2002, p. 47). E, mais do que isso, discutindo a “exclusão” “deixamos de discutir as formas pobres, insuficientes e, às vezes, até indecentes de inclusão” (OLIVEIRA, 1997, p. 21).
- A sociedade capitalista “tem como lógica própria tudo desenraizar e a todos excluir porque tudo deve ser lançado no mercado”. Ela

desenraiza e exclui para depois incluir segundo as suas próprias regras. É justamente aqui que reside o problema: nessa inclusão precária, marginal e instável (MARTINS, 1997, p. 30-32).

- O período de passagem do momento da “exclusão” para o momento da “inclusão” implica certa degradação e, segundo Martins, a sociedade moderna vem criando uma grande massa de população sobrando que tem poucas chances de ser novamente incluída nos padrões atuais de desenvolvimento, ou seja, o período de passagem entre “exclusão” e “inclusão”, que deveria ser transitório, vem se transformando num modo de vida permanente e criando uma sociedade paralela que é inclusiva do ponto de vista econômico e excludente do ponto de vista social, moral e até político (MARTINS, 1997, pp. 33 e 34).
- Martins não deixa de acenar para o desenvolvimento da “mentalidade exterminadora” ou para os indivíduos que se tornam “socialmente desnecessários”.

É preciso, sobretudo, compreender a nossa incompreensão, a nossa resistência em compreender o outro como agente de reprodução da iniquidade que o vitima e ao vitimá-lo nos vitima também. Porque no fim, na prepotência de querer libertá-lo, o que queremos é nos libertar, num certo sentido, nos libertar dele. Porque não estamos propondo a construção do novo — apenas a extensão a ele do que já é velho, dos mecanismos de reprodução das relações sociais e não de produção de novas relações (MARTINS, 2002, p. 45).

- Falar de exclusão ao “excluído” é humilhá-lo, é um gesto de prepotência interpretativa próprio de quem pertence ao mundo do mando, e não ao mundo do nós e da partilha” (MARTINS, 2002, p. 44

e 45). O que se coloca em questão, assim, não é o sistema que gera processos de exclusão, mas as vítimas desse sistema.

Basicamente, exclusão é uma concepção que nega a História, que nega a práxis e que nega à vítima a possibilidade de construir historicamente seu próprio destino, a partir de sua própria vivência e não a partir da vivência privilegiada de outrem. (...) A ideia de exclusão pressupõe uma sociedade acabada, cujo acabamento não é por inteiro acessível a todos. Os que sofrem essa privação seriam os “excluídos” (MARTINS, 2002, p. 46).

- As demandas desses “excluídos” são igualmente capturadas pelo conservadorismo, cristalizando-se como reivindicações puramente quantitativas que visam à inclusão precária numa sociedade perversa. Em outras palavras, valorizando a sociedade existente, o que se demanda não é a transformação da ordem social, mas, antes e tão somente, a reafirmação dela. Assim, os pobres adentram no mundo do consumo e tornam-se cúmplices do mundo responsável pela sua pobreza. Aderindo à lógica do consumo mascaram a realidade social, “realizam a sua plena e impotente integração social” e “negam no imaginário e na vivência a propalada “exclusão social” de que falam os militantes da classe média incomodada” (MARTINS, 2002, p. 37). E,

Os pobres, do mesmo modo que as elites e a classe média, descobriram que, na sociedade contemporânea o consumo ostensivo é um meio manipulável de realização da pessoa (MARTINS, 2002, p. 37).

- O que importa é consumir, independentemente dos meios ilícitos, degradantes, precários e violentos que são necessários trilhar para chegar a tal fim.
- Desse modo, as estratégias utilizadas para tratar da “exclusão” desenvolvem “*técnicas sociais de ocultamento das marcas sociais de sua degradação*”, escondendo a verdadeira condição social e as contradições do sistema capitalista (MARTINS, 2002, p. 39). São orientações aparentemente generosas que mascaram a face autoritária e intolerante da preocupação com a exclusão social, que sempre sugere que “os próprios ‘excluídos’ não sabem o que fazer consigo mesmos” (MARTINS, 2002, p. 40).

Estamos em face, portanto, de uma carência política, de uma falta de expressão política dos excluídos para se opor aos “includentes” e ao seu autoritarismo. Em outras palavras, os que querem ajudar os “excluídos” dizem, sem dúvida, ao menos uma meia verdade — a necessidade de ampliar e modificar o modo e a forma de inclusão espontânea. E dizem outra meia verdade — a de que o modo espontâneo da inclusão é insatisfatório não para os “excluídos”, mas para o imaginário da classe média, para os valores que ela proclama e para a sociedade que ela deseja (MARTINS, 2002, p. 41).

- Martins (2002) ressalta que devemos nos livrar de estereótipos que nos enganam e que, em vez de expressar uma prática — a exclusão — acabam por induzi-la e, mais ainda, que é necessário modernizarmos a sociedade, revolucionando suas relações arcaicas, ajustando-as de acordo com as necessidades do homem, e não de acordo com as conveniências do capital.

A temática da exclusão social foi desenvolvida conceitualmente com fundamentos das ciências sociais a partir da década de 1990 – quando foi escrita por autores franceses e difundida em todo o mundo no âmbito acadêmico e político.

As produções que avançaram nesta temática foram: SILVA (2009); PEREIRA (2007); PEREIRA (2008); REIS (2008); MEDEIROS (2010); LIMA (2011); NEVES (2011); SILVA (2012); PAULA (2012); PIZZATO (2012); MARCOLINO (2012); MACHADO (2010); PEZOTI (2012); NUNES (2013); REIS (2014); NOGUEIRA (2014); GUEDES (2014) e FRAGA (2014).

Em 18 produções (das 23) o conceito foi escrito, porém para fins de exposição elegemos apenas uma por estar a mais completa quanto a utilização deste eixo. Destacamos que foram encontradas as categorias da desfiliação e desqualificação social – mesma origem teórica da exclusão social e, por isso, as associamos.

Destacamos nesta tese a análise realizada por Medeiros (2010) para o profundo debate dos limites da utilização desse eixo nas produções de PSR no Serviço Social. Essa produção é densa em conceitos, porém menciona a exclusão como sendo sinônimo de várias categorias diferentes, principalmente, a de pobreza e de vulnerabilidade. Percebemos em diversas produções esse conflito, sendo, portanto, uma convergência no Serviço Social.

Medeiros (2010), no seu primeiro capítulo da tese, abordou a temática comparando a realidade francesa (local em que foi elaborado o conceito original de exclusão) e realizou uma comparação com a nossa realidade e menciona que é possível a sua aplicação no Brasil. Os demais textos estudados incluem um trecho ou uma parte da

fundamentação e explicação referente à exclusão social e aos desdobramentos em categorias teóricas, como a desfiliação, desqualificação, degradação e entre outros.

Medeiros (2010) refere que os estudos sobre PSR estão relacionados ao conceito de exclusão social, uma vez que considera a expressão mais adequada para adjetivar o que presenciamos cotidianamente nas ruas, principalmente, nas grandes metrópoles.

Apesar de mencionar que pobreza e a vulnerabilidade são o mesmo evento que a exclusão (não concordamos com essa posição), acordamos com sua maneira de análise quando diz que existe uma dificuldade em conceituar o termo exclusão e justifica-se isso pela recorrência da temática na atualidade e, ao mesmo tempo, a necessidade de explicação do crescente número de pessoas vivendo em condições indignas.

A pesquisadora apoia-se na perspectiva da exclusão como “[...] processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas” (SAWAIA, 2009, p. 9). No entanto, diz que ter essa compreensão de exclusão social ainda não nos possibilita a total compreensão de sua relação e a qualificação quando falamos daqueles que vivem nas ruas. Utiliza também Wanderley (2007, p. 16) destacando que

‘[...] é mais precisamente a partir dos anos 90 que uma nova noção — a de exclusão — vai protagonizar o debate intelectual e político’ para o entendimento dos problemas sociais que, historicamente, atravessam séculos. A autora ainda esclarece que a invenção dessa noção é atribuída a René Lenoir, em 1974, e que, embora possuísse teses que emanassem do pensamento liberal, contribuiu para a análise da concepção da

exclusão como fenômeno de ordem social e não mais individual ‘[...] cuja origem deveria ser buscada nos princípios mesmos do funcionamento das sociedades modernas’.

Ela conclui esse trecho referindo que esse deslocamento da análise individual para a social na explicação da exclusão foi um avanço também na compreensão da situação de rua, que, durante muito tempo, foi explicada como vadiagem ou malandragem, culpabilizando-se o indivíduo por essa condição. No Brasil “[...] a noção de exclusão social aparece na segunda metade dos anos 80 [...]” (WANDERLEY, 2007, p. 20) com a discussão de Hélio Jaguaribe e importantes trabalhos, como o Mapa de Exclusão/Inclusão na cidade de São Paulo, de Aldaíza Sposatti, em 1996 (MEDEIROS, 2010).

Diz ainda que,

Visando complementar o debate aqui empreendido acerca dos conceitos de exclusão, pobreza e vulnerabilidade social, recorreremos a referências francesas, destacando o conceito de “desqualificação” a partir da análise de Paugam e de “desfiliação” de Robert Castel e outros autores. Salientamos que, embora esses conceitos tenham sido cunhados na sociedade francesa, bem diferente da brasileira, eles podem contribuir na compreensão da análise do processo de pobreza e exclusão vivenciado no Brasil (MEDEIROS, 2010, p. 22).

Ainda sobre essa pesquisa, mencionamos que a sua escolha pela bibliografia francesa como suporte teórico está justificada por Medeiros (2010) na concepção de que os autores dessa nacionalidade possuem na compreensão da exclusão social e vulnerabilidade social como responsabilidade do Estado (e não do indivíduo). Medeiros (2010)

aponta que esse esclarecimento está presente na recente publicação de Lúcio Kowarick (2009), que apresenta um estudo sobre a questão da pobreza e da marginalização nas sociedades americana e francesa e sobre a vulnerabilidade no Brasil. Diferente dos americanos, que discutem a culpa ou não do indivíduo, na França “[...] a vulnerabilidade massiva é de responsabilidade do Estado” (KOWARICK, 2000 p. 48).

Traz ainda Paugam como aporte teórico que apresenta três ideias que se associam ao conceito de exclusão a noção de trajetória, ou seja, de que há um processo que deve ser visto longitudinalmente, o que permite apreender o percurso temporal de indivíduos em confronto com o ambiente mais ou menos permeável; em segundo lugar, o conceito de identidade, positiva ou negativa, de crise e de construção dessa identidade e o aspecto da territorialidade, ou seja, a base espacial que abriga processos excludentes, incluindo a segregação (PAUGAM, 2003).

Identificamos que os pesquisadores que se utilizaram da explicação de exclusão também mencionaram Paugam em seus estudos. A principal concepção deste autor expresso nas produções de PSR no Serviço Social é que

[...] nas sociedades modernas, a pobreza não é somente o estado de uma pessoa que carece de bens materiais; ela corresponde, igualmente, a um status social específico, inferior e desvalorizado, que marca profundamente a identidade de todos os que vivem essa experiência. O pobre sempre foi portador de uma condição humilhante [...] (PAUGAM, 2003 p. 45).

Ainda mencionamos que Medeiros (2010), a partir da definição de Paugam, que a situação de rua é entendida como um processo

(trajetória), como uma construção da identidade e que a territorialidade (segregação) é que complementam o conceito de desqualificação. Paugam (2003) contribui também com esse estudo, na medida em que estabelece a relação dos indivíduos em estado de privação e a assistência pública.

De acordo com pesquisas desenvolvidas por esse autor na Europa, o conceito de desqualificação social permite compreender como indivíduos em estado de privação estão relacionados aos serviços de assistência pública. Medeiros (2010) nos diz que, numa abordagem tipológica, Paugam distingue diferentes tipos de sujeitos que se encontram nessa situação: a. os assistidos (que denotam dependência dos serviços); b. os fragilizados (que guardam ainda distância dos Serviços) e os c. marginalizados (que rompem com os vínculos sociais).

Medeiros (2010) nos diz que os:

[...] assistidos, fragilizados e marginalizados são classificações estabelecidas pelo autor (PAUGAM, 2003), sobre relação existente entre os indivíduos em estado de privação e uma analogia realizada de acordo com a utilização dos serviços públicos (MEDEIROS, 2010, p. 24).

A pesquisadora se posiciona conforme definição acima proferindo que arrisca classificar as pessoas em situação de rua já como sendo marginalizadas nesse processo de desqualificação social, uma vez que já romperam vínculos sociais, impossibilitando até que recorram à assistência pública.

Seguindo nossa análise, observamos outro aporte teórico utilizado nas produções de PSR no Serviço Social (além de Paugam, 2003) e que também foi utilizada pela pesquisadora:

Ainda segundo a bibliografia francesa, outro importante autor é Robert Castel que aponta para a necessidade do uso controlado do termo exclusão, uma vez que,

[...] vem se impondo pouco a pouco como um *mot-valise* para definir todas as modalidades de miséria do mundo: o desempregado de longa duração, o jovem da periferia, o sem domicílio fixo etc. são excluídos (MEDEIROS, 2010, p. 30).

Segundo Medeiros (2010), esse uso controlado do termo é explicado por Castel (2008) em razão de várias características. A primeira é a heterogeneidade de seus usos, em número imenso de situações diferentes, no entanto, encobrendo a especificidade de cada uma. Chamar essas situações diferentes, nomeando-as como exclusão, não garante compreendê-las. “Falar em termos de exclusão é rotular com uma qualificação puramente negativa que designa a falta, sem dizer no que ela consiste nem de onde provém” (CASTEL, 2008, p. 25).

A segunda razão é a ideia de a palavra “exclusão” ser associada a situações limites, que só têm sentido se resultantes de diferentes processos e trajetórias, como se uma situação vulnerável viesse antes da exclusão em si. “Na maior parte dos casos ‘a exclusão’ nomeia, atualmente, situações que traduzem uma degradação relacionada a um posicionamento anterior.” Por causa disso, Castel (2008) esclarece que “na maior parte dos casos, ‘o excluído’ é de fato um ‘desfiliado’”, cuja trajetória é feita de uma série de rupturas.

Quando Castel (2008) explica a terceira razão, chama-nos atenção para a armadilha da palavra “exclusão”, tanto para a reflexão como para a ação. Para a reflexão, uma vez que o uso da palavra leva à economia da necessidade do entendimento ou mesmo da interrogação

dos processos que levaram à condição de exclusão; para a ação, do desenvolvimento de um duplo discurso. A primeira, que reabilita a empresa, os méritos da competitividade e da eficácia a qualquer preço; e a segunda, sobre o destino dos excluídos

[...] como se o discurso sobre a exclusão tivesse representado um adendo associado a uma política que aceitava a hegemonia das leis econômicas e os ditames do capital financeiro (CASTEL, 2008, p. 30).

Como mencionado anteriormente, foram 18 produções de PSR no Serviço Social nas quais identificamos a tendência de utilização dos aportes da escola francesa (de Castel e Paugam). Inferimos que são referências ou fundamentos importantes que nos fizeram perceber uma tomada de posição do Serviço Social, porém, sem a devida clareza quanto à sua utilização. Ao mesmo tempo, identificamos a presença de autores no Brasil que criticam esse uso do termo exclusão (por todos os seus limites que já apontamos) e se utilizam de fundamentos da escola francesa, que consideramos serem diferentes.

Finalizamos a análise dessa categoria mencionando que o termo exclusão social reveste-se, no Brasil, de uma roupagem diferente, pois, ao contrário da Europa, onde ele aparece como algo novo, surpreendente, vem somar-se às velhas contradições não resolvidas na nossa condição de Terceiro Mundo. Aldaíza Sposati acrescenta que a “impossibilidade de universalização do emprego é a primeira grande e universal manifestação de exclusão social sob o capitalismo” (SPOSATI, 1999, p. 126).

Concordamos com Sposati (1999) em relação a seu posicionamento quanto à impossibilidade de aplicação do termo

exclusão no capitalismo, principalmente, porque essa perceptiva não considera a luta de classe. Avançamos em nossa análise referindo que existem outros conceitos ou fundamentos que podem ser recorridos pelo Serviço Social que não exclusivamente pela via da exclusão e que podem auxiliar suas análises sobre PSR.

Nossa posição é que a invés dos pesquisadores utilizarem a exclusão social para explicar a situação de rua poderiam utilizar o conceito ou fundamento de vulnerabilidade Social, pois é mais concreto e mensurável e menos amplo para definir uma situação. Essa é a nossa percepção que a justificaremos a seguir.

A vulnerabilidade social é o conceito que caracteriza a **condição dos grupos de indivíduos que estão à margem da sociedade**, ou seja, pessoas ou famílias que enfrentam dificuldades **por fatores socioeconômicos bem como pela falta de participação social**.

Algumas das principais características que marcam o estado de vulnerabilidade social são as condições precárias de moradia e saneamento, os meios de subsistência inexistentes e a ausência de políticas sociais, por exemplo. Todos esses fatores compõem o estágio de risco social, ou seja, quando o indivíduo deixa de ter condições de usufruir os mesmos direitos e deveres dos outros cidadãos, devido às desigualdades de condições.

As pessoas que são consideradas “vulneráveis sociais” são aquelas que estão perdendo a sua representatividade na sociedade, e geralmente dependem de políticas ou auxílios de terceiros para garantirem a sua sobrevivência. Vulnerabilidade social **não é sinônimo de pobreza**, mas sim uma condição que remete a fragilidade da situação

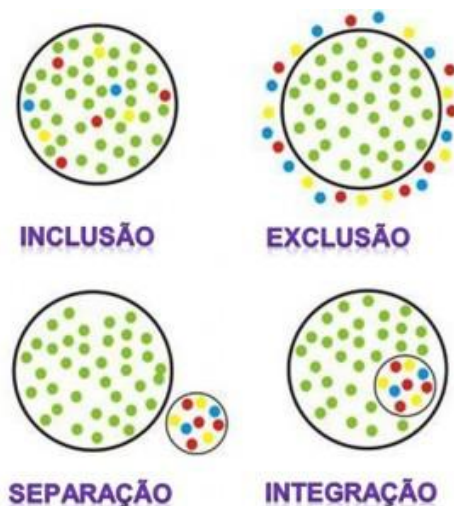
socioeconômica de determinado grupo ou indivíduo (SIGNIFICADOS, 2016).

A vulnerabilidade social é medida através da linha de pobreza, que é definida através dos hábitos de consumo das pessoas, o valor equivalente a meio salário mínimo. Os grupos em vulnerabilidade social encontram-se em acentuado declínio do bem-estar básico e de direito dos seres humanos. Uma das hipóteses mais eficazes para garantir, a médio e longo prazo, a diminuição da vulnerabilidade social é o aumento do acesso ou alcance as políticas sociais. O Índice de Vulnerabilidade Social é um indicador que permite aos governos um detalhamento sobre as condições de vida de todas as camadas socioeconômicas do país, identificando àquelas que se encontram em vulnerabilidade e risco social (SIGNIFICADOS, 2016).

Outro caminho que identificamos possível de utilização como um fundamento de PSR no Serviço Social e o “eixo urbano” – analisado a luz da teoria social crítica e que explicaremos a seguir.

4.4 Eixo Temático: Urbano

O quarto eixo analisado compõem um conjunto de categorias que foram identificadas nas produções de Serviço Social sobre PSR. Essas incluem a discussão conceitual da segregação espacial, questão urbana, espaço urbano, território, gentrificação, urbanização e reurbanização. Também apresenta uma importante conexão ao conceito de exclusão social (eixo analisado anteriormente nesta seção). Trazemos uma figura difundida nas ciências sociais sobre essa relação:

FIGURA 13 - Ilustração da relação entre o urbano e suas categorias

Fonte: (LUFT, 2016).

A separação, a integração e a exclusão/ inclusão e social são termos e categorias frequentemente percebidas nos estudos atuais de PSR que tiveram o foco no eixo urbano. O Serviço Social é uma área do conhecimento – na qual identificamos que vem se apropriando nos últimos anos destas categorias – entendemos ser justificativa para esse uso por serem temáticas fazem parte de um debate que entra no rol dos direitos e o Serviço Social é campo privilegiado de ação e pesquisa destas temáticas.

O ponto de partida para essa análise é entendermos que a cidade é um capital social, apropriado desigualmente e de forma ampla e majoritariamente privada por alguns grupos. Esse processo gera a separação e a segregação de territórios e grupos sociais.

Entendemos que a segregação espacial apresenta uma importante conexão ao conceito de exclusão social e que foi mencionada nas

produções deste eixo. Estas categorias são produtos de fenômenos universais, tão antigos como a própria cidade. O aumento da diversidade geográfica e social dos fluxos migratórios para as grandes cidades europeias e mundiais e os processos de reestruturação econômica e urbana, nos anos oitenta e noventa do século XX – contribuíram para reforçar a fragmentação e segregação sócio étnica das áreas urbanas. A segregação é um processo que reflete a relação entre as desigualdades espaciais e sociais que é influenciada por processos globais, nacionais e locais, assim como, fatores estruturais e individuais.

FIGURA 14 - Ilustração do processo de separação e segregação dos territórios e grupos sociais



Fonte: (LARA, 2016).

Fazendo uma referência a imagem acima trazemos a contribuição da teoria social crítica sobre o urbano e os processos de exclusão. No seu texto clássico: “O direito à cidade”, Lefebvre (1999) propõe um programa político de reforma urbana que não se define pelas possibilidades da sociedade atual, ao reivindicar a imaginação para criar, inventar e propor a nova vida na cidade. Nesse sentido, afirma o autor, a reforma, sob esses parâmetros, não se limita a um reformismo. Trata-se

de uma direção política para construir enfrentamentos à questão urbana, às formas pelas quais as cidades e a realidade urbana reproduzem, na subordinação ao mercado pelo desenvolvimento do processo produtivo, a estrutura desigual das classes sociais, a exploração e a acumulação da riqueza e da propriedade.

A complexidade do debate sobre o direito à cidade, na perspectiva de um projeto social e político emancipatório, demanda reflexões teóricas e analíticas,

para esclarecer os princípios do movimento histórico e, pelo menos implicitamente, os pontos nos quais a ação política poderia intervir com mais eficácia (CFESS, 2011, p. 01).

Como profissão (Serviço Social), nos posicionamos a partir da defesa do direito à cidade, o que inclui a luta pelo acesso universal aos serviços, na distribuição democrática dos bens produzidos, no incentivo ao diálogo intercultural. O direito à cidade é eminentemente, a luta pela defesa da construção de um modo de viver com ética, pautado na igualdade e liberdade substantivas e na equidade social (CFESS, 2011).

O eixo urbano é uma recente tendência de análise da PSR nas produções de Serviço Social, assim como os outros eixos que apresentamos possuem componentes importantes e também limites no seu emprego. Nosso objetivo é apresentar essa tendência e abordar de forma crítica uma reflexão que proporcione novos estudos nessa área.

O uso do urbano nas produções do Serviço Social expressa uma nova tendência de análise, que identificamos com mais veemência nos últimos anos. Utiliza-se de aportes que envolvem as categorias da questão urbana, segregação espacial, espaço urbano, território,

urbanização e reurbanização e a sua relação com a realidade da população em situação de rua.

Tais categorias foram encontradas nas seguintes produções: SILVA (2006); PEREIRA (2007); AMARAL (2010); MEDEIROS (2010); NEVES (2011); PIZZATO (2012); MARCOLINO (2012); MACHADO (2012); PEZOTI (2013); GUEDES (2014) e FRAGA (2014).

Isso representa 11 das 23 produções analisadas, quase metade das produções que fundamentaram PSR por esse eixo. Chegamos a esse resultado a partir da leitura dos trabalhos — nos quais foi possível verificar a frequência com que apareceram as categorias encontradas e que agrupamos nesse eixo por proximidade de discussão e debate.

Os autores e as obras mais usadas como fundamento pelos pesquisadores para discutir as categorias deste bloco foram:

1. TELLES, Vera Silva. Pobreza e Cidadania: duas categorias antinômicas. In: *Mínimos de Cidadania* - Ações afirmativas de enfrentamento à exclusão social. Núcleo de Seguridade e Assistência Social nº 4. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. PUC SP, 1995.
2. DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
3. HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
4. HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia *et al.* Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

5. KOWARICK, Lúcio. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34, 2009.
6. LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
7. SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.
8. VITTE, Claudete de Castro Silva. Cidadania, qualidade de vida e produção do espaço urbano: desafios para a gestão urbana e para o enfrentamento da questão social. In: BAENINGER, Rosana (org.). *População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais*. Campinas: UNFPA, 2010.

Para as considerações desse eixo, elegemos a produção de Pizzato (2012), pois exemplifica de forma clara nossos pontos de análise. Na produção dessa pesquisadora, esse eixo está expresso da seguinte maneira:

O fenômeno de pessoas em situação de rua é tipicamente uma **cena do tecido urbano** da sociedade contemporânea. Segundo Rosa (2005, p. 27), trata-se de “um fenômeno complexo, imbricado em múltiplos processos sociais”. O contexto das cidades expressa em seu cotidiano as relações sociais que historicamente produzem e reproduzem as desigualdades sociais e a concentração de renda. Há um número significativo de pessoas vivendo do mercado informal de trabalho na busca diária pela sobrevivência (PIZZATTO, 2012, p. 13).

Questiona-se: qual é o lugar que a população em situação de rua tem na dinâmica cotidiana das cidades? (PIZZATO, 2012). A resposta, conforme essa pesquisadora, está relacionada ao processo de industrialização e modernização instaurado a partir do pós-guerra, com

reorientação do padrão de acumulação capitalista e voltado para a estruturação produtiva de base urbano-industrial — o que leva a um grande crescimento populacional nos centros urbanos. O movimento em direção às cidades se faz pela busca do atendimento às necessidades básicas da população a partir da oferta de trabalho que se expande na sociedade industrial (PIZZATO, 2012).

O alto fluxo migratório imprime nas grandes cidades a aglomeração populacional na maioria desprovida de serviços públicos essenciais à manutenção da vida. Segundo Lefebvre (1999, p. 89), “a grande cidade consagra a desigualdade”. A desigualdade social intrinsecamente presente no sistema capitalista pode ser também evidenciada pelo modo desigual como se dá a apropriação do solo urbano. Conforme Vitte (2010, p. 81), “a segregação socioespacial é um processo inerente à produção do espaço sob o capitalismo”. Segundo Pizzato (2012), a população em situação de rua abrange gradativamente um maior contingente, que passa a fazer parte do cenário das cidades, mas não como cidadãos, e sim como não sujeitos, discriminados, alvo de preconceitos e estigmas.

Analisa ainda que,

Privados do direito a uma vida digna, enquanto cidadãos são também tratados como caso de polícia. O direito de ir e vir, de usar o espaço público e transitar por ele é muitas vezes violado. O lugar que ocupam nas **cidades** é o de não cidadão, sujeitos que devem ser “vigiados” pelo Estado, pois oferecem “perigo” à sociedade e, portanto, não podem permanecer por muito tempo, ou nem mesmo parar nas calçadas, em bancos de praças e parques. Com frequência, são retirados dos locais que ocupam através de remoções realizadas pelo poder público ou

expulsos por vigilâncias privadas (PIZZATO, 2012, p. 47).

Pizzato se apoia na análise de Silva (2009), que menciona em sua obra que a história revela que as causas estruturais desse fenômeno da população em situação de rua vinculam-se à estrutura da sociedade capitalista; sua produção e reprodução têm bases nos processos imanentes à acumulação do capital. Sem rendimentos e muitas vezes fragilizados fisicamente, ocupam os centros das cidades, onde observamos a circulação das riquezas e do dinheiro. Ocupam os diferentes territórios a partir do que estes dispõem e possibilitam a manutenção do seu cotidiano.

Entendemos, porém, que essa análise tem seu limite, pois, na atualidade, está acontecendo um movimento diferente e que não é exclusivo de grandes centros urbanos. Observamos que seu aumento em decorrência do uso de drogas (especialmente o crack) está fazendo com que as pessoas de municípios pequenos utilizem as ruas como moradia e estratégia de sobrevivência.

As 11 produções enfatizaram que esse fenômeno está vinculado aos grandes centros urbanos, sendo uma tendência de análise de PSR no Serviço Social. Inferimos que essa constatação deve ser ampliada para a identificação de novos e diferentes perfis que o mundo da rua comporta, principalmente quando as grandes cidades jogam seus dilemas (usuários de drogas) para longe desse contexto por meio de políticas higienistas. Essa população encontra como estratégia de sobrevivência a permanência ou seu deslocamento para pequenas localidades. Portanto, afirmamos hoje ser a PSR um fenômeno não exclusivo dos grandes centros urbanos.

A tendência de limitar essa análise é para que não seja dada visibilidade ao fenômeno e suas alterações atuais, porque parece ser exclusivo de um território não podermos pensar alternativas de superação dessas condições com os atores envolvidos na situação de rua nos municípios de pequeno porte. Ter uma ou duas pessoas em situação de rua no território não significa que não devamos dar a devida importância e voz a esses sujeitos.

A Pesquisadora Pezoti (2012) utiliza uma categoria muito interessante para compreendermos a relação da PSR no cenário urbano: gentrificação, que explica quais são os reflexos da política urbana nos processos de recuperação das áreas degradadas (são conhecidos como revitalização, renovação ou reabilitação urbana). Ainda nos diz que o processo de gentrificação, consolidando-o como um fenômeno social das cidades contemporâneas, ocorre quando um conjunto de processos de transformação do espaço urbano que, concretizado, possui um caráter excludente e privatizador, por meio da expulsão da população de baixa renda de determinados bairros centrais e sua respectiva substituição por moradores de maior poder aquisitivo, renovando moradias e alterando a forma e o conteúdo social desses espaços urbanos.

Analisa que, diante das experiências acumuladas pelos sujeitos políticos coletivos nesse processo, esses projetos de revitalização são caracterizados como um projeto de gentrificação em benefício da especulação imobiliária que será realizada por grupos ligados ao mercado imobiliário. Nesse cenário, encontramos a presença da PSR e os desafios do Serviço Social em garantir os direitos dessa população.

Entendemos que o emprego desse eixo e suas categorias nas produções do Serviço Social, além de ser uma tendência de fundamento,

é uma indicação importante para a melhora da produção de conhecimento da temática PSR, o que enriquece as análises que possam vir a contribuir com os atuais processos de trabalho. Consideramos esse aporte teórico fundamental, porque acompanha a realidade das ruas do país e deixa explícito que a situação de rua faz parte das expressões de desigualdades sociais dos espaços públicos, não sendo uma questão natural, e deve ser evitada a sua banalização. No entanto, qualquer mudança deve envolver o morar e o viver dela, mesmo que seja num cenário de conflitos e contradições entre diferentes atores sociais.

Além disso, inferimos que 11 dos 23 produções utilizaram esse eixo como uma importante tendência de estudo de PSR no Serviço Social. As pesquisas indicaram que são nas cidades que são produzidas as desigualdades – fruto de conflitos da dinâmica das transformações socioespacial. As produções de maneira geral mencionaram que a cidade é fragmentada – na qual separa os territórios entre os ricos e os pobres e, isso, os pesquisadores consideram um fato gerador de conflitos, principalmente, quando uma deste público ultrapassa o limite de outro território. Isso é identificado, por exemplo, quando os comerciantes reclamam constantemente da presença da PSR ao redor de suas empresas. Nestes espaços há diversos conflitos e uma presença importante de ações de repressão pela segurança pública a pedido da burguesia para a sua retirada forçada da PSR destes espaços. Ao mesmo tempo é nestes territórios que essa população tira seu meio de sobrevivência (catar materiais recicláveis, cuidar de carros, etc.).

Uma importante referencia a teoria social crítica de Marx foi utilizada pelos pesquisadores quando se trata desta temática: David

Harvey que lança mão do conceito de direito à cidade, originalmente definido por Lefebvre, para examinar o papel desempenado pelo espaço urbano como canal de absorção de capital excedente ao longo da história e, ao fazê-lo, incorpora àquele conceito novos conteúdos de natureza política. A questão de que tipos de cidade querem não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos desejamos. O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos (HARVEY, 2013).

Segundo o autor um passo na direção de unificar essas lutas é adotar o direito à cidade tanto como lema operacional quanto ideal político, justamente porque ele enfoca a questão de quem comanda a conexão necessária entre a urbanização e a utilização do produto excedente. A democratização deste direito e a construção de um amplo movimento social para fortalecer seu desígnio é imperativo, se os despossuídos pretendem tomar para si o controle que, há muito, lhes tem sido negado, assim como se pretendem instituir novos modos de urbanização. Lefebvre estava certo ao insistir que a revolução tem de ser urbana, no sentido mais amplo deste termo, ou nada mais (HARVEY, 2013).

Concluímos que a defesa de cidades justas e com igualdade substantiva reafirma os valores, princípios e diretrizes na perspectiva de uma sociedade sem exploração de classe, dominação/opressão de gênero, raça, etnia, religião, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. Isso inclui o direito de a PSR usufruir de uma cidade mais justa, e o Serviço Social, como profissão, tem o dever de lutar pela defesa da construção de um modo de viver com ética, pautado na igualdade e liberdade substantivas e na equidade social.

4.5 Eixo Temático: Participação Social

O quinto eixo analisado (a partir das produções de PSR no Serviço Social) foi organizado por nós a partir da descoberta de um conjunto de categorias e conceitos que estão sendo utilizados como fundamento nas teses e dissertações. Essas categorias incluem os conceitos de processos sociais, movimentos sociais e sociedade civil. Frisamos a importância desta utilização na Pós-Graduação, sendo uma tendência de análise que considera a luta de classe e uma respeitável perspectiva da teoria social crítica – na qual temos afinidade.

Do ponto de vista histórico o Serviço Social passa a ter afinidade com essa tendência um pouco antes de 1989, nas eleições presidenciais que identificamos uma disputa entre dois projetos societários: Democracia de Massas X Democracia Restrita (NETTO, 1990), construídos na dinâmica da relação Estado – Sociedade.

O projeto Democracia de Massas prevê a ampla participação social, conjugando as instituições parlamentares e os sistemas partidários com uma rede de organizações de base: sindicatos,

comissões de empresas, organizações de profissionais e de bairros, movimentos sociais urbanos e rurais. Esse projeto propõe articular a democracia representativa com a democracia direta e atribui ao Estado democrático de direito a responsabilidade e o dever de construir respostas às expressões da “questão social”.

O projeto Democracia Restrita restringe os direitos sociais e políticos com a concepção de Estado mínimo, ou seja, máximo para o capital e mínimo para o trabalho. O enxugamento do Estado é a grande meta, como também a substituição das lutas coletivas por lutas corporativas.

Na década de 1990, com as derrotas sofridas pelo projeto Democracia de Massas, consolida-se uma direção política das classes dominantes no processo de enfrentamento da crise brasileira, cujas principais estratégias do grande capital passam a ser: acirrada crítica às conquistas sociais da Constituição Federal de 1988, com destaque para a concepção de Seguridade Social, e a construção de uma cultura persuasiva para difundir e tornar seu projeto consensual e compartilhado (MOTA, 2009).

Da década de 2000 em diante (até os dias atuais) há um profundo retrocesso quanto às políticas sociais e o Serviço Social se firmou e acompanhou como profissão ao longo de sua história recente – como interlocutora política no campo da política social, particularmente quanto à perspectiva dos direitos universais e da participação e controle social. Identificamos nos pesquisadores a preocupação em abordar essa ideia em suas produções como uma tendência a partir de 2012. No âmbito do Serviço Social, as ações de mobilização e organização social incluem-se no corpo teórico-prático da profissão como elementos

constitutivos e traduzem formas de assimilação/recriação dessas ações na prática profissional. No campo da pesquisa, avaliamos que também ocorre essa preocupação de se analisarem os processos de participação social na realidade brasileira, qualificando o debate da profissão sobre o assunto, o que favorece a interlocução com outras áreas e, principalmente, com os grupos organizados da sociedade civil.

As ações do Serviço Social, de acordo com as prerrogativas contidas do código de ética e lei de regulamentação, incluem o desenvolvimento de processos de participação social a partir da elaboração e implementação de práticas educativas exercitadas em diferentes espaços sociocupacionais. Entretanto, o exercício dessas práticas cabe tanto ao assistente social quanto a outras categorias profissionais.

No entanto, é curioso que não haja nesse ponto uma indicação significativa nos trabalhos com maior volume de pesquisa e densidade teórica na articulação clara e intencional entre a população em situação de rua e as discussões acerca de seu envolvimento com a participação social.

Percebemos a presença (destas categorias) em quatro produções (das 23), todas a partir de 2012, sendo, portanto, uma recente tendência de abordagem.

Segue a relação destas: PEZOTI (2012); NUNES (2013); REIS (2014) e GUEDES (2014).

Os autores e as obras mais aproveitados como fundamento nas teses e dissertações para discutir as categorias deste bloco foram:

1. COUTINHO, Carlos. Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade.

Revista Praia Vermelha, nº 1. Rio de Janeiro. UFRJ, 1997.

2. DURIGUETO, M. L. e BALDI L. A. de P. Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo. *Rev. Katálysis*, v. 15, n. 2, Florianópolis, jul-dez, 2012.
3. GOHN, Maria da Glória. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
4. GOHN, Maria da Glória. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
5. GOHN, Maria da Glória. *Sem-Terra, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997.

Apresentaremos a seguir algumas das pesquisas que analisamos.

A pesquisa de doutorado de Pezoti (2012) menciona que, diante dos desafios colocados pela realidade, definiu como objeto para sua tese o estudo do Projeto Nova Luz, no bairro da Luz da cidade de São Paulo, desvelando os sentidos latentes e expressos do Projeto, na perspectiva do direito à cidade e da proposição de políticas públicas com participação popular.

Fundamenta o conceito de participação em Coutinho (1997), quando nos diz que a participação política se relaciona com a socialização do poder, o que significa que a plena realização da democracia implica a superação da ordem social capitalista, da apropriação privada não só dos meios de produção, mas também do poder de Estado, com a consequente construção de uma nova ordem social, de uma ordem social socialista. De uma ordem onde não haja apenas a socialização dos meios de produção mas também a socialização do poder.

Pezoti (2012, p. 188) alude ainda a fala do mesmo autor sobre o processo de participação coletiva:

O fortalecimento da sociedade civil abre assim a possibilidade concreta de intensificar a luta pelo aprofundamento da democracia política no sentido de uma democracia organizada de massas, que desloque cada vez mais “para baixo” o eixo das grandes decisões hoje tomadas exclusivamente “pelo alto” (COUTINHO, 1997, p. 36).

Também verificamos essa análise na pesquisa de Nunes (2013) na qual menciona que as políticas sociais, a partir da Constituição Federal de 1988, em especial as que compõem a seguridade social, destacam a relevância da participação dos sujeitos usuários nos processos de gestão. No entanto, esse é um desafio a ser ainda consolidado, na medida em que a história do Brasil foi marcada por longos períodos de escravismo, colonialismo e ditadura que dificultaram a constituição de um espaço público onde o protagonismo dos sujeitos pudesse ser exercitado.

Nesse sentido, problematizar a participação e o protagonismo dos sujeitos mediante estudos e pesquisas pode contribuir para dar visibilidade ao que precisa ser superado e fortalecer processos sociais emancipatórios.

Assim como Pezoti (2012), Nunes (2013) também trouxe a relação de seu objeto de pesquisa com o tema da participação social, dessa forma questionada nessa parte de seu estudo:

Como a política de assistência social em âmbito municipal tem ofertado alternativas para o enfrentamento dos processos de realização e garantido a participação e o protagonismo dos sujeitos em situação de rua [...]? (NUNES, 2013, p. 18).

Nunes (2013) argumenta no seu estudo que, para a conquista de direitos, é preciso a sua materialização pela instituição de políticas, que são de fundamental importância os movimentos coletivos de resistência e tensionamento, por meio da participação e do protagonismo dos sujeitos como respostas dos atores sociais à “questão social”. No caso dos sujeitos em situação de rua, são exemplos de resistência as comissões de rua, o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (BRASIL, 2010) e o Jornal Boca de Rua⁸.

Completa dizendo que é preciso apostar na capacidade de resistência crítica e propositiva de movimentos participativos, embora de composição heterogênea, em face dos mecanismos reprodutores da barbárie social, que incluem a mercantilização das políticas sociais. Também fundamenta seu estudo na posição de Coutinho (1997) acerca da efetiva cidadania. Refere que a democracia, segundo o autor é sinônimo de soberania popular. Podemos,

defini-la como a presença efetiva das condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na formação do governo e, em consequência, no controle da vida social (COUTINHO, 1997, p. 145; NUNES, 2013, p. 40).

O conceito que melhor expressa a democracia e a concepção de cidadania é: a capacidade conquistada por alguns indivíduos (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as possibilidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto

⁸ [www.http://bocaderua.com.br](http://bocaderua.com.br)

historicamente determinado (COUTINHO, 1997, p. 146; NUNES, 2013, p. 41-42).

A relação deste conceito com o Serviço Social é expressa na seguinte figura:

FIGURA 15 - Serviço Social e Cidadania

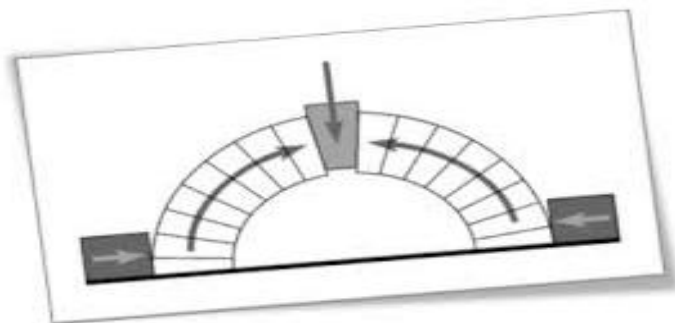


Fonte: Elaborado por nós (2016).

Para concluir esta análise, inferimos que houve um avanço acerca da compreensão do espaço e inserção política desses sujeitos — PSR. A concepção do Serviço Social sobre a PSR não se restringe a uma questão apenas individual, para, além disto, afirma que é preciso fortalecer esse sujeito individualmente, porém há que construir uma conquista que se forje na luta e na construção de um coletivo, que implica participação, mobilização e socialização. É o reconhecimento de um sujeito coletivo que tem voz, posição, necessidades e direitos na sociedade da qual faz parte, compreende que o faz e quer ser reconhecido em sua condição. Acreditamos que o Serviço Social esteja aprendendo isto.

5 CONCLUSÕES

FIGURA 16 - Fundamentos e a Pedra Angular



Fonte: A PEDRA ANGULAR (2016).

Iniciamos nossas conclusões retomando o nosso ponto de partida que foi definido como o objeto de estudo: **quais os fundamentos utilizados pelo Serviço Social sobre a População em Situação de Rua nas produções acadêmicas?**

A figura acima representa esse problema de pesquisa que teve como objetivo a análise de quais foram as pedras angulares (ou seja, os fundamentos) de PSR no Serviço Social. A nossa tese (a construção) estão representadas na figura acima a partir setas. Vejamos.

Para responder a esse problema de pesquisa, durante a elaboração desta tese, tivemos várias dúvidas e que nos guiaram para a análise dos dados.

A primeira dúvida que tivemos ao ler os trabalhos é qual o motivo que os pesquisadores de PSR no Serviço Social mencionam que a “situação de rua” é um fenômeno social presente na sociedade capitalista. A segunda foi quanto ao surgimento ou origem e o atual

aumento de PSR ocorre somente nas grandes cidades e porque está ocorrendo um aumento em regiões rurais ou de pequenos portos.

A terceira questão é se a PSR é uma expressão da “questão social” e se a melhor forma de explicar o fenômeno é pela categoria da exclusão social e, junto a isso, tínhamos dúvida se o fundamento mais adequado de PSR seria a desfiliação, desqualificação social, isolamento ou a dinâmica do desabrigo. Categorias presentes na bibliografia francesa. Questionávamos a amplitude do termo exclusão e os seus limites teóricos e refletíamos se a melhor denominação não seria vulnerabilidade social (ou populações vulneráveis – como a população Negra, LGBT, Indígena, População em situação de Rua e outras).

A quarta questão é se a categoria da pobreza explicaria melhor o fenômeno – pois estão presentes na realidade brasileira, diferente das categorias citadas anteriormente que são analisadas por autores franceses.

A quinta questão que norteou nossa tese foi aos motivos do emprego do eixo “urbano” nas produções de PSR (na qual encontramos na fundamentação teórica a sua tendência de utilização). Tínhamos a dúvida se eixo se fundamentava a partir dos aportes da teoria marxista que analisa as desigualdades das cidades. A sexta dúvida que tínhamos é se o eixo da participação seria uma preocupação restrita do Serviço Social.

Para encontrarmos as respostas enfrentamos diversos desafios inerentes ao processo de uma investigação qualitativa no Serviço Social, que relataremos a seguir.

1. A dificuldade de se encontrarem os estudos de PSR no Serviço Social, o que retardou muito a fase na coleta de dados e nos angustiou pelo prazo que tínhamos para a defesa. Foram diversos meses de espera do envio dos trabalhos na forma completa, o que nos levou repetidamente a entrar em contato com os pesquisadores da área;
2. Nos materiais que encontrávamos para a coleta, realizamos a impressão de todos para facilitar a leitura e demarcamos os pontos mais importantes, porém tivemos um alto custo e um tempo maior de dedicação nessa etapa. Nesse momento tínhamos o objetivo de apontar os aspectos mais relevantes da fundamentação teórica dos trabalhos e isso também careceu de paciência, estudo e espera reflexiva. Essa leitura foi realizada com a despreocupação de que fôssemos encontrar respostas acabadas e definitivas para uma tese, pois consideramos que as nossas reflexões e análises tiveram um tempo maior para ser elaborada. Tínhamos a constante preocupação em não distorcer as análises que encontrávamos nesse percurso. As dúvidas nessa fase foram diversas, e a nossa solidão era apenas dividida com o orientador em longas reflexões por meio de um aplicativo de mensagens via internet. É importante que se faça esse registro, pois essa situação limita a capacidade de análise.
3. Aos poucos íamos entendendo e demarcando o caminho de elaboração dos pesquisadores quanto aos fundamentos utilizados nas suas produções acadêmicas. Às vezes não estavam claras e bem definidas as posições tomadas pelos pesquisadores quanto a cada conceito empregado. Isso foi verificado quando percebemos

que no item da fundamentação teórica das produções não havia a mesma posição que no desenvolvimento e análise das pesquisas, que eram separados em seções diferentes. Nossa leitura teve que avançar na análise de dados das pesquisas e dos seus resultados, o que consideramos ser fundamental nessa percepção, pois prevíamos inicialmente que o foco de nossa análise seria apenas sobre a parte da fundamentação teórica, o que não ocorreu, pois nem sempre as opções teóricas estavam explicitadas e fundamentadas;

4. Enfrentamos também o sentimento de “desânimo” durante o processo de coleta e análise de dados, pela demora de sua conclusão. Tínhamos muita dificuldade em escolher e definir o que era importante colocar na tese e reconstruir os caminhos com nosso olhar, em um esforço de análise e síntese;

Durante esse processo, percebemos que o nosso amadurecimento como pesquisadora fez com que tivéssemos uma importante reflexão quanto à pesquisa bibliográfica no Serviço Social, às vezes tida pelos acadêmicos como uma maneira mais fácil de realizar pesquisa (se comparada à pesquisa empírica).

A partir disso é importante considerar que esse tipo de pesquisa não é uma elaboração teórica simples que o pesquisador escreve sem ordem e processo metodológico — ao contrário, conceitos e teorias não brotam ou surgem espontaneamente com o olhar físico. Trata-se de uma investigação que precisa ter uma lógica e um esforço de quem a utiliza para formular e apresentar os aportes teóricos dos estudos pesquisados e avançar no que diz respeito à produção de conhecimento do objeto investigado.

O principal resultado desta tese foi a percepção de que estes estudos indicam caminhos e tendências que são determinados pelo rumo de nossa história e que, se analisados em outro momento, poderão sofrer modificações e complementações (e assim esperamos que aconteça).

Afirmamos neste momento que essas tendências são importantes considerações que construímos em nosso movimento de objetivação quanto aos aportes mais utilizados e responde de certa maneira ao que tínhamos como pistas e indicativos acerca dessa questão: o quanto é preciso ter conhecimento acerca da complexa questão da PSR no Serviço Social.

Acreditamos ser justamente essa a contribuição da tese, pois ela traz uma sistematização crítica sobre os fundamentos que dão sustentação ao campo de conhecimento para a análise e os processos de trabalho junto a PSR no Serviço Social, reconhecendo seus avanços nessa construção.

Diante disso, referimos que as “tendências” (contemporâneas) por nós identificadas e analisadas trata-se dos fundamentos do Serviço Social, que consideramos as “pedras angulares” que sustentam o debate de PSR no Serviço Social. Não almejamos em hipótese alguma com este estudo afirmar que todos devam se utilizar dos mesmos fundamentos — ao contrário, identificamos na pesquisa um caminho plural dessa construção, que procuramos reconhecer e explicitar.

Fizemos a analogia da pedra angular e fundamentos quando estávamos elaborando a tese e encontramos algumas pedras fundamentais que se desdobram em possíveis tendências que

formam uma construção de conhecimentos acerca da visão que o Serviço Social construiu sobre a PSR.

Os fundamentos que encontramos possuem uma relação com o nosso entendimento de PSR que segue:

- ✓ A PSR foi tratada nas produções como uma expressão da questão social e foi relacionada à pobreza dos países e, por essa razão, é que identificamos que os pesquisadores utilizaram essas categorias nas produções. Inferimos que esse emprego é adequado – sendo uma importante tendência de emprego;
- ✓ A PSR foi considerada nos trabalhos como um fenômeno que acompanha as desigualdades dos centros urbanos. Encontramos essa informação nas produções do Serviço Social. Porém inferimos que atualmente não é exclusiva desta área a presença da PSR, pois ocorreu um crescimento nas áreas rurais e municípios de pequeno porte. Atribuímos esse aumento por vários fatores, principalmente, pelo uso do crack;
- ✓ A PSR é fundamentada como aquela que utiliza a rua para sobreviver, morar e se relacionar; A PSR é fundamentada a partir de sua relação com as políticas sociais que são concessões e/ou conquistas vistas por eles como uma estratégia de sobrevivência. As maiores conquistas dependem da força desta população na luta política, ou seja, da sua capacidade de sua participação social. As produções mencionam as políticas e a participação social como importantes fundamentos a serem analisados quando de trata desta temática – na qual afirmamos ser uma tendência importante de ser mantida a aprofundada nas produções acadêmicas;

- ✓ A PSR é entendida pelos pesquisadores como heterogênea. Identificamos o aumento de: a. egresso do sistema penitenciário; b. mulheres; c. jovens com alto grau de comprometimento devido ao uso de crack; d. uso de substâncias de inalação (cola de sapateiro, tiner etc.);
- ✓ Estes fatores fazem aumentar o número de pessoas que vivem nas ruas. Essa população de acordo com os fundamentos encontrados - está vivenciando um processo exclusão social. Porém, inferimos que as respostas dadas a esse processo não dão conta de explicar o fenômeno por ser amplo o conceito;
- ✓ Além disso, consideramos que as ações de inserção ou inclusão social são insuficientes por serem precárias e ineficientes. Portanto, inferimos que esse fundamento não dá conta das respostas necessárias a essa expressão da “questão social”. O caminho que identificamos é a utilização conceitual de vulnerabilidade ao invés de processos de exclusão. Vulnerabilidade social é o conceito que caracteriza a condição dos grupos de indivíduos que estão à margem da sociedade, ou seja, pessoas ou famílias que vivenciam precárias condições socioeconômicas e dificuldade de poderem participar dos processos sociais presentes na sociedade. Nesse grupo encontramos: população indígena, quilombola, negra, LGBT, mulher e etc.;
- ✓ Essas considerações serão abordadas na próxima seção – na qual identificamos as categorias teóricas dos eixos temáticos e que serão apresentadas de forma mais aprofundada. É importante mencionar que analisamos os conceitos levando em consideração o determinado período em que foram elaboradas e, portanto, são passíveis de entendimentos diferenciados se fossem analisados em outro

momento de nossa história. Nosso foco foi a análise atual (de 2004-2014);

- ✓ A principal referencia de análise que utilizamos foi à teoria social crítica: que percebe a realidade a partir da historicidade e da dialética dos fenômenos sociais. O ponto de partida foi perceber que os conceitos empregados pelos pesquisadores são concepções provisórias e passíveis de alterações – conforme o movimento da realidade social;

As pesquisas na quais foram investigadas, na sua maioria, são de natureza qualitativa e estudadas de forma empírica. Além disso, foram analisadas a partir de um determinado contexto e momento histórico – o que no nosso entendimento pode sofrer alterações conforme a visão de homem e de mundo de cada pesquisador e assistente social;

Entendemos e nos posicionamos em que as tendências partem de diferentes abordagens sobre a PSR no Serviço Social e que são reflexos dos caminhos adotados durante e depois do processo de formação e dos processos de trabalho de cada pesquisador. Destacamos as principais.

- 1) O Serviço Social é a área do conhecimento que mais produz sobre PSR nas ciências sociais (em quantidade de produções). Isso nos foi revelado pela identificação da quantidade de produções nos últimos anos, entretanto não significa que elas tenham a mesma qualidade, precisando ainda de um importante avanço no que se refere à coerência dos conceitos com a teoria social crítica e a posição e escolha dos conceitos de sua fundamentação;

- 2) Percebemos um aumento dos estudos no Serviço Social nos últimos 10 anos e uma significativa melhora na construção de conhecimento acerca da população em situação de rua, da política voltada a essa população e de respostas profissionais às suas necessidades e demandas. Porém estas ainda precisam avançar quanto à utilização dos fundamentos na perspectiva do ponto de vista crítico;
- 3) Inferimos que é necessário o desenvolvimento de centros de referência para o estudo desta área — vinculados, principalmente, às universidades. Para o desenvolvimento desses centros, sugerimos o envolvimento de técnicos que atuam na rede como também da própria PSR. Refletimos isso a partir da nossa experiência no grupo de pesquisa da UFSC (GEPSS), no qual tivemos a possibilidade de desenvolver estudos dessa natureza e que enriqueceu muito o debate aproximando diversas posições;
- 4) É importante refletirmos sobre a tendência de utilização de perspectivas para compreensão da PSR no Serviço Social e suas implicações. Esses fundamentos revelam a predominância e a presença de categorias que indicam incoerências com a teoria social crítica, principalmente quanto à questão da luta de classes;
- 5) Esse aspecto deve ser considerado, pois revela que as categorias presentes nos trabalhos indicam como principal tendência uma concepção que não partilha aquilo que é essencial ao pensamento marxista;
- 6) Ao mesmo tempo, encontramos uma tendência de análise dos pesquisadores no Serviço Social em se posicionar quanto à não existência de uma nova “questão social”, expressando com

veemência que a PSR é uma expressão da mesma questão social na atualidade — é possível que haja um conflito ideológico acerca dessa questão nos estudos e fundamentos em curso;

- 7) Os objetos e os objetivos das produções revelam uma preocupação dos pesquisadores quanto à questão social, políticas sociais, serviços e a participação social;
- 8) A partir desse ponto de vista, foi possível que organizássemos os eixos temáticos, os quais foram desdobradas em categorias teóricas e que se revelam como fundamento das produções e de suas tendências.
- 9) Os eixos identificados foram: questão social, políticas sociais; exclusão social; urbano e a participação social. Eles se traduziram em tendências da produção teórica do Serviço Social sobre a PSR, com contribuições significativas indicadas na última sessão.

Essa análise nos indicou a importante contribuição dessa área na produção do conhecimento e a necessidade de aprofundamento sobre a PSR para o Serviço Social. Essa percepção parte do entendimento de que os trabalhos precisam de um aprofundamento quanto às diferenças e divergências entre as concepções. Citá-las não significa que o pesquisador tenha uma posição coerente.

Ponderamos que atingimos nosso objetivo (de análise dos fundamentos das produções sobre PSR). Porém, também temos a consciência do nosso limite, que foi de não conseguirmos analisar todas as categorias dos eixos em razão do tempo e desânimo que o processo de elaboração da tese nos impôs. Para finalizar, mencionamos que foi possível construir um conjunto de análises críticas que resultaram na

sistematização deste texto que trata das principais tendências de fundamentos necessários ao profissional a partir da leitura dos processos sociais, de compreensão do significado social da pesquisa e de uma explicação da dinâmica da vida social na sociedade capitalista, possibilitando, de acordo com Santos (2013), a análise do real.

Os principais aspectos que indicamos são que os pesquisadores continuem a estudar sobre a PSR e seus diferentes perfis, estratégias de sobrevivência como também seu modo de vida. Os avanços identificados foram muitos, principalmente a abordagem da profissão nos processos sociais da PSR nos últimos anos.

Os riscos da fragilidade desse debate sugerem uma intervenção baseada no senso comum e que acaba reafirmando a lógica preconceituosa de entender essa população como um problema social, reduzindo a análise e as possibilidades de aproximação com esses sujeitos, destituindo-os dessa condição. Portanto, reconhecemos aqui alguns limites e avanços nesse debate, o que nos permite afirmar a tese de que a profissão tem protagonizado a discussão acerca dos fundamentos sobre a PSR.

Para terminar esta tese, trazemos nosso querido poeta:

*Hoje me acordei pensando em uma pedra numa
rua de Calcutá.
Numa determinada pedra numa rua de Calcutá.
Solta. Sozinha.
Quem repara nela? Só eu, que nunca fui lá. Só eu,
deste lado do
mundo, te mando agora esse pensamento... Minha
pedra de Calcutá!
Mario Quintana*

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Magdalena. **Discurso e a prática na atuação profissional com pessoas em situação de rua**. Disponível em: http://mmaconsultoria.com/?page_id=2707. Acesso em: 01 de set. 2016.

ALVES, Maria Magdalena. **Os vínculos afetivos e familiares dos homens de rua**. 1993. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.

AMARAL, Denise Perroud. **A rede de atendimento à população em situação de rua**: possibilidades de interferência na definição e concretização de uma política pública na cidade de São Paulo. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. **A desertificação neoliberal no Brasil**: Collor, FHC e Lula. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

A PEDRA ANGULAR. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=pedra+angular&espv=2&biw=1366&bih=667&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0CAYQAUoAWoVChMIjrf80d3yyAIVSQyQCh1mBQDO#imgsrc=c4Hacx-ZEoal7M%3A>. Acesso em: 01 nov. 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e serviço social**: fundamentos ontológicos. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BENJAMIN, Roberto. **A Pedra Angular**. Haiku Deck by Giant Thinkwell Inc. 2015. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=pedra+angular&espv=2&biw=1>

366&bih=667&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0CAYQ_AUoAWoVChMIjrf80d3yyAIVSQQCh1mBQDO#tbn=isch&q=pedra+angular+%C3%A9+o+que+segura+toda+a+constru%C3%A7%C3%A3o&imgrc=leFSGxf78uwj7M%3A>. Acesso em: 01 nov. 2015.

BORIN, Marisa do Espírito Santo. **Desigualdades e rupturas sociais na metrópole**: os moradores de rua em São Paulo. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - PUCSP, São Paulo, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social e projeto ético-político do serviço social: que direitos para qual cidadania?. **Serviço Social & Sociedade**, n. 79, p. 108-132, São Paulo, Cortez, nov. 2004.

BOSCHETTI, Ivanete. Implicações da reforma da previdência na seguridade social brasileira. **Psicol. Soc.**, v. 15, n. 1, p. 57-96, jan./jun.2003. Disponível em: <www.scielo.br/cgi-bin/wxi.exe/iah>. Acesso em: 20 jul. 2015.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social no Brasil**: um direito entre originalidade e conservadorismo. 2. ed. Brasília: GESST/SER/UnB, 2003.

BRASIL. **Cartilha de Formação do Movimento Nacional da População de Rua**. Movimento Nacional de População de Rua (MNPR). MDS/UNESCO/Instituto Pólis, out. 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Consultório na rua**. Portarias n. 122 e 123 de 25 de Janeiro 2012. Disponível em: <dab.saude.gov.br/portaldab/ape_consultorio_rua.php>. Acesso em: out. 2015.

BRASIL. **Decreto Federal 7.053 de 23 de dezembro de 2009**. Brasília: Senado Federal. Política nacional para inclusão social da população adulta em situação de rua. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Brasília: MDS, 2009.

BRASIL, **Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa**: experiências do Distrito Federal, Paris e Londres. Secretaria

de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SDH, 2013a.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Curso: Serviço Social. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Superior. Coordenação das Comissões de Especialistas de Ensino Superior. Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social: Brasília: MEC, 1999.

BRASIL. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993a. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: out. 2015.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, 8 de dez. de 1993b.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Brasília: MDS, 2004.

BRASIL. Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop SUAS e População em Situação de Rua. v. 3. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

BRASIL. Perguntas e Respostas: Serviço especializado em Abordagem Social. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013b.

BRASIL. Relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua. I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua: relatório. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006.

BRASIL. Reunião Técnica para o Fortalecimento da Inclusão da População em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais e Vinculação a Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF:

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013c.

BRASIL. **Sumário Executivo**. Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2008.

BRAVO, M. I. S. As Políticas Brasileiras de Seguridade Social. **Cadernos Curso de Capacitação Continuada** – UNB/Centro de Educação Aberta, Continuada à Distância, Brasília, módulo III, 2000.

BRAVO, M. I. S. & PEREIRA, P. A. **Política social e democracia**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

BULLA, Leonia Capaverde *et al.* **As múltiplas formas de exclusão social**. Porto Alegre: DIPUCRS, 2004.

BULLA, Leonia Capaverde. Introdução. In: BARRILI, H.C.; ARAUJO, J.M.; BULLA, L.C. (Org.). **A pesquisa em serviço social e nas áreas humanas-sociais**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

BURSTZYN, Marcel (Org.) **No meio da rua**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Garamond Ltda., 2000.

CAMPANHA CRIANÇA NÃO É DE RUA. **Campanha nacional de enfrentamento à situação de moradia nas ruas de crianças e adolescentes**. s/a. Disponível em: <<http://www.criancanaoederua.org.br>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

CAPITALISMO. In: **Significados**. s/a. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/capitalismo>>. Acesso em: 14 maio 2014.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”. **Cadernos CRH**, nº 26 e 27, p. 19-40, 1997.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: WANDERLEY, Mariângela Belfiore; BÓGUS, Lúcia; YASBEK, Maria Carmelita (Org.). **Desigualdade e a questão social**. 3. ed. São Paulo: EDUC, 2008.

CFESS. Manifesta. **Seminário Nacional de Serviço Social e a Questão Urbana no Capitalismo Contemporâneo**. Brasília, 28 de outubro de 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CHIAVERINI, Tomás. **Cama de cimento**: uma reportagem sobre o povo das ruas. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Rio de Janeiro. Vozes: 2006.

COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. **Revista Praia Vermelha**, nº 1, Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.

COUTO, B. R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004.

COUTO, B. R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível? Porto Alegre: PUCRS, 2003. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2003.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.

DOURADO, A. A. (Org.). **O exercício profissional do Assistente Social no Brasil**. 2012. Disponível em: <<http://www.uniesp.edu.br/revista/revista14/pdf/artigos/09.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2014.

DURIGUETO, M. L.; BALDI L. A. de P. Serviço social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo. **Rev. Katálysis**, v. 15, n. 2, Florianópolis, jul./dez. 2012.

ÉMILE DURKHEIM. In: **Wikipédia**, a enciclopédia livre. s/a. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%89mile_Durkheim>. Acesso em: 2 nov. 2015.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999. 276p.

ESCOREL, Sarah. Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: BURSZTYN, Marcel. **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. 264p. p.139-171.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado Capitalista**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FARIA, Vera Celina Cândido. **Possibilidades de inserção/reinserção produtiva dos moradores de rua de Porto Alegre**. 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FLEURY, Sônia Maria Teixeira. Assistência na Previdência: uma política marginal. In: SPOSATI, Aldaíza *et al.* **Os direitos dos desassistidos sociais**. São Paulo: Cortez, 1989.

FLEURY, Sônia Maria Teixeira. **Estado sem cidadão**: seguridade social na América Latina. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

FRAGA, Patrícia. **População em situação de rua e o acesso à saúde**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

FUNDAMENTAL. In: **Significados**. s/a. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/fundamental>>. Acesso em: 5 maio 2015.

FUNDAMENTOS. **Políticas públicas**. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=fundamentos&biw=1242&bih=56>

6&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwj4ys3FwKrPAhVFk pAKHY7BA5MQ_AUIBigB#tbm=isch&q=pol%C3%ADticas+p%C3%BAblicas&imgsrc=7137lYrXTdXSyM%3A. Acesso em 30 de ago. 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIORGETTI, Camila. **Moradores de rua: uma questão social?** São Paulo: Fapesp; EDUC, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Sem-Terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.

GRANEMANN, Sara. Políticas sociais e serviço social. In: REZENDE, I.; CAVALCANTI, L. F. **Serviço social e políticas sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

GUEDES, Walquiria Ferreira. **O Centro Comunitário São Martinho de Lima: um espaço de vivência para a população em situação de rua em São Paulo**. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

GUIMARÃES, Aluizio Geraldo de Carvalho. **A religiosidade de moradores de rua da cidade de Belo Horizonte: uma via de subjetivação**. 2010. 182f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HOMELESSNESS. In: **Wikipédia**, a enciclopédia livre. s/a. Disponível em: <<https://en.wikipedia.org/wiki/Homelessness>>. Acesso em: 6 nov. 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda. Vilela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela O serviço social na cena contemporânea. In: CFESS; ABEPSS (Org.). **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2010.

IAMAMOTO. M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social**. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

KARL MARX. In: **Wikipédia**, a enciclopédia livre. s/a. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Karl_Marx>. Acesso em: 2 nov. 2015.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009.

LAURELL, Ana Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social no neoliberalismo. In: LAURELL, A. C. (Org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LARA, Fernando Luiz. **Espaços de exclusão**. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2013/04/29/espacos-de-exclusao/>. Acesso em 04 de maio de 2016.

LIMA, Maria do Rosário. **A rua como espaço para morar: observações sobre a apropriação dos espaços públicos pelos moradores de rua da cidade de João Pessoa (PB)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2011.

LIMA, T.; MIOTO, R. C. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.

LUTA DE CLASSES. In: **Wikipédia**, a enciclopédia livre. s/a. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Luta_de_classes>. Acesso em: 1 jan. 2016.

LUFT, Lya. **Com relação à opinião de Lya Luft na Veja sobre inclusão escolar**. Disponível em: <http://www.inclusive.org.br/arquivos/23982>. Acesso em 13 de maio de 2016.

MACHADO, E. M. Questão social: objeto do serviço social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, Londrina, v. 2, n. 2, p. 39-47, jul./dez. 1999.

MACHADO, Simone Araújo. **O processo de rualização e o Sistema Único de Assistência Social: uma interlocução necessária em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial**. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MARCOLINO, Scheila Costa. **Saída das ruas ou reconstrução e vida: a trajetória de estudantes universitários ex-moradores de rua em São Paulo**. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, José de Souza. Reflexão crítica sobre o tema da “exclusão social”. In: **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-47.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. **O capital**. Livro 1. Volume I. Trad. Reginaldo Sant’anna. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A., 1988a.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1. Volume II. Tradução: Reginaldo Sant’anna. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A., 1988b.

MARX, Karl. Processo de Trabalho e Processo de Valorização. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005a.

MARX, Karl. Salário, preço e lucro. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Trad. L. Cláudio de Castro. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Trad. Maria Lucia Como. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Oposição das concepções materialista e idealista**. Lisboa: Avante, 1982.

MEDEIROS, Alessandra. **Pessoas em situação de rua**: a saída para a saída - um estudo sobre pessoas que saíram da rua. 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

MENDES, E. V. **Distrito sanitário**: o processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1994.

MIOTO, Regina Celia Tamaso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Política social e serviço social: os desafios da intervenção profissional. **Revista Katálisis**, v. 16, n. espec., Florianópolis, 2013.

MOTA, Ana Elizabete. **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Serviço social e saúde**: formação e trabalho profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MOONLIT, JSC. **Introdução em serviço social**. Disponível em: http://jsc-moonlit.blogspot.com.br/2011_03_21_archive.html. Acesso em: 18 de jul. 2011.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. A exclusão social no Brasil: algumas hipóteses de trabalho e quatro sugestões práticas. **Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social** – CEA, Bahia, n. 52, 1994.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

NERSCOBARD, 2013. Website Mind42. **Mapa Mental**. Fundamentos del diseño tecno-pedagógico. Disponível em: https://www.google.com.br/search?q=pedra+angular&esqv=2&biw=1366&bih=667&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0CAYQ_AUoAWoVChMIjrf80d3yyAIVSQtyQCh1mBQDO#tbm=isch&q=fundamento&imgsrc=KNTYNac7j-_RM%3A. Acesso em: 25 out. 2015.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

NEUHOLD, Roberta dos Reis. O conceito exclusão e seus dilemas. **Revista Urutágua** - revista acadêmica multidisciplinar (CESIN-

MT/DCS/UEM). nº 08, dez/jan/fev/mar. Quadrimestral. Maringá (PR). Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br//005/19soc_neuhold.htm>. Acesso em: jun. 2016.

NEVES, Marília Nogueira. Política social de atendimento ao migrante no município de Uberlândia (MG): ações, reações, reflexos e reflexões. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade de Goiás, Goiás, 2011.

NOGUEIRA, Vanessa Saraiva. **A política nacional para população em situação de rua implementada no Centro Pop de Fortaleza.** 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

NUNES, Paulo. **Conceito de fenômenos sociais.** 20 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.knoow.net/cienceconempr/economia/fenomenossociais.htm>>. Acesso em: 2015.

NUNES, Rodrigo. **A relação entre sujeitos em situação de rua e o poder local: protagonismo ou passividade.** 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

OLIVEIRA, J. L. G. Exclusão social: questões conceituais e doutrinárias. **Revista do Programas de Pós-Graduação em Serviço Social**, PUCRJ, ano 01, n. 2, jun./dez. 1997.

OLIVEIRA, Jairo. **O processo de trabalho do assistente social e sua abordagem com moradores de rua.** Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

OLIVEIRA, Luciano. Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 33, p. 49-61, fev. de 1997.

OURIQUES, C. Q. **Serviço social e a população de rua: uma política de inclusão social.** 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

OURIQUES, C. Q. **Do menino ao jovem adulto de rua portador de HIV**. 2005. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

OURIQUES, C. Q. **Entrevista com a Assistente Social Ciberen Quadros Ouriques**. CRESS entrevista. Conselho Região de Serviço Social, 12ª região. Dezembro de 2012.

OURIQUES, C. Q. **Projeto Rede Rua**. Secretaria de Assistência Social. Prefeitura de São José, SC. Projeto Técnico Social. São José, 2009a.

OURIQUES, C. Q. **Projeto Operação Inverno**. Secretaria de Assistência Social. Prefeitura de São José, SC. Projeto Técnico Social. São José, 2009b.

OURIQUES, C. Q. **Projeto Operação Inverno**. Secretaria de Assistência Social. Prefeitura de São José, SC. Projeto Técnico Social. São José, 2010a.

OURIQUES, C. Q. **Projeto Operação Inverno**. Secretaria de Assistência Social. Prefeitura de São José, SC. Projeto Técnico Social. São José, 2011a.

OURIQUES, C. Q. **Relatório Operação Inverno**. Secretaria de Assistência Social. Prefeitura de São José, SC. Relatório Técnico Social. São José, 2009c.

OURIQUES, C. Q. **Relatório Operação Inverno**. Secretaria de Assistência Social. Prefeitura de São José, SC. Relatório Técnico Social. São José, 2010b.

OURIQUES, C. Q. **Relatório Operação Inverno**. Secretaria de Assistência Social. Prefeitura de São José, SC. Relatório Técnico Social. São José, 2011b.

OURIQUES, C. Q. *et al.* **Redescobrimdo o jovem adulto**: vivências do cotidiano no Abrigo Municipal Bom Jesus. 1 SEMINÁRIO DE POLÍTICAS SOCIAIS - Troca de experiência. Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), Porto Alegre, set. 2002.

OURIQUES, C. Q. *et al.* **A transitoriedade do ser jovem ao ser adulto**: repensando políticas de atendimento. Adolescência: um problema de fronteiras. Associação Psicanalítica de Porto Alegre (org.) Prólogo de Alfredo Jerusalinsky. Porto Alegre, 2004a.

OURIQUES, C. Q. *et al.* **Cartilha dos Direitos Humanos**. Instituto de acesso à Justiça. Porto Alegre, 2004b.

OURIQUES, C. Q. *et al.* **Atuação profissional do Assistente Social com a população em situação de rua**. CRESS em Debate. Conselho Regional de Serviço Social, 12ª região, n. 8, set., 2013a.

OURIQUES, C. Q. *et al.* **Projeto Acolhida**. Associação Projeto Acolhida. ONG. Biguaçu, 2013b.

OURIQUES, C. Q. *et al.* **Projeto Acolhida**: projeto destinado à população em situação de rua de Biguaçu, SC. Congresso Catarinense de Assistentes Sociais. CRESS 12ª região, 2013c.

OURIQUES, C. Q. *et al.* **Projeto Dorcas**. Associação Dorcas. ONG. Palhoça, 2014a.

OURIQUES, C. Q. *et al.* **Projeto Assessoria e Supervisão Centro pop Rio do Sul/SC**. Projeto Técnico Social. Rio do Sul, 2014b.

PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PAUGAM, S. **A desqualificação social**: ensaio sobre a nova pobreza. Trad. Camila Giorgetti; Tereza Lourenço; prefácio e rev. Maura Pardini Vêras. São Paulo: EDUC; Cortez, 2003.

PAUGAM, S. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PAULA, Débora do Nascimento. **População em situação de rua**: como é retratada pela política social e pela sociedade e os impactos na sua participação. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) -

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PEREIRA, Camila Potyara. **Rua sem Saída**: um estudo sobre a relação entre o Estado e a população de rua de Brasília. 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PEREIRA, P. A. P. A metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais. **Revista de Capacitação em Serviço Social e Política Social da Cead**, Brasília, 1999.

PEREIRA, P. A. P. A política social no contexto da seguridade social e do Welfare State: a particularidade da assistência social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 56, mar. 1988.

PEREIRA, Viviane Souza. **A assistência social na perspectiva dos direitos**: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília: Thesaurus, 1996.

PEREIRA, Viviane Souza. A saúde no sistema de seguridade social brasileiro. **SER SOCIAL**, Revista do Programas de Pós-Graduação em Política Social. Brasília: UnB, n. 10, jan./jun. 1998.

PEREIRA, Viviane Souza. Como conjugar especificidade e intersetorialidade na concepção e implementação da política de assistência social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 77, mar. 2004.

PEREIRA, Viviane Souza. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

PEREIRA, Viviane Souza. Política de assistência social no Brasil: avanços e retrocessos. **Cadernos do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares** - CEAM/UNB, Brasília, a. III, n. 11, out. 2002.

PEREIRA, Viviane Souza. **Política social**: temas e questões. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PEREIRA, Viviane Souza. **População de rua em Juiz de Fora**: uma reflexão a partir da questão social. 2007. Dissertação (Mestrado em

Serviço Social) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

PEREIRA, Viviane Souza. Questão social, serviço social e direitos de cidadania. **Temporalis**, 3. Ano II, jan.-jun. Brasília: ABEPSS, 2001

PEZOTI, Rosangela Helena. **O Projeto Nova Luz e a participação dos sujeitos coletivos e políticos**: um processo de reurbanização em questão. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

IZZATO, Rejane Margarete Scherolt. **“No olho da rua”**: o serviço de atendimento social de rua em Porto Alegre - abordagem social de rua na sociedade contemporânea. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PRATES, F. C. Sujeitos de rua: a pesquisa como instrumento de desvelamento e intervenção na realidade social. In: BARRILI, H. C.; ARAUJO, J. M.; BULLA, L. C. (Org.) **A pesquisa em serviço social e nas áreas humanas-sociais**. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

PRATES, J. C. O planejamento da pesquisa. **Revista Temporalis**, n. 7. Porto Alegre. ABEPSS, 2003a.

PRATES, J. C. Metodologia de pesquisa para população de rua: alternativas de enfrentamento pelo poder local. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XXI, n. 64, nov. de 2000a.

PRATES, J. C. **A produção de conhecimentos em Marx**. Textos marxianos e de marxistas contemporâneos/sínteses. Disciplina de Teoria do Serviço Social II, Faculdade de Serviço Social. Porto Alegre: PUCRS, 2000b. Mimeo.

PRATES, J. C. **Possibilidades de mediação entre a teoria Marxiana e o Trabalho do Assistente Social**. Porto Alegre: PUCRS, 2003. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2003b.

PRATES, J. C. O planejamento da pesquisa social. **Revista Temporalis**, Porto Alegre, ABEPSS, n. 7, 2003c.

PRATES, J. C. Gestores sociais habilidades e competências. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE GESTORES SOCIAIS. **Anais**. Disponível em: <www.sesi-rs.org.br>. Acesso em: 01 de jun. de 2005.

PRATES, J. C.; PRATES, F. C.; MACHADO, S. Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. **Temporalis**, Brasília, ano 11, n.22, p. 191-215, jul./dez. 2011.

PRATES, J. C.; REIS, C. N.; ABREU, P. A metodologia de pesquisa para populações de rua e as alternativas de enfrentamento pelo Poder Público Municipal. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 64, 2000.

PRATES, J. C. et al. Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: tendências das áreas de concentração, linhas de pesquisa e disciplinas IN: **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 05-33, jan./jun. 2016.

REIS, C. N. dos; PRATES, J. C. **Fragmentos de uma metrópole**: meninos e meninas em situação de rua. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

REIS, C. N. dos; PRATES, J. C.; MENDES, Jussara. **A realidade dos moradores de rua de Porto Alegre**. Porto Alegre: PMPA/Fesc-FSS/PUCRS, 1994.

REIS, C. N. dos; PRATES, J. C.; MENDES, Jussara. Sujeitos de rua: a pesquisa como instrumento de desvendamento e intervenção na realidade social. **Retrato Social**, Porto Alegre, n. 1, 1996.

REIS, Daniela Santos **O sistema de informação da situação de rua (SISRUA)**: uma contribuição para a Política de Assistência Social de São Paulo. 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008

REIS, Mariana Sato dos. **Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro Pop) de Londrina (PR)**: uma análise a partir de perspectiva do usuário. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual de Londrina, 2014.

RISCO, Dirsi Elena Tandypan. **Técnicas de entrevista y observación**. 2012. Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=pedra+>>

angular&espv=2&biw=1366&bih=667&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0CAYQ_AUoAWoVChMIjrf80d3yyAIVSQQCh1mBQDO#tbm=isch&q=fundamento&imgsrc=yldNSjk92e1mzM%3A>. Acesso em: 24 out. 2015.

ROBERT CASTEL. In: **Wikipédia**: a enciclopédia livre. s/a. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Robert_Castel>. Acesso em: 1 nov. 2015.

ROSA, Cleisa M. M. **Vidas de rua**. São Paulo: Hucitec/Rede Rua, 2005.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei (Org.). **População de rua**: Brasil e Canadá. São Paulo: Hucitec, 1995.

ROSANVALLON, Pierre. **A nova questão social**: repensando o Estado Providência. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SANTOS, Cláudia Monica. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. **Revista Conexão Geraes**. CRESS MG, 2013.

SANTOS, Fausi dos. **Karl Marx**: Marxismo e os fenômenos sociais. 3 maio 2009. Disponível em: <http://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=155505&ano=2009>. Acesso em: 2 jun. 2015.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. Ética e Serviço Social: fundamentos e contradições. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 210-221, jul./dez. 2011

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. Apontamentos sobre os fundamentos em serviço social. Via Social. **Jornal do Conselho de Serviço Social** – CRESS 12ª Região Dezembro de 2015.

SAWAIA, Bader. Identidade: uma ideologia separatista? In: SAWAIA, B. (Org.). As artimanhas da exclusão: análise e ética da desigualdade social. 4. ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2002. p. 119-127. **Revista de Letras Norte@mentos Estudos Literários**, Sinop, v. 2, n. 3, p. 73-89, jan./jun. 2009.

SAWAIA, Bader. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise e ética da desigualdade social. 4. ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2002. p. 7-13.

SCHMELKES, Corina. Esquema de fundamento. Disponível em: https://www.google.com.br/search?q=fundamentos&biw=1242&bih=566&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwj4ys3FwKrPAhVFkpAKHY7BA5MQ_AUIBigB#tbm=isch&q=fundamentos+marco+referencial&imgsrc=zajVmXI752CHKM%3A. Acesso em 27 de jul. de 2016.

SERGE PAUGAM. In: **Wikipédia**: a enciclopédia livre. s/a. Disponível em: <https://fr.wikipedia.org/wiki/Serge_Paugam>. Acesso em: 2 nov. 2015.

SIGNIFICADOS. **Significado de vulnerabilidade social**. Disponível em: <https://www.significados.com.br/vulnerabilidade-social>. Acesso em: 27 mar. 2016.

SILVA, Ademir Alves. **A gestão da seguridade social brasileira**. Entre a política pública e o mercado. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, C. L. da. **Estudos sobre população adulta em situação de rua**: campo para uma comunidade epistêmica. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, Maria Lúcia da. Trabalho e população em situação de rua no Brasil. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Trabalho e população adulta em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **O trabalho do/a Assistente Social no Suas**. SEMINÁRIO NACIONAL / Conselho Federal de Serviço Social – Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. Brasília: CFESS, 2011.

SILVA, Marta Borba. O “louco de rua” e a seguridade social em Porto Alegre: da (in)visibilidade à cidadania. 2005. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SIMÕES JUNIOR, José Geraldo. **Moradores de rua**. São Paulo: Polis, 1992.

SNOW, D.; ANDERSON, L. **Desafortunados**: um estudo sobre o povo da rua. Petrópolis: Vozes, 1998.

SOARES, L.T. **Os Custos Sociais do Ajuste Neoliberal na América Latina**. v. 78. São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção Questões da Nossa Época).

SOCIEDADE. In: **Dicionário informal**. s/a. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/sociedade>>. Acesso em: 1 jan. 2015.

SPOSATI, Aldaíza. Desafios para fazer avançar a política de assistência social no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, 2002.

SPOSATI, Aldaíza. **Globalização da economia e processos de exclusão social**. Brasília: CEAD, 1999. p. 61-76.

SPOSATI, Aldaíza. Leituras contemporâneas da exclusão e da inclusão social. In: PASSOS, João Décio; SOARES, Afonso Maria Ligório (Org.). **A fé na Metrópole**: desafios e olhares múltiplos. São Paulo: Paulinas: EDUC, 2009a. (Coleção Religião e Universidades).

SPOSATI, Aldaíza. Mínimos de civilidade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, quinta-feira, 18 de dez. de 2003.

SPOSATI, Aldaíza. Mínimos e seguridade. In: Ministério da Previdência e Assistência Social. Secretaria de Estado da Assistência Social. **Mínimos sociais**. Questões conceitos opções e estratégias. Brasília: MPAS/SAS; São Paulo: Fundap, 1999.

SPOSATI, Aldaíza. O caminho do reconhecimento de direitos da população em situação de rua: de indivíduo a cidadão. In: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua**: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua. Brasília-DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009b.

TELLES, Vera Silva. **A cidadania inexistente**: incivilidade e pobreza. Um estudo sobre trabalho e família na Grande São Paulo. 1992. (Tese de doutorado) - Universidade de São Paulo, 1992.

TELLES, Vera Silva. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2001.

TELLES, Vera Silva. Pobreza e cidadania: duas categorias antinômicas. In: Mínimos de Cidadania - Ações afirmativas de enfrentamento à exclusão social. Núcleo de Seguridade e Assistência Social, n. 4. **Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social**. PUC SP, 1995.

TEORIA CRÍTICA. In: **Wikipédia**: a enciclopédia livre. s/a. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_cr%C3%ADtica_da_sociedade. Acesso em: 8 fev. 2016.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004.

VIEIRA, M. A. C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. (Org.). **População de rua**: quem é, como vive, como é vista. São Paulo: Hucitec, 1992.

VITTE, Claudete de Castro Silva. Cidadania, qualidade de vida e produção do espaço urbano: desafios para a gestão urbana e para o enfrentamento da questão social. In: BAENINGER, Rosana (Org.). **População e cidades**: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais. Campinas: UNFPA, 2010.

ZALUAR, Alba. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. **Rev. Bras. Ci. Soc.** v. 12, n. 35, São Paulo, fev. 1997.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. São Paulo, cidade global emergente? In: WANDERLEY, Luiz Eduardo; RAICHELIS, Raquel (org.). **A cidade de São Paulo**: relações internacionais e gestão pública. São Paulo: EDUC, 2009.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão**:

análise psicossocial e ética da desigualdade social. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

YASBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Revista Temporalis**, São Paulo, ABEPSS, ano II, n.3, jan./jun., 2001.

YASBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.